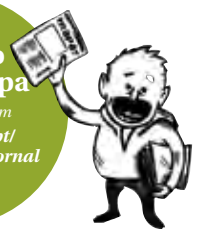
Fanhais: Não podemos ignorar págs 22 a 24 • **Fulgor, um cinema feito de raízes** pág 36 • **Okupação Rural** págs. 13 a 15

mapa: Jornal de Informação Crítica

Assina o Jornal Mapa
descobre como em
jornalmapa.pt/assinatura-do-jornal



NÚMERO 38
JUNHO -SETEMBRO 2023
TRIMESTRAL / ANO XI
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

AQUI respira-se LUTA

OS INGOVERNÁVEIS

Minas Não pág. 5, 6
Monoculturas pág. 2, 8
Entrevista Fermento pág. 9-11
Serra da Arrábida pág. 30-32

Contra a devastação dos territórios, joga-se a defesa da vida. As lutas ambientais são hoje parte de todas as lutas sociais. A reivindicação ambiental cruza-se com a reivindicação social, renascem e fortalecem-se as ligações aos lugares de vida. Das aldeias do Barroso, contra as minas, ao Alentejo, perante o cerco das monoculturas, as populações rurais resistem ao extrativismo e dialogam com quem a partir das cidades clama pela justiça climática..

Quando é insuportável, já não o suportamos!

Os protestos em França contra a reforma das pensões trouxeram para as ruas o sentimento de injustiça social e a radicalização de trabalhadores e estudantes. **[págs. 25 a 27]**

Resistir é verbo indígena

Todos os anos os povos originários da Amazónia acampam em Brasília perante o contínuo roubo de que são alvo afirmam: Nós não estamos no território, nós somos o território. **[págs. 19 a 21]**

A Descrença, Deus e o Estado

O Papa vem a Portugal e questionamos, com Bakunin em pano de fundo, a autoridade do Estado e da Igreja. **[págs. 16 a 18]**

O olival super intensivo cresceu e o fiscal apareceu: o caso dos Foros de Vale Figueira

Foi no passado mês de março que os moradores de Foros de Vale Figueira, em Montemor-o-Novo, viram aumentar o olival super intensivo de 20 para 37 hectares. A água começa a faltar – como em toda a região alentejana – mas o Município garante que está a tratar da papelada.

L. SILVA

Já passou um ano e meio desde que 20 hectares de olival super intensivo foram instalados na freguesia, com fundos do Portugal2020, numa área fora do perímetro de regadio da Barragem dos Minutos e fustigada, como toda a região alentejana, pelo extrativismo agrícola. Conforme noticiámos na edição #35 do Jornal MAPA, os vizinhos contactaram a Junta e o Município assim que viram a movimentação de terras. Ao longo dos meses seguintes, através de uma lenta troca de correspondência, ficaram a saber que nada havia de ilegal no arranque do olival antigo e na instalação de 50 mil oliveiras com um metro de distância entre cada uma. O uso de água superficial e subterrânea para a rega estava até licenciado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Ficaram também a saber que a actual redação do Plano Diretor Municipal (PDM), que impede a instalação de culturas permanentes super intensivas naquela zona, só tinha entrado em vigor uns meses após a instalação do olival e que, portanto, nada haveria fazer.

Agora, no passado mês de março, um terreno adjacente de 17 hectares foi usado para aumentar o olival, mantendo a alta densidade da plantação. Assim que os vizinhos viram a movimentação de terras, mais uma vez, fizeram uma queixa junto do Município. Uma vez que esta extensão já viola o actual PDM, o Município poderia ter recorrido a uma providência cautelar mas, ao invés, enviou um fiscal ao terreno que, conferindo a situação, pediu um pedido de esclarecimento ao proprietário. Enquanto isso, a instalação avançou e o olival passou a abarcar 37 hectares. Em maio, o grupo de vizinhos, que entretanto formalizou a Associação Alentejo com Vida, participou na reunião de Câmara, onde apresentou as suas preocupações e pediu que fosse garantido o cumprimento do PDM. O presidente informou que a fiscalização resultou também em dois autos de notícia que terão agora de atravessar diversas repartições, com início no gabinete jurídico e em direção ao Mistério Público, para que se possa averiguar se há crime ambiental, sendo também necessário aguardar os pareceres da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPA) e da APA.

Os habitantes dos Foros desconfiam que não podem esperar pelas respostas institucionais e, no início de junho, a Associação Alentejo com Vida voltou a organizar uma sessão pública no Centro Cultural dos Foros, procurando reforçar o apoio mútuo entre vizinhos, tecer novas alianças e pensar nos próximos passos. A Junta de Freguesia esteve presente e, embora solidária com os habitantes, diz não conseguir obter respostas do Município.

No encontro reuniram-se dezenas de vizinhos, alguns deles que, pela primeira vez, quiseram oferecer a sua solidariedade e colaboração no combate ao olival. Partilharam as suas histórias e preocupações, sobressaindo a preocupação com o abuso da água – que, como dizem, já era um recurso escasso no Alentejo há 20 anos. Estão também preocupados com a a utilização de pesticidas, com a perda de biodiversidade, com a destruição da paisagem e com tudo o que isso implica para a qualidade de vida da população. Lembram-se bem dos entraves legais que enfrentaram quando quiseram construir as suas casas e estão naturalmente perplexos com a voracidade e agilidade com que aparecem explorações intensivas ali mesmo ao seu lado. E, para além do que já está instalado, desconfiam os vizinhos, outros 30 hectares virão em breve somar-se a esta desgraça.

No encontro estiveram também presentes habitantes de outras regiões alentejanas, como Beja ou Avis, que vieram partilhar as suas experiências. Em comum por todo o Alentejo há o facto de os «promotores» destes empreendimentos serem difíceis de identificar, descritos como o «capital sem rosto», cujo poder ultrapassa o da população. No caso dos Foros, embora se conheça o proprietário (que não está do lado da população), não se sabe ainda qual a empresa a quem foi arrendado o terreno. A empresa responsável por recolher o financiamento do Portugal2020 ainda em 2021, a Number Simulation Lda., parece ter sido extinta. E o processo administrativo que resulta da queixa feita ao Município, e que poderá conter informação acerca da empresa promotora, ainda não foi dado a conhecer aos queixosos, ainda que a lei a isso obrigue.

Dos vários relatos sobressaiu também que, em diferentes lugares do Alentejo, só a pressão popular fez aparecer a «vontade política» dos Municípios. Sabe-se, no entanto, que a pressão do lucro também existe: ali mesmo ao lado, na Courela da Freixeirinha, alguns empresários começam a pressionar o Município para que se altere o PDM e se legalizem os olivais super intensivos fora da área de rega da barragem. Os vizinhos dos Foros de Vale Figueira irão continuar a organizar-se e, em conjunto com outras tantas pessoas solidárias, estão prontos para «ir nesta luta até ao fim».

Assina o Jornal Mapa contribuindo para a continuidade deste projecto!

Assinatura normal:
Portugal | 6 números | 20 neuros
Europa | 6 números | 25 neuros
Resto do mundo | 6 números | 30 neuros

Assinatura Solidária:
Portugal | 6 números | 25 neuros
Europa | 6 números | 35 neuros
Resto do mundo | 6 números | 40 neuros

2012-2023 Dez anos de Informação Critica

Preenche o formulário em jornalmapa.pt ou envia os teus dados (nome; email; morada e NIF) e comprovativo da transferência para assinaturas@jornalmapa.pt

NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
MBWAY: +351933291635
PAYPAL: vaquinha@jornalmapa.pt (enviar como donativo)

Grândola morena, ícone do crime de colarinho branco

Neste último 25 de abril, enquanto os autarcas de Grândola tentavam discursar, várias dezenas de pessoas atrapalhavam a cerimónia em protesto contra os 8 resorts turísticos e 4 campos de golfe que estão prestes a ser construídos no troço que vai de Tróia a Melides.

Foto: Catarina Rosa / Dunas Livres

L. SILVA

Para além dos já existentes «Tróia Resort», «Tróia Golf», «Pestana Tróia Eco-Resort» e «Soltróia», estão planeados outros oito empreendimentos: «Club Med», «Tróia Eco-Resort», «Na Praia», «Comporta Links», «Muda Reserve», «Herdade do Pinheirinho» e «Costa Terra». São milhares de hectares que cavalgam sobre dunas, sobre a caldeira de Tróia e sobre o parque de campismo da Galé, encerrado a campistas e caravanistas desde outubro de 2021. Se todas as obras avançarem, 40 quilómetros de costa na região seca do Alentejo terão 5 campos de golfe e 12 resorts, que os promotores anunciam como «luxuosos» e «exclusivos».

A Câmara de Grândola tem sido acusada de agir como autêntica mercenária às ordens de fundos imobilários como a Discovery Land Company, a Vic Properties, a Amorim Luxury ou a Vanguard Properties. Quando o projeto «Na Praia» foi parado devido a uma providência cautelar aceite pelo Tribunal Administrativo de Beja, a Câmara interveio imediatamente, declarando o projeto como «projeto de interesse público», o que permitiu retomar a obra. No âmbito desse processo judicial, iniciado pela Plataforma Dunas Livres, a Câmara cobrou 1180,52€ pelo acesso a documentos que a lei dita serem públicos e continua a negar o acesso a vários estudos de Impacte Ambiental, desconhecidos do público, mas que a Câmara garante existirem. Tanto faz, já que o Estudo de Impacte Ambiental que avaliou negativamente o projeto «Na Praia» foi ignorado.

O trabalho da Câmara de Grândola vem dar continuidade aos crimes de corrupção e branqueamento de capitais, conforme acusação do Ministério Público a outros tubarões políticos. Manuel Pinho, Ministro da Economia entre 2005 e 2009, tinha já atribuido o útil selo de «interesse público» aos empreendimentos da «Herdade do Pinheirinho» e «Costa Terra» (ambos dentro da Herdade da Comporta) após suborno de mais de cinco milhões de euros vindos de Ricardo Salgado, então presidente do Grupo Espírito Santo (GES) – Grupo detentor da Herdade da Comporta.

«Não és tu. É o teu carro»

Os pneus foram esvaziados! A situação sucede-se nas cidades europeias nos veículos SUV e 4x4 e chegou já a Portugal. Em finais de maio, o panfleto deixado no vidro do veículo visado numa rua de Lisboa explicava o motivo e anunciava a estreia dos Tyre Extinguishers (tyreextinguishers.com), um movimento espontâneo alimentado pelas redes sociais. Em defesa do ambiente um aviso: «Atenção – o teu sugador de gasolina mata. Vais sentir raiva, mas não leves isto pessoalmente. Não és tu. É o teu carro», porque «conduzir este veículo gigante em áreas urbanas tem consequências imensas». E detalhando a responsabilidade como a «segunda maior causa do aumento global de emissões de CO2 na última década». Não colhendo simpatia dos condutores dos SUV's deixam um conselho final: «Não terás dificuldade em mover-te sem o teu sugador de gasolina, seja a pé, de bicicleta ou de transportes públicos».

Terraplanar charcos naturais

Num cenário de seca extrema, o movimento em defesa pelas Alagoas Brancas, reitera o imperativo na salvaguarda deste aquífero e zona húmida ameaçado por um loteamento de serviços e comércio no concelho de Lagoa. As manifestações junto à sede municipal, a 19 de abril e a 22 de maio em Faro, frente à CCDR Algarve, juntaram algumas dezenas de pessoas exigindo medidas de excepção para travar a destruição das Alagoas Brancas.

Numa Carta Aberta apresentaram as 7 razões que sustêm esta movimentação popular em defesa de uma das últimas zonas húmidas de água doce do Algarve: por agravar, com o seu desaparecimento, os impactos das alterações climáticas; pelo atentado contra a biodiversidade, num lugar com mais de 300 espécies de fauna e flora; por inviabilizar a recarga de aquíferos ao drenar e terraplanar charcos naturais; pela ameaça de cheias que potencia; pela opção de mais uma grande área comercial, contra a proximidade social do comércio local; pela premissa legal possível, pela qual a autarquia pode anular o loteamento a custo zero; e porque destruir um habitat natural num centro urbano está em contraciclo com os objectivos do desenvolvimento sustentável.

Um espaço de cultura libertária

FILIPE NUNES

Aos 50 anos de existência do Centro de Cultura Libertária (CCL), o ateneu libertário criado logo após o 25 de Abril de 1974, prepara-se para em março de 2024 deixar a sua histórica sede em Cacilhas (Almada). Após ter adiado este desfecho em 2014, a contínua pressão imobiliária força a associação – tal como ocorre com tantas pessoas – a sair do centro das cidades.

Ao longo deste meio século, várias gerações de anarquistas subiram as escadas do nº 121 na Rua Cândido dos Reis. Foi sede da Voz Anarquista nos anos 70, a Antítese nos anos 80, o Boletim de Informações Anarquista nos anos 90 e a revista Húmus na primeira década deste século. A importância do CCL resulta hoje em ser o depositário de um arquivo da memória libertária e uma biblioteca únicos na região portuguesa. A manutenção do CCL partilha das dificuldades, sentidas nos últimos anos, em manter espaços de dinamização libertária, a que lhe acresce a urgência em assegurar arquivos autogeridos e acessíveis, fora da égide estatal.

CENTRO DE CULTURA LIBERTÁRIA
IBAN: PT50003501790000215493029
BIC: CGDIPTPL
MBWAY: 913 125 532

Afirmando-se como «um espaço de continuidade da luta anarquista nesta região» e pretender manter «essa chama acesa por muitos mais anos», o CCL apelou a uma angariação de fundos com vista à aquisição de um novo espaço. «Um espaço que lhe pertença e de onde não possa ser despejado. Um espaço que aloje a biblioteca, o arquivo e a livraria do CCL. Um espaço de difusão e protecção da cultura libertária que tenha por objectivo a recuperação e a protecção da memória, o encontro e o dinamismo das ideias anarquistas».

A Sachola contra a Mina

FILIPE NUNES

Foi a lutar contra as minas a céu aberto que, nos últimos anos, o Barroso se tornou um espaço de resistência e de encontros. Este é um território que recusa ser "zona de sacrifício" de uma mineração que, em nome da transição energética, afasta outros caminhos de desenvolvimento coletivo. Rejeitando a "zona de sacrifício", o Barroso é, hoje, uma "zona a defender", versão ZAD aldeã e de montanha, construída com os seus povos e com quem solidário a eles se junta neste conflito sócio-ambiental. Neste contexto, terá lugar a terceira Acampada em Defesa do Barroso, entre os dias 10 e 15 de agosto de 2023, com os ânimos acesos face à decisão favorável condicionada da Agência Portuguesa do Ambiente à Mina do Barroso.

O projeto da Savannah Resources prevê a construção de 4 minas a céu aberto, numa área de quase 600 hectares, em terrenos maioritariamente baldios e muito próximos das aldeias de Covas do Barroso, Romainho e Muro, consagradas Património Agrícola Mundial. A concretizar-se, este seria o maior projeto de mineração de lítio a céu aberto na Europa num horizonte planeado de 17 anos, 12 dos quais para exploração.Para algumas das pessoas que vieram «à primeira Acampada em Defesa do Barroso, onde respirámos, pela primeira vez, a vida que emana destas serras, o regresso tornou-se uma inevitabilidade». Destes montes «nasce a vontade coletiva de caminhar rumo a um Barroso onde caibam muitos mundos». As palavras constam da apresentação d'A Sachola, um espaço que ocupa agora a antiga escola primária de Covas do Barroso, cedido pelo Conselho Diretivo dos Baldios, e que abriu no início de Junho, unindo os locais a gente solidária vinda de fora.Para estas, «o caminho d'A Sachola avança ao ritmo dos passos de todes. Queremos um espaço construído entre quem habita o território e quem com ele se solidariza. Vemo-la como um espaço comum, de aprendizagem, de trocas, de discussões, de planeamento, de cura. Vemo-la como um espaço aberto, para todes que queiram semear, regar e cuidar a vida que nos querem tirar. Vemo-la como um espaço livre, onde a raiva, a indignação e a rebelião possam rugir, sem atropelar os ritmos da terra.»

Voluntários da SEARA acusados em Tribunal

Foi em maio que começou o julgamento de seis voluntários da SEARA – Centro de Apoio Mútuo de Santa Bárbara – um espaço que, durante a pandemia, transformou um edifício abandonado em Lisboa num espaço de apoio mútuo.

L. SILVA

A 9 de maio de 2020 abriram-se as portas da SEARA, em Arroios, num prédio abandonado do bairro, para apoiar quem não tinha casa ou meios para satisfazer necessidades do dia-a-dia, como usar a casa de banho, lavar a roupa, ter acesso a electricidade ou internet. A ocupação foi comunicada à Câmara de Lisboa e houve vários contactos com a polícia, a quem foi apresentado o propósito do espaço. Foi numa destas ocasiões que foram identificados seis voluntários, agora constituídos arguidos.

Um mês depois, a 8 de junho, a SEARA foi despejada por uma força de segurança privada, ainda que os despejos tenham sido declarados ilegais durante a pandemia. A polícia assistiu e protegeu a operação e o edifício voltou a ficar vazio, regressando ao plano de se transformar num complexo de apartamentos de luxo, promovido pelo trio Guerra Frutuoso (empresa de construção), Coruja Astuta (promotores imobiliários) e Spark Capital (fundo imobiliário). Entretanto, a Guerra Frutuoso avançou com uma acusação aos seis voluntários identificados.

> A polícia assistiu e protegeu a operação e o edifício voltou a ficar vazio

Na primeira audiência, a 22 de maio de 2023, os seis arguidos foram acusados de usurpação de imóvel e remoção de taipas, embora tenham sido identificados como voluntários do espaço num dia normal de funcionamento. A acusação pede uma indemnização civil no valor de 31.002,64 euros para cobrir os custos do destaipamento e da contratação da empresa de segurança privada que despejou a SEARA.

No dia 23 de maio, foram ouvidas as testemunhas – vizinhos e vizinhas confirmaram, entre outras coisas, que o prédio não tinha quaisquer taipas ou emparedamentos antes da ocupação. No dia 29 de maio, foram ouvidas as alegações finais. Nesta sessão o Ministério Público poderia ter concluído que não existia validade na acusação – por falta de provas materiais, ou pela ilegalidade do despejo - mas tanto o M. P. como o Tribunal decidiram aceitar a acusação e seguir com o processo. Para além da indemnização pedida pela acusação, o quadro legal prevê uma multa e até 3 anos de prisão. A sentença será anunciada no dia 28 de junho.

«Não às Minas, Sim às Manas»: encontros ecofeministas nas serras do Barroso

As serras do Barroso continuam a servir de porto de abrigo para tantas que estremecem ao pensar na possibilidade de estas terras serem esventradas por aquele que seria o maior projeto de mineração de lítio a céu aberto da Europa. Mas a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) emitiu, no dia 31 de maio de 2023, uma Declaração de Impacte Ambiental condicionalmente favorável ao projeto de ampliação da Mina do Barroso. Face a esta ameaça iminente, vários coletivos e pessoas têm vindo a mobilizar-se para mostrar que as populações barrosãs não estão sozinhas. Foi esse o caso da Rede 8 de Março (8M), que organizou o seu Encontro Nacional Feminista em Covas do Barroso, nos dias 20 e 21 de maio, e do Encontro Solidário Anti-Extrativista, que aconteceu em Braga, no dia 26 de maio.

MARIANA RIQUITO
MARIANA.RIQUITO@GMAIL.COM

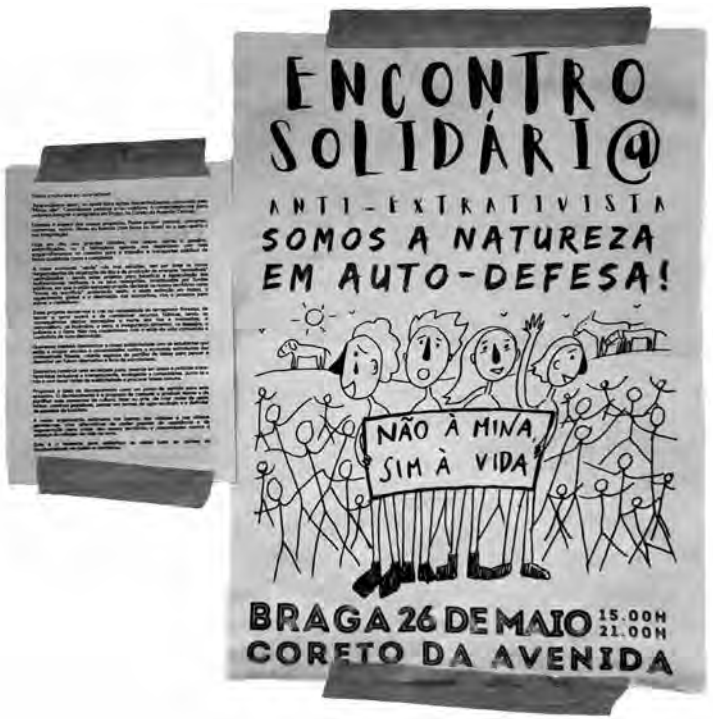
O Encontro Nacional Feminista da Rede 8M foi organizado pelos núcleos do norte do país — Braga, Chaves e Porto — e trouxe cerca de duas dezenas de pessoas a terras barrosãs. Este foi o primeiro encontro nacional da Rede 8M desde a pandemia e o primeiro a ser realizado fora de grandes cidades. A Rede existe desde 2019 e surgiu com o intuito de organizar a Marcha do 8 de Março e a Greve Feminista em Portugal, assente em três pilares: greve laboral e estudantil, greve de cuidados e greve de consumo. Nos últimos tempos, a Rede tem procurado ir «além de Março», tecendo alianças e construindo pontes com diferentes lutas.

O objetivo deste Encontro, além de ser um momento de partilha e reflexão entre quem compõe a Rede, foi o de conhecer o Barroso e «trazer a luta anti-mineração para a luta feminista, cruzando-as», conta-nos Joana, uma das organizadoras. Para Chei, poeta e ativista interseccional, «a luta é a mesma». De uma perspetiva ecofeminista, as lutas feministas e as lutas ecologistas são, de facto, faces diferentes de um mesmo combate. Segundo a socióloga Ariel Salleh, a premissa base do ecofeminismo é a de que a crise ecológica é o efeito inevitável de uma cultura eurocêntrica, patriarcal e capitalista, construída sob a dominação da Natureza — entendida como «feminina» — e sob a dominação das mulheres — entendidas como «próximas da Natureza». O ecofeminismo critica a ontologia do pensamento ocidental moderno, que estrutura o mundo em binarismos — cultura/natureza, homem/mulher, razão/emoção, mente/corpo, civilizado/selvagem— entendidos de forma hierárquica. Esta ontologia dicotómica e hierárquica tem servido para legitimar relações de dominação: apenas entendendo a «cultura» como «superior» à «natureza» ou o «homem» como superior à «mulher» podemos justificar a dominação de uma sobre a outra. Nesse sentido, o ecofeminismo busca ultrapassar estes binarismos, reconhecendo a «profunda e estreita interdependência» entre todos os seres, criticando o sistema político-económico que reproduz esta ontologia da separação. Como afirma Joana, «as lutas cruzam-se todas porque o problema de todas é o mesmo: o sistema capitalista».

O ecofeminismo é um movimento, uma práxis, um programa e uma ética que há décadas influencia os movimentos feministas e ecologistas. Durante a elaboração do seu manifesto este ano, a Rede promoveu uma «longa e profunda discussão» sobre as suas «reivindicações quanto à ecologia e às alterações climáticas», conta-nos Chei, membra da Rede desde os seus primórdios, o que «nos obrigou a ter uma conversa sobre decrescimento, sobre ecofeminismo». Como resultado desta discussão política, a Rede posicionou-se, pela primeira vez e a nível nacional, contra o plano de fomento mineiro. Esta posição vai de encontro à «base do que é a Rede», que sempre teve uma posição clara «contra as lógicas de consumo ocidentais e ocidentalizadas» e a forma «como elas influenciam negativamente as mulheres», relata. Na roda de apresentação inicial que abriu o Encontro, a discussão rapidamente salientou como a mina de lítio projetada para Covas do Barroso — assim como todas as outras — responde a interesses consumistas do sistema capitalista. As participantes criticaram o modelo do carro elétrico individual, vendo-o como uma falsa solução, projetada a partir de gabinetes ministeriais, e alinhada com os grandes interesses financeiros. Para quem esteve presente, as minas são entendidas como uma tentativa de sustentar os atuais níveis de consumo; ou, dito por outras palavras, as minas não vêm salvar o planeta, vêm salvar o sistema capitalista.

Foi partindo desta crítica que se deu início à primeira roda de conversa do Encontro, que contou com a presença de representantes de duas associações locais — a Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso (UDCB) e a Associação Povo e Natureza do Barroso (PNB). Inspiradas por esta conversa, ao fim do dia, as participantes juntaram-se para fazer faixas e cartazes que viriam a decorar as paragens de autocarro e as redes do campo de futebol de Covas. Nessa noite, sob o céu estrelado, houve música, comes e bebes, dançou-se e cantou-se. Pela alvorada, sob o sol tímido, o posto de informação da Savannah Resources acordou com um novo rosto, inspirado por um trocadilho já feito durante a Acampada do ano passado: SACANAS.

No segundo dia, as companheiras da Rede organizaram uma assembleia entre elas, onde foi feita uma partilha das memórias

A Acampada em Defesa do Barroso irá regressar à Quinta do Cruzeiro para a sua terceira edição, entre os dias 10 e 15 de agosto de 2023.

históricas da Rede, os seus «momentos mais marcantes, as maiores dificuldades e os caminhos a percorrer», numa tentativa de «traçar a personalidade do coletivo», diz-nos Joana. A assembleia foi seguida de um momento de convívio no rio que foi crucial para «estreitar laços», já que «a maioria das reuniões nacionais são por Zoom e é muito raro estarmos juntas». Este momento foi também um momento de descanso, um momento de cuidado, individual e coletivo. Joana conta-nos que, no movimento, andam «todas em *burnout*, muito ocupadas e cansadas». Em círculos ativistas ou militantes, é já quase um lugar-comum ouvir relatos sobre o desgaste dos corpos, sobre a sua exaustão emocional, física e mental. Aurik, que veio aos dois Encontros, tem notado que «há uma ausência interna de espaços cujo foco seja restaurar a saúde mental e física, tanto individual como coletiva» e que, «enquanto houver este desequilíbrio, vai continuar a haver um nível de *burnout* tremendo». Foi partindo desta constatação que nasceu o Santuário Queer, uma iniciativa de Kura Alma, que «deseja abrir portas para acomodar associações, grupos, coletivos, pessoas», num espaço que se quer uma «viagem» até um «futuro de maior compaixão e carinho».

O cuidado, como prática e como ética, é essencial para o ecofeminismo. O corpo da terra encontra-se cansado, exausto, esgotado. Os corpos das mulheres e das minorias encontram-se sobrecarregados, precariezados, extenuados.

Cientes destas necessidades, as companheiras da Rede quiseram que o Encontro fosse também um lugar de cuidado. O cuidado, como prática e como ética, é essencial para o ecofeminismo. O corpo da terra encontra-se cansado, exausto, esgotado. Os corpos das mulheres e das minorias encontram-se sobrecarregados, precariezados, extenuados. Consumidos por um sistema que sem cessar lhes retira vida. Resgatar uma práxis de cuidado mais-que-humana — uma ética de apoio mútuo, de carinho, de responsabilidade para com todos os outros seres, humanos e não-humanos — é essencial para conviver, viver e regenerar este mundo danificado. Nas palavras de Maria Mies e Vandana Shiva, o ecofeminismo abraça «uma nova cosmologia que reconheça que a vida é mantida pelo viés da cooperação, do cuidado mútuo e do amor».

Adotar esta ética passa por reconhecer a «profunda e estreita intimidade» entre todos os seres terrestres. O nosso corpo é composto por mais micróbios do que células humanas. Há mais bactérias no nosso intestino do que estrelas na galáxia. São os cerca de 40 trilhões de micróbios que vivem dentro e fora do nosso organismo que nos nutrem, produzindo os minerais dos quais dependemos e permitindo-nos digerir os alimentos que consumimos. O nosso «eu» é, afinal, mais bacteriano e microbiano que humano. *Ser* humano envolve *ser* holobionte. Somos compostos — e decompostos — por outros seres. Também mais de 90% das plantas dependem de fungos micorrízicos, que se estendem por infinidades de quilómetros e ligam as árvores através de redes partilhadas, nutrindo-as. Toda a vida na terra é, pois, o resultado de complexas simbioses entre diferentes organismos, isto é, o resultado de relações de «profunda e estreita intimidade». Estamos vivas porque estamos profunda e intimamente interligadas. É nutrindo estas relações de intimidade entre todos os seres terrestres, adotando práticas de cuidado mais-que-humanas, que sustentamos a vida na terra.

Uma das principais razões para organizar o Encontro Feminista nas serras do Barroso — e não em contexto urbano, como é habitual — foi justamente a vontade de criar intimidade com o espaço. «Beber esta água, pisar este chão, sentir estas terras», diz Chei. *Estar* de corpo presente. Estar no lugar. *Estar-com* o lugar. Por contraste a um ativismo de mente, racional, masculinizado, as companheiras da Rede quiseram *sentir*. Joana conta que o «encontro foi incrível» porque finalmente pôde vir ao Barroso e rapidamente se deu conta que «se vê mesmo na cara das pessoas que lhes estão a querer tirar a vida! É algo muito íntimo, muito próximo». É esta intimidade mais-que-humana que urge resgatar nas lutas ecológicas assim como nas lutas feministas. Por isso mesmo, para uma das faixas, foi escolhida uma frase que remete para a proximidade entre os corpos humanos e o corpo da terra: «é a tua água, a tua terra, a tua serra, a tua avó, a tua vida». Nas palavras de Chei, «é preciso tocar *naquele* sítio» que conecta as pessoas ao espaço.

Nos últimos tempos, a Rede tem procurado ir «além de Março», tecendo alianças e construindo pontes com diferentes lutas.

Nas conversas durante o Encontro Feminista e durante o Encontro Solidário Anti-Extrativista, muitas pessoas comentaram que precisaram vir até ao Barroso para «entender». Foi preciso *estar para sentir. Vir para sentir* o absurdo que é a projeção de minas. Nas lutas pelo território, parece-me mais necessário que nunca adotar ritmos que nos permitam reconectar com o espaço, com o corpo da terra. Pôr o nosso corpo no território. Criar intimidade com a terra. *Estar-com* o espaço. Não só estar *no* espaço, mas sentir-se parte dele, sentir-se-terra, ser-terra. A simbiose corpo-território.

Essa intimidade com a terra, com os seus ritmos lentos, contrasta com o ritmo predatório da mina, que responde a vontades frenéticas, a falsas ideias de progresso, que tudo dizimam numa obsessão impulsiva por crescimento. Por oposição aos ritmos infinitos do crescimento capitalista, as pessoas que vieram aos Encontros promoveram debates sobre outras soluções, que passam, por exemplo, pelo decrescimento, pela agroecologia, pela descentralização energética, pela autonomia e soberania alimentar, por alternativas autónomas ao sistema educativo. Frequentemente, o «Barroso» foi encarado como um lugar onde se encontram já parte das «soluções» : aqui, as pessoas preservam e mantêm tradições agrícolas em harmonia com o meio envolvente, cultivam redes de proximidade e comunitárias.

Tal como as teias miceliais, que se coordenam e comunicam de forma descentralizada, «nós estamos a tecer redes entre os movimentos, os espaços, as pessoas», diz Mi, que participou nos dois Encontros. Os movimentos têm procurado tecer redes de (com) partilha de saberes, experiências, ideias, projetos, projeções, num processo que se quer coletivo e comum. Foi com o intuito de criar espaços e momentos de encontros que surgiu a Acampada em Defesa do Barroso, em 2021, que irá regressar à Quinta do Cruzeiro para a sua terceira edição, entre os dias 10 e 15 de agosto de 2023. Face à decisão da APA, a Acampada deste ano quer agregar o maior número de pessoas solidárias ao Barroso e lutar contra a mono-narrativa da transição energética que o sistema capitalista propaga.

Adivinha-se um verão quente. Deixo o convite para que venham até ao Barroso, bebam estas águas, pisem estes montes, respirem estes ares. Deixem-se embalar pelos céus estrelados, pela companhia dos carvalhos centenários, pelos «bons dias» alegremente entoados a cada esquina. Escrevo de olhos postos nos montes, ao som da água que corre à porta de casa. Ouço o chilrear dos pássaros, o ladrar dos cães, o badalo das vacas e do sino da igreja. A sensação de calmaria é tremenda, embora as nuvens carregadas adivinhem a má notícia trazida pela APA. Como canta Carlos Libo, «querem dar cabo das serras, Barroso» mas «nós não vamos permitir!». As montanhas chamam por nós. Unamos esforços, teçamos redes, partilhemos experiências, construamos outros mundos.

Confluência pela Agroecologia

No passado dia 20 de abril, o Jornal MAPA juntou-se à confluência pela Agroecologia, em Torres Vedras. O mote, dado pelo GAIA — Grupo de Acção e Intervenção Ambiental —, pela associação Terra Sintrópica e pelo Instituto Politécnico de Viseu, foi lançar a semente de uma rede nacional agroecológica, com a ajuda dos professores Clara Nichols e Miguel Altieri.

MARGARIDA LIMA
M.LIMA@JORNALMAPA.PT
SANDRA FAUSTINO
SANDRA.FAUSTINO@JORNALMAPA.PT
IMAGEM OUTROS ÂNGULOS

O encontro, organizado por um grupo de ativistas e investigadores/as comprometidos/as, reuniu mais de duzentas pessoas de vários pontos do país, muitas delas agricultoras, dinamizadoras sociais, ativistas ou académicas. Respondendo ao desafio da organização do evento de criar um mapeamento coletivo das várias experiências agroecológicas no território português, o objetivo do encontro, que aconteceu no Centro Ambiental de Torres Vedras, foi a sistematização de projetos e iniciativas já em curso. Divididos por núcleos regionais, pequenos grupos trabalharam a partir de uma proposta estruturada de mapeamento dinâmico, identificando elementos-chave nas suas regiões, potencialidades e desafios. Longe de pretender um mapeamento exaustivo, o encontro serviu como ferramenta de reflexão para a criação de uma rede agroecológica nacional.

Após a experiência de reflexão sobre o que já existe em Portugal, Nichols e Altieri falaram da sua experiência ao longo dos anos, desde que se formaram como agrónomos nos anos 80 na América Latina, e sobre as resistências que encontraram dentro da academia e de outras instituições. Professores em Berkeley (Califórnia, EUA), de nacionalidades chilena e colombiana, são uma referência mundial nesta área de conhecimento, que definem como a combinação do conhecimento científico contemporâneo com o conhecimento milenar camponês, de modo a criar sistemas de produção sustentáveis que melhorem e protejam os ecossistemas. Defendem ainda a agroecologia como um movimento que não dissocia os modos de produção agrícola das condições económicas, sociais ou culturais que lhes são inerentes.

De facto, como ambas sublinharam, o movimento pela agroecologia na América Latina começou de baixo, pela mão de camponeses, sem nenhum apoio estatal ou institucional, até se tornar, hoje em dia, no paradigma que a própria FAO (*Food and Agriculture Organization*) apresenta nos seus documentos. Neste processo, que Altieri descreve como uma cooptação, o apelo da agroecologia cresceu em popularidade e credibilidade.

Entre as várias ideias e experiências partilhadas, Altieri destacou a importância da soberania alimentar nos projetos que visitou em Portugal, independentemente dos seus modelos agrícolas. Segundo o que disse à assistência, é possível observar como funcionam os princípios agroecológicos nos projetos, independentemente de estes praticarem agricultura biodinâmica, permacultura, agricultura regenerativa ou sintrópica. Perante esta diversidade de chapéus/práticas, bem representadas no encontro, a agroecologia pode ser, sugeriu Altieri, o conjunto de princípios políticos que une as diferentes escolas de produção agrícola.

> A agroecologia define-se como a combinação do conhecimento científico contemporâneo com o conhecimento milenar camponês.

Clara Nichols explicou-nos que a primeira rede por eles começada, a SOCLA (S*ociedad Científica Latinoamericana de Agroecología*) (https://soclaglobal.com/), começou junto de agricultores/as, que eram quem estava a produzir alimentos de modo sustentável, muitas vezes encontrando soluções para as crises de abastecimento e alterações climáticas. Isso serviu para que estes/as pudessem estar em contacto com investigadores/as, fazendo assim com que as suas boas práticas se disseminassem.

Nichols também mencionou a importância da identidade cultural dos territórios agroecológicos, frisando como é importante o orgulho na ruralidade e nas manifestações culturais próprias de cada região. Uma vez que a educação dada no campo é uma educação «urbanizada», é importante combater a falta de valor e de autorreconhecimento, relembrando as populações rurais e urbanas da importância dos sistemas alimentares sustentáveis, e que há vida nas vilas porque os agricultores não usam agrotóxicos, que há vida nos bairros porque os agricultores trazem polinizadores, que há vida nas cidades porque os agricultores produzem alimentos saudáveis e mantêm as águas limpas, promovendo assim uma melhoria incalculável na saúde pública.

Como não podia deixar de ser, a discussão sobre as alterações climáticas serviu para reforçar a necessidade da formação em Portugal de uma rede nacional agroecológica. Do encontro saíram propostas concretas que serão postas em prática ao longo do próximo ano de forma colaborativa. Será através da identificação dos perigos globais, da partilha de experiências de sucesso e da união nas causas comuns que se poderá desenhar uma ação coletiva de proteção ecológica e resiliência perante as crises que se adivinham.

Demorou, mas o olival intensivo foi arrancado

O ano era de 2018, dois anos após a conclusão da obra de infra-estruturação dos 120 mil hectares de área de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) e um ano após a decisão de, afinal, juntar mais 50 mil e umas centenas de milhões de euros de investimento público aos mais de 2 mil milhões de euros já despendidos.

Quintos, Beja. Foto: André Paxiuta do ensaio fotográfico Oil Dorado (www.apaxiuta.com)

MOVIMENTO ALENTEJO VIVO
MOVIMENTOALENTEJOVIVO@GMAIL.COM

O olival intensivo já era «a» cultura do Alqueva – quase 60% do total da área irrigada. Mas a mancha de monocultura vertia cada vez mais para fora do perímetro de rega, com quase um quarto do olival a ser regado fora dos blocos inicialmente previstos, de forma não autorizada. Sem avaliação de impacte ambiental, as conversões para monoculturas de regadio ultrapassavam já os 20 mil hectares (agora 30 mil), atropelando planos de ordenamento sob o silêncio cúmplice da entidade gestora (EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva).

Em junho desse ano, o olival veio desaguar à porta da casa da Catarina, nos limites do perímetro urbano de Nossa Senhora das Neves, uma aldeia do concelho de Beja.

Antes ainda da instalação da monocultura, a Catarina notificou o Presidente da Junta de Freguesia e fez uma exposição aos serviços técnicos da Câmara Municipal (CM) de Beja, alertando que poderiam haver intenções de se fazer ali uma plantação. O parecer técnico dos serviços veio a propor o embargo imediato dos trabalhos que se iniciavam para a instalação do olival, por violação ao Plano Diretor Municipal (PDM). Este plano territorial de 2ª geração, em vigor desde 2014, estabelece, lucidamente, faixas de proteção sanitária e paisagística na periferia das localidades, que condicionam a intensificação do uso do solo à aprovação de um projeto prévio com avaliação das implicações na saúde pública. O parecer propondo o embargo seguiu para o executivo, e… ficou na gaveta. À insistência da Catarina, a CM de Beja alega não poder fazer nada – apesar de, na alínea b) do ponto 1 do artigo 3.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, estar bem explícito que «pode ser determinado o embargo de trabalhos ou a demolição de obras» pelo «presidente da câmara municipal, quando violem plano intermunicipal ou plano municipal».

> Uma a uma, duas a duas, a «fábrica de azeite» começa a ser desmantelada, quase cinco anos depois.

Em agosto, a Unidade de Saúde Pública (USP) de Beja apela à CM que «diligencie junto do promotor daquela cultura intensiva, através dos meios técnicos e legais necessários, a fim de avaliar e atuar sobre a respetiva instalação, nomeadamente a implementação das medidas» apontadas no parecer técnico. A USP pede também uma reunião com a CM, que só acontecerá 10 meses depois.

No dia 27 de outubro de 2018 o olival é plantado a cerca de 10 metros da casa de Catarina – começa a saga! Em março de 2019 dão-se as primeiras aplicações de pesticidas, situação que se repete periodicamente. A cada ocorrência Catarina contacta a Câmara e o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA). A CM de Beja faz contactos com entidades e desenvolve algumas reuniões, sempre inconsequentes.

Catarina funda, em conjunto com outros cidadãos e com a ZERO (organização não governamental de ambiente), o Movimento Alentejo vivo - um movimento de cidadãos em defesa do território, com um manifesto assinado por mais de 400 residentes. Pede também assistência à Provedoria de Justiça, que inicia contactos com a CM de Beja a fim de mediar uma solução.

Só em julho de 2020 é que a Câmara reúne oficialmente com o promotor do olival, conseguindo um acordo de reversão do olival intensivo para extensivo. Fica acordada a remoção do olival numa faixa de 100 metros em redor da habitação e a 25 metros do caminho público que delimita a aldeia até o final de fevereiro de 2021. O promotor concorda ainda em avisar com antecedência quaisquer aplicações de pesticidas na área. Será desta? Resolvido? Não.

Em março de 2021 o olival ainda lá está e voltam a ser aplicados pesticidas sem o conhecimento prévio da Catarina. O ano passa e só em 2022 a CM de Beja estabelece um novo acordo com o promotor, desta vez de conversão do olival intensivo em alfarrobeiral extensivo, mas só em março de 2023 o olival começa realmente a ser arrancado. Uma a uma, duas a duas, a «fábrica de azeite» começa a ser desmantelada, quase cinco anos depois.

Catarina e a sua família chegaram a ponderar sair da sua habitação. Foram forçados a fazer valer o direito, constitucionalmente estabelecido, a um ambiente sadio na sua própria casa, a lutar por um ambiente sadio. A coragem, a persistência e o apoio de outros fez a diferença.

Fermento para os movimentos sociais

Foi no Jardim da Cerca da Graça, em Lisboa, que encontrámos Sinan Eden, um dos fundadores da Fermento, um coletivo de formações para movimentos sociais, e que já conhecíamos da Climáximo ou da Sambação / Ritmos de Resistência. O encontro tinha como objetivo realizar uma entrevista sobre o projeto Fermento que, à distância, nos parecia ser um instrumento de profissionalização do protesto e que nos levantava mais questões do que certezas. Escutamos as respostas encontradas por este colectivo para suprir algumas necessidades de diferentes movimentos sociais, e, sendo algumas destas respostas muito diferentes daquelas que encontrariam eco em parte dos membros do jornal MAPA, a entrevista teve a virtude de se transformar numa reflexão conjunta sobre um diagnóstico similar acerca da organização e da execução de diferentes lutas sociais.

Apoiantes de Parar o Gás pintam sede da EDP em Março de 2023 (foto: Climáximo)

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT
NUNO PEREIRA

Catarina: Podes começar por contar um pouco da história da Fermento, como e onde surgiu, e quem é o grupo dinamizador?

Sinan: Nós não temos nenhuma vergonha de dizer que isto é um *spin-off* do movimento pela justiça climática. Como todas as organizações, o Climáximo tinha o seu plano de formações, sobre como facilitar reuniões, como facilitar reuniões gerais, como pensamos uma estratégia, como facilitar uma ação, como conceber uma ação. Isto estava a ser construído ao longo dos anos. Em 2019, com grandes mobilizações, grande fluxo para o movimento pela justiça climática, houve uma absorção e criação da capacidade de novas organizadoras, dirigentes, líderes… como quiserem chamar. Eu chamo de organizadores em geral.

E eu acho que o movimento de justiça climática conseguiu fazer isso de forma certa, em comparação com outros movimentos, ou seja, aproveitar uma onda de mobilizações e sair dessa onda muito mais forte do que antes, o que normalmente não aconteceu em todas as outras que nós estamos a contabilizar, que estavam a frustrar bué. Inclusive, eu estive aqui na altura da Troika, estive envolvido em Gezi [Parque Gezi na Turquia em 2013], assisti a duas grandes ondas de mobilizações sobre a habitação em Portugal. Lembramo-nos desta que está a acontecer, mas ninguém se lembra da anterior, porque os movimentos não tinham capacidade para agarrar essa nova energia, e agarrar nas pessoas que estavam a aparecer, e ficar com algumas dessas pessoas, capacitar estas pessoas e criar espaços para elas.

O Fermento não faz aquilo que eu chamaria de formação política, formação com conteúdo concreto com argumentos: dá mais coisas que se podem aplicar ao mesmo tempo ao Feminismo, Habitação, Clima, ou ao Movimento Estudantil ou, sei lá, ao Movimento Sindical, Laboral… É um coletivo que faz formações gratuitas a pedido das organizações. Neste momento, temos um grupo dinamizador de seis pessoas, e à volta destas existem 10 pessoas. É um pequeno grupo muito informal.

Nuno: Como é que foi esse processo e como é que o conseguiram estruturar?

S: Muito material, uns 70% diria eu, deve ser copiado de outros lugares. Nós fomos à Ende Gelände [protestos alemães contra minas de carvão], ao Anti-Fracking no Reino Unido… E essas ações já tinham isso buscar material ao movimento antinuclear da França. É a mistura deste material todo, que foi utilizado no Occupy Wall Street, no Extinction Rebelion… Esse material é *copy-paste*, é adaptado ao contexto, mas nós não desenvolvemos nada, e não temos capacidade, na minha opinião, para desenvolver uma coisa completamente nova. Nós estamos ainda a aprender, há muitos coletivos desse género em todos os países onde há grandes mobilizações, e eles têm essa infraestrutura já estabelecida. Portanto os processos de estrutura e outros vêm de todos os movimentos sociais. Há uma aprendizagem do movimento global em geral, do movimento progressista. E são peças que se buscam em sítios diferentes, aprende-se daqui e dali, falando com pessoas: "como é que vocês fazem isto", ou "como fazem aquilo".

> Em primeiro lugar, maior organização e, em segundo lugar, mais pessoas preparadas para coisas maiores e mais interessantes ou mais disruptivas

Eu posso contar a história do Fermento desde 2019. Acho que [o projecto] surgiu de frustrações: a manifestação de Março de «O Povo é quem mais Ordena», depois das da Geração à Rasca, e das do [movimento] «Que se Lixe a Troika», que trouxe cerca de meio milhão de pessoas para a rua. As pessoas estavam muito preocupadas em fazer a manifestação como deve ser, em vez de pensar que a manifestação era um passo para outra coisa qualquer, que nós queremos construir, como um construir um movimento. Eu não tinha noção dos números de pessoas que iam aparecer. E quando nós chegamos com a «maré de educação» à Praça do Comércio, eu fiquei a olhar para aquilo e percebi: «Ah! Então isto é que é uma condição revolucionária, não é uma coisa mítica, é mesmo isto». Quando tu levas estas pessoas para a praça do Comércio e as mandas para casa, fizeste um erro histórico. Nesse dia, eu percebi: perdemos. Criámos uma grande oportunidade para a perder. Estas frustrações pessoais levaram-me a pensar que alguém tem que investir noutro sítio, e nós temos que pensar naquelas ações ou manifestações como um passo intermédio, mas não pode ser só dito "isto é só início" ou "a luta continua"… Portanto, fazer uma manifestação ou uma ação direta como preparação de uma outra coisa maior. Em primeiro lugar, maior organização e, em segundo lugar, mais pessoas preparadas para coisas maiores e mais interessantes ou mais disruptivas. Esse é o pensamento que nos leva para a especialização nesta área. Pensamento especializado, dedicado à construção de um movimento. É o que nós estamos a fazer.

C: Reconhecendo isso, quando entramos no site da Fermento, e como estavas a dizer, vocês agarram em montes de coisas que vêm de outros sítios, e há ali coisas que se aproximam de uma linguagem de tipo empresarial. Porque é que optaram por isso?

S:Eu estive em pelo menos 100 reuniões de avaliação de coisas que fizemos de ativismo, em que a avaliação foi: "ah foi fixe", "podíamos ter tido mais pessoas". Há um conformismo dos movimentos sociais em geral, não só em Portugal, de que nós não temos metas, não temos formas de ganhar e não temos *accountability*. Ou seja, quando falhamos ninguém reporta, ninguém assume as consequências de que este foi um evento falhado e nós temos de aprender muito com isto. Há muito pouca literatura sobre isto, o que significa que houve um avanço do lado do inimigo, a produzir estas coisas. Elas são muito bem organizadas, e estão muito capacitadas a reproduzir-se, reproduzir a sua cultura, reproduzir a sua organização e reproduzir a sua ação, e no outro lado há muito pouco esta cultura. Se fores procurar como é que se organiza uma estratégia para ganhar, 97% do material que vais encontrar e que dá jeito não foi produzido por anticapitalistas. Então o que tens de fazer? Pegar nesses 3% e depois olhar para os outros 97% e ver se dá para filtrar alguma coisa de jeito, alguma coisa que possas subverter um pouco para ser útil. Portanto, a minha resposta é esta: há ferramentas que realmente são úteis para qualquer organização, nomeadamente há muita informação técnica. O meu foco não é encontrar ferramentas de eficiência ou assim: a minha preocupação é sempre "nós temos de ganhar". Todos os movimentos, em geral. E qual é o plano? Como é que vamos construir esse plano? Como é que vamos construir uma organização que vai executar esse plano?

N: Isto leva-me à questão da imagem, das formas contemporâneas da utilização da imagem, e à questão do espetáculo. Olhando para a vossa *checklist* sobre fotografias em contexto de ação ou manifestação surgiu-me a preocupação do quanto se tenta aproveitar essa espetacularização.

S: Essas são originais: o "como tirar fotos" ou "como fazer vídeos" é algo que vem da nossa base, da nossa própria experiência, não foram copiadas de qualquer sítio. Que tipo de coisa é que nós estamos a organizar: eventos pequenos, conferências grandes com associações paralelas, pequenas ações, ações surpresa, concentrações, manifestações… pode haver ou não desobediência civil, ou seja, pode haver interação com a polícia. Essas são as coisas que estamos a organizar e em todas estas há pelo menos alguma parte interessante da utilização das câmaras: produzem segurança por um lado, e por outro asseguram a divulgação.

A ação não é um fim. Nós estamos a ensaiar, a praticar trabalhar juntas, a perceber como lidar com a incerteza, a testar as fronteiras ou as flexibilidades do sistema

Acampamento 1.5 contra capitalismo fóssil e pela justiça climático em Melides em julho de 2022 (Foto: Climáximo).

Eu acho que o truque daquela *checklist* é que pode ser uma nova pessoa para o fazer. Porque alguém diz "ah, eu tenho uma câmara", mas depois na verdade essa pessoa sabe tirar fotos da natureza e não de uma marcha, não sabe para onde olhar. O resultado é que essa pessoa fica frustrada, e nós todas ficamos chateadas com a pessoa, e essa pessoa não fica dentro do movimento, porque nós abrimos, mas depois não lhe demos as ferramentas certas.

Essa *checklist* foi feita de uma forma muito rápida. Em 2018, nós estávamos a montar uma marcha mundial do clima, em que não havia equipa de organização. A "equipa de organização" eram reuniões abertas em que as pessoas apareciam só. Não sabiam nada, não eram ativistas, estavam só interessadas no clima. A certa altura eu tenho de fazer um *briefing* às pessoas, porque era preciso montar uma equipa lá no momento. Então eu produzi isso porque, como era impossível montar uma equipa de vídeo e uma equipa de fotografia ao mesmo tempo, bastava simplesmente as pessoas olharem para esta lista. Todas as ações têm um elemento comunicativo, todas as ações têm um elemento disruptivo. Pode ser mais ou menos, e podem ter outros significados essas palavras. Existem ações mais comunicativas e muito pouco disruptivas: às vezes são úteis, e outras vezes não são. Não vão resolver nenhum dos nossos problemas, mas podem ajudar num passo intermédio.

C: Pegando no que estás a caracterizar como "ações disruptivas" ou "não-disruptivas", quando se lê convocatórias para ações diretas ou ações de desobediência civil, parece que há uma necessidade de enfatizar que vão ser não-violentas. Para ti, e para o grupo, como é que vêem isso do "violento/não-violento": quais são as fronteiras?

É estranho e ao mesmo tempo divertido tudo isto… Em 2019, o debate interno que nós estávamos a ter era sobre o princípio da Extinction Rebelion de não-violência ao máximo, quase uma posição moral ou ética. E nós estávamos a lutar com isso, estávamos a tentar perceber como é que nós podemos interagir com uma coisa destas, que nós não percebemos… Ou seja, não estávamos a perceber essa posição quase religiosa, e com esse enfâse na não-violência. E, ao mesmo tempo, estávamos a perceber que as ações estavam a funcionar, que a dinâmica estava a funcionar. A nossa posição era: nós vamos fazer isso porque isto era mais avançado do que as coisas que estavam a acontecer até agora. Nós vamos fazer, e se é esse o enquadramento a nível internacional, ok. Ao mesmo tempo, eu fui à televisão, à SIC, e a jornalista perguntou-me se nós íamos continuara a fazer ações violentas. E eu disse: "Ações violentas?"… Em Londres as pessoas faziam meditação de manhã e a Polícia ia lá tirar as pessoas. A jornalista diz: "Sim, bloquear as ruas e causar disrupção no trânsito". Ok, então nós temos aqui dois tipos de problemas, e eu não consigo interagir com isso a dizer que são ações não-violentas, porque venho de um sítio em que eu tenho problemas com a não-violência em que estava a ser enquadrado. Portanto sim, há uma cultura hegemónica que define o que é que é a violência. Acho que é um acontecimento semanal na Turquia um professor desempregado que se suicida. Quando isso é notícia é apresentado como um sofrimento ou problema psicológico, nunca é violência. Não tenho muito interesse nesse debate porque, se fizéssemos uma linha nalguma coisa, entre o que é que é violento ou não-violento, não sei para que é que servia.

Dito isso, eu percebo que, em grande medida os movimentos que conseguiram mobilizar massas precisavam de uma tática que permita que todas as pessoas, incluindo as nossas avós, consigam fazer aquela ação daquela forma que está a ser desenhada, que muito provavelmente vai ser não-violenta, no sentido amplo da palavra. Ações não-violentas permitem mais participação massiva, de largas partes da sociedade. E, em segundo lugar, se uma ação de massas não é espontânea, mas é organizada, ou seja, convocada, planeada, muito provavelmente estás a comunicar esta ação na presença da polícia. Essas são duas considerações estratégicas que em geral todos os movimentos sociais têm: de como é que apresentam uma ação à população e como decidem o desenho da ação. Eu estava a olhar para o "Parar o Gás", em que eles dizem que vão ser «cuidadosas e não colocar pessoas ou animais em perigo, e atravessaremos ou contornaremos pacificamente quaisquer bloqueios de forças policiais ou de segurança, ou obstáculos estruturais». Essa é uma das definições. Mas o tipo de ação define o que é que é aceitável.

C: Nos movimentos sociais em Portugal, tende a haver aproximações de pessoas que fazem parte de partidos políticos, aproximações assumidas ou tentativas de infiltração até. Tens sentido isso nos grupos do Clima?

Os partidos existem em grandes movimentos. O Les Soulèvements de la Terre ou o Anti-bassine, a malta da ZAD que fez agora grandes acções contra a construção de mega reservatórios [em França], eles tinham lá um deputados dos Verdes a ser detido, e aquilo é completamente ZAD e mesmo assim eles vão lá e fazem a sua coisa e tem o seu contributo e o movimento continua a crescer, independentemente dessas instrumentalizações - ou sinergias - porque com isso é que consegues chegar às capas dos jornais também, e isso traz-te outras coisas, outro tipo de visibilidade e também ajuda como segurança.

Com o «chapéu» Fermento, a resposta que posso dar é que, se não sabes facilitar uma assembleia e não sabes montar uma estrutura, alguém vai cooptar-te. Se aquilo está minimamente forte, quem está a organizar vai tomar conta daquilo.

Na ocupação de Gezi, toda a água e todo o pão foi dado pelo partido republicano e toda a gente sabia disso. E eu não tenho nenhum problema com isso. Eles têm um papel. Quem é que vai pagar? Obviamente, eles, se são eles que têm dinheiro para pagar, não há nenhuma razão para eu achar que devia ser

Ação de desobediência civil em massa do Camp in Gás, na Bajouca, em 2019.

de outra forma. É preciso perceber que há vários elementos e que cada um tem o seu papel. A nível europeu, na minha experiência como organizadora, por norma, em grandes movimentos o problema é a cooptação por ONG's, não pelos partidos. Os partidos acabam por ser mais honestos do que as grandes ONG's. Essas ONG's têm mais dinheiro, menos pessoas, e não estão interessadas em ter novas pessoas. Os partidos políticos, pelo menos, querem ter mais militantes. Portanto têm uma lógica de organizar mais pessoas. As ONG's só querem meter o logo, aparecer na televisão e, como resultado, ficar com mais donativos. Em Portugal, essas ONG's não existem dessa forma, mas na Alemanha todas as mobilizações climáticas tinham essa tensão de cooptação. Porque é que eu estou a dizer isto: não faz sentido chamar um movimento "apartidário", como não faz sentido chamar um movimento de "aONGário". As pessoas têm o direito a organizar-se da forma que quiserem. Eu não vou perguntar às pessoas se são de partidos ou não, essa pergunta é uma pergunta fascista. Nós não somos contra partidos. Há partidos que são parlamentares, há partidos que não são parlamentares, há partidos que não são legais, há partidos que não são armados, partido para mim é um grupo de pessoas que tem um programa político, isto é, têm uma visão completa para a sociedade, não só temática. Um partido é só isto: um grupo de pessoas que se juntaram e que têm uma visão para a sociedade. Podem ser dez pessoas que têm um jornal.

A frustração geral em Portugal, segundo o que as pessoas me dizem e que eu não partilho na verdade, é que o pensamento

> Ter no teu nome «não-governamental» já é uma posição apolitizada, não é? Está a treinar-te para não pensares governamentalmente, a não governar nada

acontece fora do espaço. Num outro espaço qualquer, numa outra reunião, as pessoas montam a estratégia daquela plataforma e depois chegam e começam a defender essa posição. Isso pode ser pelos partidos, pode ser pelas ONG's, pode ser por coletivos, pode ser por várias formas. Eu acho que o problema é mais esse do que outra coisa: as pessoas estarem ancoradas numa outra agenda. Obviamente nós somos pessoas íntegras e temos várias agendas, mas quando estamos num sítio, quando entramos nesse sítio temos de dizer: "olha, estes são os meus chapéus e os meus bolsos, o que é que vamos fazer agora com isto, juntas?". Conseguir fazer esta pergunta é muito mais interessando do que: "Eu vou tirar estas coisas para fora, estes chapéus agora têm de estar noutro sítio…" Não, somos pessoas completas, inteiras.

Portanto, com o "chapéu" Fermento, a resposta que posso dar é que, se não sabes facilitar uma assembleia e não sabes montar uma estrutura, alguém vai cooptar-te. Se aquilo está minimamente forte, quem está a organizar vai tomar conta daquilo. Por isso é que existimos: para que haja mais pessoas que conseguem fazer esse trabalho de cuidar dos espaços e estruturar espaços.

N: Falámos de uma série de exemplos de fora, de ações ou da tua experiência particular fora de Portugal. Tenho curiosidade em saber se tu vês alguma "especificidade portuguesa", não na organização, mas na desorganização.

S: Não sei. Uma coisa certa é que os movimentos em Portugal não são assim tão desorganizados, são bastante organizados. Mas tu precisas de uma espécie de massa crítica para que as coisas um pouco mais "marginais", ou seja, nas margens do *mainstream*, sejam suficientemente grandes para ter visibilidade. Mas isso tem a ver com o tamanho do país, o tamanho dos centros urbanos, e outras coisas "estatísticas". Acho que a grande diferença é a infraestrutura em falta: organizações de advogados, sítios onde fazer as formações, onde fazer reuniões…Em todos os sítios em que isso existe, as pessoas conseguem mais, porque não precisam de montar essas coisas. Isso é uma grande infraestrutura que não consegues montar com 10 ou 20 pessoas que se juntaram e estão zangados, e que até podem ser muito capacitados, mas não têm credibilidade para falar com um advogado que trate do teu caso. Essas duas coisas são uma espécie de barreiras de entrada: não ser fácil lançar um coletivo e conseguir fazer reuniões, porque consegues fazer duas ou três chamadas, ou procurando no *google* encontras três organizações, e arranjas um sitio. Ou podes depender de outras infraestruturas em questões como ter donativos ou ter apoio legal. O que significa que os movimentos estão sempre colados às coisas que têm essas cenas, como os partidos políticos. Também não há jornalistas ativistas que podes contactar, uma organização a quem podes enviar um mail e sabes que isso vai

> Fazes uma reunião com a câmara municipal e depois talvez faças uma petição ou participas numa consulta pública. E as pessoas ficam a perceber: isto também não deu.

chegar ao sítio certo. Essas coisas são bué comuns em países onde essa organização autónoma funciona. Em grande medida, acho que a infraestrutura é uma grande barreira de entrada aos pequenos, e tens de fazer tudo do zero. Imagina, quando estávamos a preparar o manual de apoio legal, não havia nenhum manual de apoio legal em Portugal… Como é que nós é que estamos a escrever isto em 2000 e não sei quanto?! Quando vais a Espanha, qualquer grupo, independentemente da radicalidade ou do pensamento crítico que tem, tem um número de telefone para apoio legal. Podes fazer essa chamada, és ativista, fizeste uma manifestação ou uma ação, podes pedir esse apoio, e depois logo se vê o que acontece, mas não estás completamente à toa e isolada. Quando não tens estas coisas, tens muito medo.Por isso é que nós estamos a construir essas coisas todas com calma. Como se faz apoio legal, como é que se monta uma ação, como é que se monta uma reunião…

C: Quem participa na Fermento? São sobretudo jovens urbanos ou já fizeram formações com a malta do Barroso ou grupos semelhantes?

S: Só fizemos formações com grupos mais urbanos. Organizámos formações com o movimento laboral, com o movimento dos direitos dos animais, com grupos contra combustíveis fósseis. Lutas territoriais, não me lembro.

Cada ação é um ensaio. A ação não é um fim. Nós estamos a ensaiar, a praticar trabalhar juntas, a perceber como lidar com a incerteza, a testar as fronteiras ou as flexibilidades do sistema: até que ponto é preciso ir, fazer o escalamento, até o outro lado dizer qualquer coisa. Esse é o pensamento que eu tenho, em geral, e acho que isso é válido no Barroso, na Bajouca, no Algarve ou nas estufas do Alentejo. Em todo o lado as pessoas chegam a esta conclusão, que é: há vias fáceis de acesso. Fazes uma reunião com a câmara municipal e depois talvez faças uma petição ou participas numa consulta pública. E as pessoas ficam a perceber: isto também não deu. E entretanto a comunicação social também não está a falar, ou seja, fala às vezes e depois pára de falar quando já não é interessante. E depois entramos no cinismo que "ah, esse sistema corrupto não me respondeu!", ou "responsáveis são os políticos ou as empresas!". Eu acho que há uma diferença que eu queria colocar aqui: estes são os culpados. Responsáveis para parar esse crime somos nós. É essa a diferença: eles são os culpados, nós somos os responsáveis por parar, seja a mina do Barroso, seja o Terminal de Gás [de Sines], seja a gentrificação, seja o femicídio. Temos de assumir esse poder colectivo e dizer: "Nós temos algum poder colectivo. Como é que vamos ter mais poder? E como é que vamos contrapor esse poder de uma forma contra-hegemónica ao que existe?". O que me interessa é começarmos a fazer perguntas deste nível e não do nível de "eu sou contra e estou a manifestar-me a dizer que sou contra." Isso é fixe, mas não produz vitórias.

N: E como é que avalias, neste momento, o trabalho da Fermento, apesar de se encontrar ainda numa fase inicial? E que tendo em conta o que devia estar a acontecer tens reconhecido como um trabalho ainda muito insuficiente.

S: Como é que nós perdemos pessoas, nos movimentos sociais em geral? Nós perdemos pessoas quando elas aparecem e nós não temos nenhuma forma de recebê-las. Quando acontece uma reunião da qual não sai nada, que é uma grande confusão, ou convidamos para uma coisa tão mal montada, que a pessoa fica desempoderada; quando foste a uma concentração e não se percebe o que está a acontecer; ou então, quando cansas as pessoas a fazer a mesma coisa, e elas não estão a ver os resultados, elas eventualmente tornam-se cínicas, a dizer: "Opá, isto não funciona, nós já fizemos tantas manifestações, não funciona!" Estas são formas de perder pessoas. A Fermento existe para essas frustrações. Estas frustrações são gerais, não são de agora, não são do Clima. Quando as pessoas chegam a um sítio, a uma reunião, a uma assembleia, seja o que for, e saem daquilo com pica: «Uau, algo aconteceu aqui, não foi só uma conversa da taberna, nós produzimos uma coisa juntas." O ADN da Fermento é este: ser útil para as lutas territoriais, para as lutas ambientais, para as lutas pela habitação, para as lutas feministas, para as lutas antirracistas, para as lutas decoloniais, para as lutas anticoloniais, para as lutas LGBT, e para a luta climática, de qualquer pessoa ou coletivo.

www.fermento-pt.org

Atrapalhar o gás

No passado dia 13 de maio, um grupo de cerca de 200 pessoas juntou-se numa ação de desobediência civil para impedir a chegada de um novo carregamento de gás ao Terminal de Gás Liquefeito do porto de Sines. Divididos em quatro grupos, conseguiram bloquear, durante sete horas, diversos pontos de acesso ao Terminal e adiar a chegada de gás para a madrugada do dia seguinte.

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT
FILIPE OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT

Muitas das pessoas que participaram na ação chegaram a Sines em autocarros que partiram às 5h da manhã do Porto, às 6h30 de Coimbra e às 7h30 de Lisboa. Perto de Sines, uma operação STOP da GNR de Grândola parou os veículos e, com o auxílio de cães, revistou pessoas e malas, inspecionou os documentos do autocarro e do motorista, entre outras ações de intimidação que atrasaram em cerca de duas horas a chegada destas pessoas ao centro de Sines.

Após este atraso, as manifestantes reuniram-se no Jardim da Praça da República da cidade. Depois de se vestirem com macacões brancos – evocando os Tute Bianche, movimento social italiano dos anos 90 – partiram, pelas 12h, numa manifestação de cerca de três quilómetros até ao Terminal. Tendo chegado pelas 13h30, diferentes grupos bloquearam, durante toda a tarde, três portões da infraestrutura.

O primeiro bloco parou em frente ao portão principal do Terminal, por onde passam habitualmente os veículos que transportam o gás que chega ao porto de Sines. Muito rapidamente, um grupo de cerca de dez participantes bloqueou aquela entrada formando uma barreira humana. Os seus elementos estavam unidos pelos braços através de tubos. Uma das pessoas prendeu-se às grades do portão com um cadeado de bicicleta ao pescoço. Outras permaneceram neste local a manifestar-se ou a prestar apoio – dando água, comida ou sombra – a quem bloqueava aquela entrada, incluindo o grupo Ritmos de Resistência, cuja insistente percussão e palavras de ordem continuavam a canalizar a energia entre os presentes após horas de protesto.

A força que move o protesto

O Jornal MAPA entrevistou três pessoas que se encontravam a bloquear este portão: Inês, Pedro (nomes fictícios) e Danilo. Inês, secretária na área da Cultura, e Pedro, doutorando em Física, acordaram às 3h30 da manhã para participarem no protesto e fazem parte do núcleo do Porto da plataforma «Parar o gás». No final de março de 2023, participaram na invasão da Central de Ciclo Combinado da Tapada de Outeiro, em Gondomar, uma das mais poluentes infraestruturas portuguesas que recorre à queima de gás para a produção de eletricidade. Nessa ocasião, entraram no local em protesto contra o consumo de gás fóssil, colocando faixas numa das torres da Central com as frases «Parar o gás» e «Vossos lucros = Nossa pobreza».

Pedro nunca tinha participado numa manifestação até se envolver com coletivos climáticos: «Nunca tinha participado em nenhuma manifestação ou algo do género, mas no ano passado vi um poster do acampamento climático que o Climáximo ia fazer e decidi ir, para fazer alguma coisa. Estava farto de ser um bocado filósofo de café.» Desde essa experiência, ambos participaram já noutras ações climáticas e começaram a dinamizar diversas atividades no Porto, como debates, sessões de cinema, pinturas de murais, entre outras, com o intuito de mobilizar pessoas para participarem na manifestação e nas ações projetadas para aquele dia em Sines. A propósito deste protesto, Inês sublinhou a importância de organizar ações consideradas disruptivas para conseguir chegar à comunicação social e transmitir a mensagem que o grupo pretende divulgar ao maior número de pessoas possível: «É sempre também com o intuito de chamar a atenção aos outros, porque é muito difícil chegar aos *media*, é muito difícil que as coisas passem na televisão.»

> Um grupo de pessoas entrou nas instalações do gasoduto da REN, perto de Melides, e fechou a torneira de emergência do gasoduto.

Ao lado destas duas pessoas, também com os braços presos com tubos, estava Danilo, que vinha de Lisboa e é presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Call Centers. Segundo nos conta, Danilo decidiu juntar-se ao protesto porque sempre se preocupou com questões ambientais. Constatando que os termos assinados no Acordo de Paris em 2015 eram manifestamente insuficientes, decidiu juntar-se a grupos ecologistas, como o Climáximo, a campanha Empregos para o Clima, o Extinction Rebellion e o movimento contra a mineração: «Na minha opinião, nem gás nem lítio.» Danilo entende que existem soluções alternativas e que é preciso colocá-las em prática o quanto antes. Já reuniu com grupos parlamentares, mas afirma que estes encontros não se provaram profícuos: «Já tivemos discussões com os grupos parlamentares. Eles escutam-nos, mas, de facto, não fazem nada. É uma hipocrisia brutal, porque tanto a União Europeia como Portugal dizem que estão preocupados, mas a questão é que fazem coisas completamente contrárias ao que dizem fazer. Estamos preocupados com o aumento da temperatura, mas continuam-se a celebrar contratos ruinosos.»

Inês acrescentou que estão a protestar em Sines porque aquele é o principal ponto de entrada de gás em Portugal - «chamado *natural*, mas que não é natural: é um gás fóssil» -, e que existem planos para aumentar a sua infraestrutura. «Não podemos fazê-lo. O aumento dessa infraestrutura é para ir buscar gás de países como a Nigéria, e a outros países que estão a ser expropriados das suas terras há 20 anos. As populações continuam a lutar e não são ouvidas por nós.» A jovem recorda ainda que há planos para duplicar a extração de gás e de petróleo no Brasil, Angola e Moçambique, países marcados por uma história de colonização. Danilo corrobora as afirmações da companheira, sublinhando o exemplo de Moçambique, um país com poucos recursos: «Acabam por se reiterar novas formas coloniais. Os países supostamente mais desenvolvidos, que são os que mais poluem, extraem os recursos destes países.»

De acordo com a informação fornecida no site da plataforma Climáximo, o gás utilizado em Portugal provém atualmente sobretudo da Nigéria, dos Estados Unidos, do Qatar e da Rússia. Segundo dados da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), em fevereiro de 2023, cerca de um ano após o início da guerra na Ucrânia, o Porto de Sines recebeu 102.217 toneladas de gás dito «natural», oriundo da Rússia. Além do presente cenário, as empresas que exploram o gás em Portugal – Galp, EDP, REN e Trustenergy – querem expandir a produção e aumentar a importação de gás vindo do Brasil, Angola e Moçambique.

Quando a Máquina ficou sem fôlego

Durante a tarde, outros dois portões do Terminal foram bloqueados: um segundo portão nas traseiras, onde foram penduradas faixas com as mensagens: «Somos a natureza em autodefesa» e «Gás é andar para trás»; e um terceiro portão, onde se podia ler: «Se abril já passou, a luta é agora».

A meio da tarde, alguns membros da Greenpeace e apoiantes da plataforma «Parar o Gás» bloquearam a entrada do porto de Sines por mar, com recurso a barcos, a caiaques e aos seus próprios corpos, mergulhando na água e lá permanecendo, com coletes salva-vidas. A polícia marítima interveio e travou a entrada destas pessoas no terminal.

Por fim, ao final da tarde, um grupo de pessoas entrou nas instalações do gasoduto da REN, perto de Melides, e fechou a torneira de emergência do gasoduto, impedindo a saída de gás do terminal por esta via.

No final do dia, um grupo mais pequeno ponderou pernoitar no local para bloquear a entrada do primeiro carregamento de gás natural durante a madrugada. Porém, as manifestantes acabariam por retirar-se, pelas 20h, considerando que a ação cumpriu os seus objetivos: interromper o normal funcionamento da instalação portuária, travando o fluxo de gás fóssil no Terminal, por terra, por mar e através do gasoduto.

Um Okupa dos Montes

Reflexão de *un Okupilla del Monte*, que anda pelas montanhas de Espanha okupando e *bicheando*

ILUSTRAÇÕES MCMARCO
CARNETSNDDL.BLOGSPOT.COM

O que fazem os okupas rurais? Cultivar batatas é revolucionário? Quantos há? São punks ou hippies? Onde estão? Mas de que vive essa gente? Têm internet? Lavam as mãos antes de comer? Usam moto-serra? Rezam? São boa gente? Conseguem a auto-suficiência? Têm chefes? Levam os seus filhos à escola? Curam o cancro com plantas? Têm pensão de reforma? Andam descalças? Como é a sua vida sexual? Nenhuma destas perguntas é respondida no artigo que se segue[1].

Raiz

Já foi dito, mas há-que insistir. A interpretação histórica a partir do campo é inequivocamente clara: espoliação e colonização. São muitos séculos em que, apesar de resistências de todo o tipo, os processos de concentração da propriedade e do poder ganharam terreno, estritamente falando, a uma humanidade que vivia com uma identidade de união com a terra e com os seus semelhantes.

Os últimos três séculos foram, ou talvez o pareçam devido à sua proximidade, especialmente sangrentos. As ideais ilustradas colocaram-se ao serviço daquela burguesia que roubou o brinquedo à nobreza e edificou o estado-nação e o capital à custa dos recursos de uso comum e dos habitantes das aldeias, que foram recrutadas primeiro como exército e depois como proletariado industrial. O aproveitamento dos recursos fósseis (carvão, petróleo, gás) acelerou todo o processo de concentração da propriedade, e também a concentração demográfica, como crescimento espetacular das cidades.

As raízes comunalistas dos potentes movimentos proletários beberam mais do passado rural dos seus militantes do que das teses de Piotr Kropotkin ou Karl Marx. Não obstante, esta cultura proletária não teve suficiente desenvolvimento para evitar a deriva individualista e materialista que o sujeito proletário com a sua prole, salário e propriedade urbana tristemente teve na segunda metade do século xx, despojado da sua anterior união com a terra e de uma espiritualidade da que só restava o seu vestígio cristão mais apodrecido.

Essa prole, filha do optimismo capitalista, crescida já nos bairros, deu-se conta da estafa do trabalho assalariado, do consumo, do voto e do ócio, e procurou desesperadamente uma alternativa na contracultura, como moscas num frasco de vidro. Uma contracultura com dificuldades para criar outras identidades pós-juvenis e outras realidades que habitar além da chantagem escravizadora.

Tronco

Algumas moscas conseguem sair do frasco. Atordoadas e sem muitas possibilidades, isso é verdade: sai do bairro e transplanta-te para o monte, com muito discurso político e agroecológico, e sem grandes conhecimentos e ferramentas para sobreviver no campo, sem falar de reinventar um novo contracto social revolucionário, que integre a diversidade num consenso com equidade que, além disso, deve gerar uma realidade material sustentável (economicamente). E isso numa aldeia que se foi, e de que restam apenas uns muros sem telhados. Bora lançar esperança, tenacidade e boa sorte em grandes doses.

Resulta que parte daquela espoliação das gentes das aldeias agora se chama monte público, a que a administração tem abandonado, desprovido de uso. Incrível. Lugares maravilhosos com fontes, terras, caminhos, restos da vida de muitas gerações que trabalharam duro e que imagino que se devem revolver nas suas tumbas ao ver o que se fez com todo este valiosíssimo património.

Que excelente oportunidade. Um cenário perfeito para ensaiar a nossa experiência. Sem propriedade privada e com tantas coisas por fazer... que são os melhores pretextos para juntarmos um grupo de gente, sonharmos, organizarmo-nos, revincularmo-nos, aprendermos, transcendermo-nos.

Como dizia John Lennon, a vida é o que te ocorre enquanto tentas fazer outras coisas. Numa experiência de okupação rural, também. Chegas pensando em desenvolver uns temas, e sem te aperceberes estás a matricular-te em muitos mais cursos do que imaginavas.

No monte não há polícia ou bancos a quem atirar pedras, nem sociedade ou câmara municipal a quem atirar a culpa. Foda-se, nem está lá o teu pai para discutir. Acabou-se o choramingo esquerdista e a rebeldia de pose; há que tomar as rédeas, todas. A carregar pedras, pois há que fazer uma casa. E depois outra. E, entretanto, iniciar hortas e preparar lenha, e cuidar dos animais, e reparar aquilo que fizemos mal. E despacha-te que vem um bebé este inverno. E não te lembrava, hoje há assembleia... Querias liberdade, dignidade, auto-gestão...? Então toma sete taças.

Uma aprendizagem básica é a beleza da austeridade. Viver com menos é uma estratégia de independência do trabalho assalariado, um compromisso com a minha pegada ecológica, o desenvolvimento de outros mecanismos para conseguir o que necessito e uma redefinição das minhas necessidades.

Deixar de desfrutar de certos confortos quotidianos, como acender uma lâmpada apertando num interruptor e que sempre se acende, ou abrir uma torneira e sair água quente, é sentido como uma precariedade. Mas quando voltas a tê-lo, depois do esforço, de tê-lo construído e tomas um duche conhecendo cada detalhe percorrido da água desde a sua fonte, ou sabes os materiais e o trabalho necessários para que essa

Criar vizinhança, isso que é tão pouco espectacular pode ser do mais revolucionário nas aldeias.

Através destes simples processos sai-se da identidade de cidadania que exige direitos a um estado paternal, para entrar na dignidade de um grupo humano que auto-gere a sua vida inter-relacionando-se e responsabilizando-se.

luz se acenda, o que antes foi um "direito" básico, agora converte-se em alegre celebração. No pequeno surge um maior nível de consciência e responsabilidade, e um agradecimento à vida e aos seres que tornam possível que isto aconteça.

Através destes simples processos sai-se da identidade de cidadania que exige direitos a um estado paternal, para entrar na dignidade de um grupo humano que auto-gere a sua vida inter-relacionando-se e responsabilizando-se. Sucede um *empoderamento colectivo*: não sabíamos que podíamos enfrentar todas estas questões, fazer casas, instalar-lhes água corrente, aquecimento, electricidade, viver juntas, resolver conflictos, cuidar da terra e tornarmo-nos, definitivamente, maiores, mais empáticos, mais livres, mais conscientes do que acontece ao nosso redor. Pouco a pouco o sistema, com as suas leis, perde a sua presença e esvazia-se como um balão mole.

Ramos

Sem te aperceberes, o lugar okupa-te. Transforma-lo e transforma-te. O contacto como monte e a estreita convivência com outras pessoas muda-te o olhar, e começas a ver que é disso que trata a mudança que já cheiravas no bairro, e que tão longe está agora e que estranho te parece. Além do discurso que trazemos, vamos germinando numa existência que transcende a ideologia em palavras e conceitos: observação, escuta, incerteza, confiança, aceitação, risco, união, amor... Aprendemos, ampliamo-nos noutros conceitos. Posso parecer agora um punk reconvertido a hippie. Sim, é um pouco isso.

O que quero salientar da minha aprendizagem okupando o monte e vivendo em comunidade é que a mudança social que almejamos, requer, ou simplesmente sucede, uma mudança de identidade. Já não importa tanto *o-que-eu-opino-e-desejo*, mas o que é melhor para todo o sistema humano-território-biosfera. Coloco-me ao serviço dele, simplesmente porque sou parte. Penso, embora, como ateu, me custe confessá-lo, que se me revela neste processo um vazio que sofremos no Ocidente: o nosso deficit espiritual. Precisamos de unirmo-nos mais entre pessoas e com a natureza, e fazê-lo não só a partir dos discursos ideológicos clássicos, mas sim a partir de uma superação do ego e um desenvolvimento da nossa ancestral identidade colectiva e pertencente ao ecossistema. Somos isso, e não o nome completo que colocam no nosso documento nacional de identidade individual, nem os titulozinhos académicos que nos concederam, nem a nossa conta-corrente. Pode-se escrever, explicar, mas também e sobretudo há que senti-lo, compreendê-lo a partir de mais sítios do nosso corpo e da nossa consciência, e isto ocorre mais facilmente numa aldeia do que numa cidade. A transição desde o sujeito *eu* ao sujeito *nós*, e do antropocentrismo ao biocentrismo é um caminho a que nos propomos e que nos obriga a rever muitos dos nossos conceitos mais axiomáticos, como o de quem somos ou o que é a liberdade.

Repressão

A ocupação rural sofre um nível de repressão menor que a okupação urbana. Visitas dos agentes florestais ou da guarda nacional que acabam em multas por aproveitamento de pastos e lenhas, por edificação ilegal e desalojamento é a trilogia clássica. A aldeia de Sasé em 1997 foi um desalojamento exemplar que levou à perda do processo judicial e da legitimidade política do governo de Aragão, além de um amplo rasto de ocupações no seu território. Esperamos que aconteça o mesmo com a la Junta de Castela la Mancha pela cagada que está a cometer com a aldeia okupada de Fraguas [NT: o desfecho de Fraguas resultou no seu desalojamento, tendo uma ampla rede de solidariedade alcançado cobrir as multas impostas aos okupas].

São muitas as experiências de okupação ilegal no meio rural de ruínas, casas, quarteirões, hortas, terras, por toda a geografia peninsular, de forma individual, familiar ou colectiva, reivindicada ou não. A maioria das experiências vivem um quotidiano distanciado de temor ao desalojamento iminente e podem-se concentrar em actividades constructivas.

Não obstante, a ferida entre as instituições autonómicas, com o seu sistema burocratizado, e a visão do local das pessoas que vivem no território, é algo muito palpável, não só nos espaços okupados, mas também no meio rural em geral. Este é o seu conflicto histórico contra a centralidade política e mental.

Apesar dos discursos oficiais que lutam pela Espanha esvaziada, nas aldeias as pessoas sabem que as administrações (governos central e autonómicos e confederações hidrográficas) estão em guerra contra a vida rural. Além de ideologias, as decisões das gravatas nos despachos das capitais sentem-se como intrusões ilegítimas em assuntos que dizem respeito à vizinhança local. As legislações sobre a agricultura, pecuária e usos do solo são um alicate que não deixa de apertar contra a soberania local, política e alimentar.

A ruralidade descentralizada é o contrário do estado-capital. Eles sabem-no melhor que ninguém. Mas dedicam uma migalha para ficar bem, como a publicidade verde das empresas que contaminam. E quando falam de desenvolvimento rural sustentável, fazem-no em termos de negócios digitalizados, controláveis e tributáveis que lhes alimentem as arcas, mais espoliação, claro.

Colapso e oportunidades

Os recursos fósseis que catapultaram o capitalismo predador urbano estão em claro retrocesso, e com eles o modelo que sustentam. Não temos notícias de outra energia tão barata. As matérias-primas escasseiam, e o transporte encarece. O colapso apanha-nos desprevenidos. Vêm aí mudanças.

Bem, um momento. Seria um grande erro da nossa parte, que nunca confiámos nas instituições nem na tecnologia, dedicarmo-nos a um pessimismo sem ver as potencialidades revolucionárias que nos abre este cenário emergente.

Quem vai a sofrer mais com a escassez de energia fóssil? Quem mais gasta agora: exércitos, estados, grandes empresas, os ricos. Organismos que são muito eficientes em sangrar os recursos naturais e humanos num cenário de petróleo barato. A besta capitalista faminta é perigosa como um cocainómano à procura da sua dose, mas vai lesionada...

Prevê-se uma situação de vazio de poder, uma como essas que frequentemente ao longo da história foram aproveitadas para desdobrar experiências de solidariedade, autonomia e apoio mútuo que normalmente crescem devagar e à sombra. Quão crescidas estão agora? Um pouco, mas pouco. Há que lhe dar pressa. Sobretudo, nas aldeias. É expectável um êxodo rural, mas desta vez da cidade para o campo. Será, sem dúvida, conflituoso.

A vulnerabilidade do meio rural nestes momentos é máxima. A cultura humana mais convivial e agroecológica está já nos cemitérios. As gerações de população activa das aldeias são muitas vezes famílias de facto proprietárias, com perfil mais tractorista que agricultor, ou mais criador de gado intensivo que pastor, com ideologia conservadora, dependentes da Política Agrária Comum (PAC), do petróleo e do mercado global, com empréstimos e seguros agrícolas, e pouca abertura a mudanças, ainda que com um pessimismo generalizado e, na verdade, realista. Não há crianças nas praças, porque não nascem ou porque estão à frente de um ecrã. E as crianças são outro dos ligantes básicos dos grupos humanos.

Estes poucos agricultores e criadores de gado que ficam monopolizam, através da propriedade e do

Vamos germinando numa existência que transcende a ideologia em palavras e conceitos: observação, escuta, incerteza, confiança, aceitação, risco, união, amor... Aprendemos, ampliamo-nos noutros conceitos.

arrendamento, quase toda a terra que em tempos esteve repartida. Quiseram – alguns – que houvesse mais gente, mas o certo é que para o seu modelo de produção PAC acham que precisam de todo o território para os seus animais e os seus super-tractores. E já não têm o costume de partilhar, nem com o lobo, nem com o urso, nem com neo-rurais, nem com as suas vizinhas de sempre. Além disso, são uma geração que não conheceu a sua aldeia com a vida que teve, e por isso carece de referências psico-emocionais de como a sua aldeia poderia ser partilhada.

Que papel podem ter os projectos de neo-ruralidade, okupados ou não, neste cenário?

Podemos ser uma perigosa ponta de lança para a sua *gentrifica*ção. Quando, por exemplo, algum urbanita despistado chega e paga por um imóvel, que ninguém na aldeia imaginava, os preços de aluguer e compra disparam como nas cidades. De facto, o problema de acesso à habitação, junto com o acesso à terra, é um dos obstáculos da Espanha esvaziada, com tantas moradias de segunda residência ou de turismo.

Ou então podemos ser a enésima *invas*ão *colonial* com as nossas bandeiras salvadoras. Como quando há cinco séculos chegámos às Américas para evangelizar aquelas gentes que, pobres delas, não conheciam a palavra do senhor. O nosso ímpeto revolucionário urbanita não tem muito o hábito de ouvir escutando, nem olhar vendo, porque está muito orientado para a acção-reacção. Uma boa dose de humildade é necessária quando aterras num cenário novo. Muitas das coisas que não entendes ou rejeitas num primeiro momento, adquirem o seu sentido com a passagem do tempo... ou não.

Também nos podemos converter num belo parque temático da auto-suficiência *rural-bué-da-fixe* comunitária, com uma auréola de heroísmo inacessível para qualquer filho das vizinhas.

Mas esforçamo-nos para não ser tudo isso.

O que fazemos?

Sejamos aves migratórias ou plantas invasoras, a neo-ruralidade já está em muitas aldeias, formando parte do ecossistema. Se as nossas propostas têm realmente alguma utilidade, temos que trabalhá-las no terreno. Que fiquem manchadas de barro, incoerências e esterco.

Fazer frente a partir do local é algo que se está a fazer com a ajuda dos imigrantes neo-rurais que trazem uma bagagem de luta e conhecimentos. Esta bagagem é um dos nexos mais produtivos que estão a ocorrer entre a população autóctone e a neo-rural combativa, perante a onda de ataques ao território em forma de macro-projectos de pecuária, hidráulicos, eólicos e fotovoltaicos. Existe imediatamente um denominador comum que faz com que se celebrem assembleias e acções com pessoas muito diversas, e onde o nosso discurso de defesa da terra e as nossas ferramentas para o conflicto e a auto-organização são de uma clara utilidade. Nesse encontro geram-se cumplicidades e um discurso comum. Não é como nos espaços do nosso gueto ideológico, e muitas vezes temos de baixar as expectativas revolucionárias até níveis frustrantes, nadando entre distintos registos, interesses pessoais, velhas feridas, caciques, etc.

A okupação traz uma mensagem clara: a propriedade é uma mentira, um roubo e um estorvo. A sua superação estrutural e mental devolve-nos uma realidade antropológica mais vinculada ao que fomos e somos.

A okupação rural, junto com as restantes experiências agroecológicas, é um laboratório de experimentação sobre possibilidades pouco exploradas que nos trazem esperança. Essa esperança

> No monte não há polícia ou bancos a quem atirar pedras, nem sociedade ou câmara municipal a quem atirar a culpa. Foda-se, nem está lá o teu pai para discutir. Acabou-se o choramingo esquerdista e a rebeldia de pose.

não vem de cada uma delas, mas sim do mosaico complexo que se esboça entre todas, algo que ainda não se vê no seu conjunto. Há um imenso trabalho para fazer no sentido de unir todas as nossas experiências num tecido económico e cultural que coalhe uma alternativa anti-capitalista concreta e potente no meio rural, hoje um dos espaços com mais potencial no Ocidente.

Um trabalho que fazemos fincapé e que podemos dizer que realizámos é facilitar a chegada de mais pessoas à terriola, okupando ou não, e que ajudam a comunalizar os espaços possíveis:

Território: ferramentas, animais e terras compartidas, aproveitamentos colectivos, aprendizagem em acção.

Identidade e cultura: rituais de celebração, agradecimento, estações, morte (ancestrais, tradicionais ou novos) que nos unem.

Estruturas federais de auto-governo e economia, bebendo da tradição ibérica e de exemplos actuais de outros lares.

Este caminho implica luta (na medida das possibilidades) com a população autóctone, proprietários em crise, por entre meandros materiais, ideológicos e estruturais. Dia-a-dia, conversa a conversa, no bar, na câmara municipal, nos limites territoriais, na loja. Tecer lentamente, ganhar em confiança mútua, criar vizinhança, isso que é tão pouco espectacular pode ser do mais revolucionário nas aldeias.

Os novos modelos de organização económica integram a soberania alimentar e a identidade. Aproveitar as riquezas que temos e evitar a sua fuga, na forma de recursos naturais, ou de pessoas que partem, ou da moeda que colocamos na centralidade por não sabermos ou não nos atrevermos a trocar. Organizar os nossos vales e regiões sobre a vida a partir daqui, e não tendo em vista monopólios do turismo e as explorações de agropecuária intensivas ao serviço do mal global que contaminam esta terra e as restantes.

E também novos modelos de organização política. O parlamentarismo soa ao ridículo nas nossas aldeias. Os partidos políticos não têm tanta importância como a confiança que se tem numa vizinha para levá-la à presidência municipal. A participação popular ocorre de formas subtis e informais perante a falta das estruturas extintas de participação, como foi o caso dos concelhos abertos. O fracasso do assalto institucional é menos retumbante a nível municipal com presidentes militantes, mas superar o modelo imposto da representação em câmaras é algo que está no nosso programa e para o qual preparamos estruturas participativas e horizontais.

Bem, além de programas de futuro, a okupação rural está a possibilitar que as suas gentes vivam já sem submeter-se a hipotecas, alugueres, fumos tóxicos, comida-lixo, solidão não desejada, consumo desenfreado ou o trabalho assalariado que te come a vida. Em vez disso, podemos desfrutar de tempo para respirar, criar, alimentarmo-nos do que a terra nos oferece, construir os nossos tetos, ver o fogo ao longo das noites, desfrutar do rio, da noite, do bosque e dos seus seres, mijar adubando onde nos apeteça, encontrar-nos com profundidade com outras pessoas, gastar optimismo e esquecermo-nos da actualidade informativa e das suas toxicidades.

Este texto não tinha a pretensão de ser um manual para a okupação rural, nem um guia de okupiturismo com nomes de lugares. A intenção mais substantiva e sincera é expressar que esta realidade existe, está viva, tem muitos desafios belos pela frente, que precisam de mais impulso. Se te sentes atraído, procura, estamos por aí. Aproxima-te com prudência e esperança. Sem pressa, que o caminho é longo. Podem okupar um sítio novo, há centenas de lugares lindos à espera de gente valente; ou unam-se a um dos muitos projectos que já estão a dar os seus próprios passos, existem de todos os feitios.

Concluindo. A humanidade está a terminar um capítulo extraordinário da sua história. O novo capítulo que começa inclui uma mudança profunda de estruturas políticas, económicas e mentais. O novo cenário energético impõe uma população menor, descentralizada a sua produção, consumo e cultura. Maior autonomia e consciência. Isto requer o abandono da velha pele, e de um esforço catalisador intencional, que já está em marcha. A okupación rural é parte deste mosaico, e está a trabalhar em certas dimensões. E fazem falta mais projectos e pessoas informadas, sensíveis e audazes, que saibam tecer a incerteza com a esperança. E há pressa. Bora, malta, por todas!

Saúde, terra e liberdade!

NOTAS

1 Este texto resultou do Encontro Rehabitem les ruralitats em Setembro de 2021 em Les Llosses (Catalunha). Foi publicado na revista Libre Pensamiento (nº110; Madrid, 2022) e no livro Ensayos de agitación rural – Rehabitar el campo vaciado (Ediciones El Salmón, Alicante, 2022). Dois outros textos traduzidos deste livro podem ser lidos na última edição da revista Flauta de Luz (nº10, 2023).

À conversa com a descrença, sobre deus e o estado

Veremos aparecer nos próximos meses uma nova edição de «Deus e o Estado», texto escrito em 1871 pelo anarquista e filósofo russo Mikhail Bakunin (1814-1876), que será também a estreia da editora Descrença. Conversámos com os editores, Ricardo e António, acerca de Bakunin, da religião, da sua relação umbilical com o poder do Estado,, dos abusos sexuais na Igreja e da autoridade da ciência.

L. SILVA

Em relação à anterior publicação em língua portuguesa de "Deus e o Estado", o que traz esta edição de novo?

R – O que nós conhecemos como "Deus e o Estado" é apenas um extracto de umas primeiras cartas que foram editadas ainda em pleno século XIX, inclusive numa edição portuguesa reduzida de 1895 ("*O sentido em que somos anarquistas*"). Na altura não se conhecia a totalidade da obra de Bakunin, existiam uma série de cartas que estavam perdidas e que só foram recuperadas e editadas no início do século XX, por Max Netlau. Há uma edição traduzida para português pela Assírio e Alvim, de 1976, a partir de uma edição francesa incompleta e com uma diferente organização de conteúdos. Esta nossa edição inclui agora outros dois documentos: "O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social" e "O Princípio Divino". Este conjunto nunca foi editado na sua versão integral em português. Mas são tudo cartas. Bakunin só editou um livro: "Estatismo e Anarquia". Tudo o resto são cartas.

A – Cartas às vezes não acabadas. Numa parte deste livro, há uma carta que não acaba.

R – E há partes nas cartas que estão ilegíveis. E outras que nunca se encontraram, que estão perdidas.

Para quem escreve Bakunin?

R – Ele tem muitos correspondentes. Estamos a falar de uma correspondência que ele mantém com amigos, com sociedades e alianças operárias.

A – São sociedades secretas.

R – São, no fundo, os começos da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), da primeira Internacional. Escreve para congressos operários, para outros companheiros. E depois ele não parou no mesmo sítio. Ele foi exilado, esteve na prisão desterrado na Sibéria, escapou, foi até ao Japão, esteve em Nova Iorque, esteve em Londres, esteve em Itália, em França…

A – E na Itália, há uma carta que ele escreve «aos companheiros de Itália» contra o Mazzini – o Mazzini era republicano e queria também matar o rei, mas tinha um pensamento religioso, era um defensor de Deus de alguma maneira.

R – Ele entra num diálogo também a dada altura acerca de Proudhon – e sabe-se da diferença entre o pensamento de Proudhon e o pensamento de Bakunin – em que ele diz que o Proudhon, filosoficamente, é como um artesão, tem um pensamento um pouco limitado em relação à dimensão do anarquismo. Enquanto em Bakunin é uma coisa muito ampla, ele tem uma ideia muito concreta de que como isto se pode montar.

A – Também porque as ideias de Proudhon eram mais teóricas… Enquanto que, com Bakunin, começam a transformar-se em acção. Há revoltas em toda a Europa e ele quer levar a revolta a todos os países.

R – E onde ele participa. Nas revoltas de 1848 contra as monarquias europeias, ele participa nas insurreições. Esteve nas barricadas. Essa é uma crítica feita ao Marx: que nas revoltas era o primeiro a sair. Enquanto isto, Bakunin está lá nas barricadas e é preso. Em 1849 lutou com o Richard Wagner em Dresden, por exemplo, e até dizem que na ópera de Wagner, "O Anel do Nibelungo", existe um personagem baseado em Bakunin (Siefried).

Proudhon também era mais conservador, por exemplo em relação às mulheres. Defendia que elas deviam ficar em casa. Bakunin teve uma posição muito mais libertadora. Essa posição aparece em "Deus e o Estado"?

R – Acho que não directamente. Mas quando ele fala em emancipação, é total. Não é apenas para os homens. Mas não há uma direcção nesse sentido, como o que vemos depois com a Emma Goldman. Falo nela porque ela é uma das militantes anarquistas que segue o pensamento de Bakunin, principalmente no que é o ateísmo anarquista. No Mother Earth ela publica incessamentente as cartas de Bakunin. Mas, na altura, já o Most, o Johann Most falava na «peste religiosa», um texto básico anti-religioso.

A – … E a filha de Bakunin, que ficou em Nápoles – porque o Bakunin esteve lá um tempo, ele pensava que o povo italiano era um povo revolucionário e tentou também organizar uma revolta em Bolonha que falhou… e muita gente diz que ele foi obrigado a escapar vestido de padre, não sei se é verdade – mas, voltando atrás, a filha do Bakunin era cientista, o que no final do século XIX não era comum. Portanto acho que a sua emancipação terá tido alguma influência do pai.

R – E diz-se que ele era apaixonado pela irmã. Essa questão da influência feminina na vida dele é muito forte.

Voltando ao livro, ele fala mais sobre o pensamento religioso do que sobre o Estado?

R – Como são cartas, ele fala de muita coisa. Não é um livro com um pensamento estruturado. Ele fala também sobre a ciência, sobre a dicotomia idealistas/materialistas, e de muitas tangentes que estão relacionadas com a própria época, com os poderes instituídos da segunda metade

Não há uma defesa dos princípios do Estado, nem pelo próprio Estado.

do século XIX, da existência de impérios, do início de algumas revoltas, do grande poder tripartido – militar, estatal e religioso – que estava então muito fincado. As burguesias industriais estão no início, a revolução industrial está no início…

A – Há sociedades que não começaram ainda a revolução industrial, como a Rússia, por exemplo.

R –Mas os princípios que ele aborda nas cartas, principalmente no que são as divergências com o marxismo, são transversais na obra total dele. Ele faz uma série de previsões: ele prevê o Estalinismo. De como um grupo autoritário dentro da revolução se irá intitular a vanguarda da revolução, tomar o poder e criar modelos autoritários que depois irão explorar o povo.

A – Faz a previsão de um Estado socialista. E fala muito sobre personagens da bíblia.

R – É uma coisa muito abrangente. E fala também do poder da academia… Esta é uma coisa interessante. A autoridade é exercida de várias formas. Há a autoridade do Estado perante o povo; a autoridade que é dada aos militares para proteger os interesses do Estado contra o povo, e a autoridade da Igreja exercida para rebaixar e manter o povo na ignorância. Mas ele fala também de um outro aspecto, que é o da autoridade dos técnicos e dos cientistas. Uma coisa que se nota naquela época é o aparecimento da descrença religiosa nos círculos científicos, a subida do darwinismo e da teoria da evolução que entra em conflito com os dogmas criacionistas da Igreja. Sabemos que os cientistas não são isentos da sua existência social. Qual é o papel dos intelectuais nisto? Primeiro, ele não faz distinção – o papel dos intelectuais, dos operários ou do povo é um só. É a rejeição total da autoridade. E isso quer dizer que a ciência se quer manter neutra. Mas não só neutra com relação ao que é o seu exercício de autoridade sobre terceiros, mas também perante o poder instituído. Não pode exercer o seu saber para criar e manter posições de poder. Ele tem um diálogo mais ou menos caricato, como quando diz algo como: não quer dizer

Hoje as pessoas podem até ter uma educação pró-ciência, mas nós estamos a falar é de emancipação.

que eu não aceite a autoridade do sapateiro para fazer os meus sapatos. Eu vou-lhe perguntar como podem ser feitos os sapatos, mas eu detenho em mim a escolha de como é que eu os quero. O saber não se pode tornar um dogma. Hoje é complexo porque a ciência depende dos impostos do Estado ou dos fundos de corporações. Aí existem já grandes problemas. Porque não se pode falar contra os patrocinadores, acaba-se por exercer uma força a favor dos patrocinadores. Isto nota-se no que se passou durante a pandemia. Houve muita coisa durante a pandemia que foi completamente questionável, não só do ponto de vista da falta de escolha, como da imposição que não era baseada em factos concretos. Como quando se começou a falar da vacinação das crianças com zero evidências. E aqui há um abuso da autoridade da ciência. É disto que o Bakunin fala: eu posso ouvir… Mas a escolha é minha.

A – Por outro lado, ele também fala da ciência como um momento importante para libertar as pessoas da superstição, porque a ciência poderia libertar o povo da ignorância e da escuridão.

R – Ele sentia que os intelectuais tinham a responsabilidade de iluminar o povo, de educar, rejeitando o poder. É esse o grande conflito com os marxistas. A ciência deve despir-se de autoridade para entregar o saber a quem não o tem. E deve indicar que a religião está dentro do que é surreal. E nós vivemos num mundo palpável, num mundo de substâncias. A religião quer estar sempre entre um lugar e o outro, fazendo com que o surreal domine sobre o mundo material. E nós não aceitamos isto porque não tem lógica. Hoje em dia existe muita literatura ateia dentro do modelo clássico republicano, o que não acontecia há 100 anos atrás.

A – Havia o modelo republicano francês, que rejeita a religião e se ocupa de coisas materiais. Faz a divisão entre Igreja e Estado, mas é o Estado que se transforma em Deus.

R – Uma das críticas que ele faz é que isto é um factor cultural, porque se nasceres em Portugal estás embebido numa cultura católica, mas se nasceres no Iémen estás embebido numa cultura islâmica.

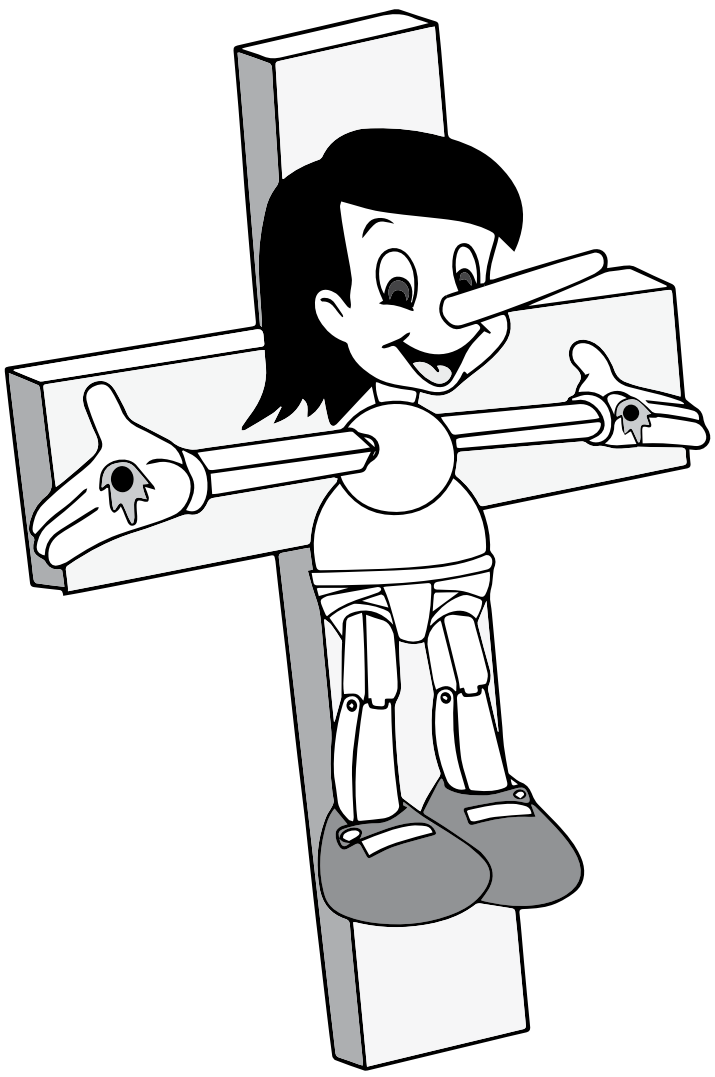
E havendo guerras religiosas, a busca de poder político torna-se evidente.

A – Ainda há, guerra em nome de Deus.

R – Aqui na Europa, a religião católica (e também a protestante) sempre se colocou ao lado dos fascistas, o que é muito revelador do ponto de vista social e político. E quando vês os fascismos que transitaram para a América Latina, vês que duplicaram o mesmo modelo. As ditaduras militares foram suportadas também pela religião.

A – O Vaticano ajudava os nazis a escapar para países como a Argentina.

R – Uma das coisas que os religiosos dizem é que Hitler era um ateu. É mentira. Havia uma concordata com o Estado hitleriano… E o aniversário do Hitler foi celebrado do púlpito pelo Vaticano. O exército ss tinha insígnias católicas. Basicamente, não há qualquer Estado autoritário na Europa que não tenha tido laços profundos, quer com a Igreja católica, quer com a religião.



Em Almada, nos últimos anos, num raio de 2 quilómetros apareceram cerca de 20 Igrejas evangélicas. Estas pessoas são muito militantes, são católicos em esteróides.

A – Como no exemplo clássico da revolução Francesa, os Estados que recusaram a religião queriam a razão como a Deusa, o Estado com os seus rituais, as suas festas laicas… Não há um Deus, mas não podes ir contra o Estado. É um Deus que não está no céu, está na terra, é mais material, mas há sempre condenação, se não é o inferno, é a prisão.

É como um tipo de comportamento religioso que existe separado da religião enquanto instituição?

R – E alicerçado na própria religião. Transportado dos mesmos princípios, para depois criar as premissas do Estado. Não reconhece a autoridade de Deus mas reconhece a autoridade do Estado. Não temos o tribunal da inquisição, mas temos os nossos tribunais de justiça. Não pecaste contra Deus, mas pecaste contra as leis do Estado e vais preso.

E se olharmos para a religião como um fenómeno cultural, significa que está mesmo em todo o lado.

R – Porque é benéfico. O Estado percebe a função que a religião desempenha em manter as populações ignorantes. E precisa disso. E isso é muito claro na forma como funcionou o Estado Novo. Nos 16 anos que durou a primeira república, o projecto republicano sempre foi de educar e de alfabetizar. Esse projecto parou com o Estado Novo. E um dos alicerces foi exactamente a Igreja. Não é necessário que as pessoas saibam; é necessário que as pessoas saibam o mínimo para começarem a trabalhar e para se manterem o mais ignorantes possível. Um monocultivo do saber, partilhado pelo Estado Novo e alicerçado na Igreja católica. Um só Deus.

A – Nunca tens que ter outros deuses além de mim. É o primeiro mandamento, pelo menos na tradição dos monoteísmos.

O Estado é, como diz Bakunin, o filho da religião.

A reacção do Estado português aos abusos sexuais dos padres, para não falar nas Jornadas da Juventude… revela essa resiliência do catolicismo no Estado?

R – Isto é muito *suis generis* do tipo de sociedade que existe em Portugal. Há duas concordatas entre Portugal e a Igreja, a primeira de 1940 e a segunda de 2004. Não existem muitas diferenças entre uma e outra, as únicas diferenças são constitucionais. E o que existe ali é uma total abdicação dos princípios do Estado, principalmente da sua laicicidade. Há uma promiscuidade incrível no que são os assuntos de justiça, de propriedade, de fiscalização… Tudo isso em prol do funcionamento da Igreja. No caso dos abusos sexuais – que é um fenómeno social estranho, mas que não é de agora nem apenas da Igreja – eles sempre existiram no seio da Igreja…

E os padres serem julgados por um sistema judicial paralelo ao estatal, gerido por padres, é bizarro.

A – A Igreja Católica é um Estado dentro do Estado, é uma multinacional dentro do Estado, com protecção. Sem fiscalização.

Tem muitas propriedades, tem escolas… na Itália, houve muita polémica porque as estruturas da Igreja não pagam imposto sobre a propriedade.

R – Como em Portugal. Em relação aos dinheiros, duvido que haja noção da quantidade de dinheiro que é transferido para a Igreja – peditórios, festas religiosas, donativos – porque a própria concordata indica que não pode haver fiscalização sobre esses dinheiros. E não são só elementos anti-clericais que dizem que a concordata é competamente absurda do ponto de vista de uma república laica. Isto é uma coisa dita, por exemplo, por membros do Partido Socialista. Não é a «extrema-esquerda» (risos), é o mainstream político.

E a população portuguesa ainda é profundamente católica?

R – Há o reconhecimento de que a Igreja é um motor de «bem comum», sobretudo nas populações sobre as quais a Igreja mais exerce influência. Como houve – numa terriola qualquer que já não lembro o nome – quando o padre foi acusado de abusos sexuais e a população saiu em auxílio do padre. A outra questão é que não me parece que os órgãos do Estado tenham dado uma moção de confiança ao relatório. Nem sinalizaram a criminalidade ali descrita, nem a necessidade de se transitar estes casos para o civil para serem julgados. Apesar de a comissão ter encaminhado os casos que não prescreveram, o Estado não expressou a nível social essa confiança. Não há uma defesa dos princípios do Estado laico. Sobre o relatório… é apenas a ponta do iceberg. É horrível, não sei se já leste. Não é muito comprido, e a parte final são apenas relatos em primeira mão. E é inacreditável.

A – Acho que isto tem a ver com a repressão sexual dentro da religião, pelo menos das monoteístas. A repressão das mulheres, que só são aptas para reprodução, e a repressão dos padres que estão obrigados ao celibato. Há uma profunda repressão sexual – não podes cometer actos impuros, nem desejar a mulher dos outros… há pelo menos 2 mandamentos que falam directamente sobre repressão sexual. São 20% dos mandamentos.

Com o catolicismo, o desvio é para ser silenciado. Tipo «entre marido e mulher não se mete a colher». Mas não haverá também gente silenciada que está refém desse poder – económico, psicológico… - que a Igreja tem, sobretudo em meios pequenos?

A – São 1500 anos de segredos.

R – É um trauma social. Todas as religiões perpetuam o trauma social. E quem tem fé, quem é crente e militante, não descansa enquanto tu não pertenceres à claque. O trabalho é de missão e é de monocultivo mental. Todas as pessoas têm de pertencer à mesma claque. É o fim último. E quando há domínio mental, há domínio prático.

Há sempre condenação, se não é o inferno, é a prisão.

A – Por isso é que os hereges foram queimados, e os filósofos, porque pensavam e escreviam, levavam o caos contra a Igreja. Pelo que a Igreja não querer pessoas livres.

R – E é exactamente disso que Bakunin fala. Nós somos a favor do questionamento. Queremos pessoas pensantes. E o Estado, os militares e a religião não só são contrários a isto, como combatem isto diariamente. É por isso que estamos de lados diferentes da barricada.

Embora ele reconheça o papel libertador da ciência, acontece que a ciência também leva a esse pensamento monolítico. Hoje as pessoas podem até ter uma educação pró-ciência, mas do que ele fala, e do que nós falamos, é de emancipação. Estes poderes ajudam a manter as pessoas como crianças, atreladas. E o funcionamento do Estado Social é exactamente assim. Perpetua essa ideia de que as pessoas não se conseguem governar a elas próprias, são crianças selvagens, e se não houvesse Estado, matavam-se e comiam-se umas às outras.

A – É a ideia do Hobbes e do Estado Leviatã, que é uma figura bíblica, o Leviatã.

R – O Estado é, como diz Bakunin, o filho da religião. A religião é a primeira tentativa de emancipação, de explicação dos fenómenos naturais, do mundo, da criação. Depois disso, existe uma sistematização de certas observações e a criação de hipóteses e teorias que se tornaram em ciências. E com isso há uma nova emancipação, onde a religião embate.

Pois, mesmo quando desistimos de uma certa história do mundo, estamos a substituí-la por outra. Há sempre novas religiosidades a aparecer, não é?

R – Em Portugal as Igrejas estavam mais ou menos vazias, faltavam padres, não havia vocação, os seminários meio vazios… Grande parte das pessoas pensa-se como um «católico não praticante». Há um divórcio natural que surge desta emancipação, a Igreja fica vazia e o edifício bonito passa a ter uma história por trás. Pensava-se que a evolução natural da sociedade conduziria a isto. Mas existem outras forças aqui pelo meio. Essas forças estão dentro da política, da economia, elas coexistem, digamos assim, com o espírito do corporativismo. Surgem novas forças muito militantes – não admira que o Chega esteja muito interessado nos evangélicos, por exemplo. Há um crescimento enorme das igrejas evangélicas em Portugal. Em Almada, nos últimos anos, num raio de 2 quilómetros apareceram cerca de 20 Igrejas evangélicas. Estas pessoas são muito militantes, são católicos em esteróides. É uma força quase talibã.

A – Os talibãs surgiram como uma resposta à Uniao Soviética, e estas são também respostas à ciência e tecnologia, que também têm um papel totalitário.

R – Isto a que estávamos habituados, ao jesuíta culto, ao padre culto…

A – Que estudam muitos anos…

R – Os evangélicos não têm nada a ver com isso.

A – Inculto no culto.

R – Os aspectos teológicos não são nada bem desenvolvidos. Continuam a defender o criacionismo e os princípios da direita fascistóide autoritária. E são proletários. São pessoas do povo. É um fenómeno popular, que nasce em locais despidos de vida comunitária organizada e de auxílio estatal.

A – As ligações comunitárias não resistem como antes, e dessa forma estes cultos, evangélicos ou jeovás, usam a psicologia.

R – E a auto-ajuda.

A – Há sempre uma exploração da fragilidade, da solidão das pessoas, da pobreza, da miséria. Há um papel psicológico na ideia de criar uma grande família para que não te sintas sozinho. Para estares protegido e menos atomizado. Entram nesse vazio que existe.

O Estado é também um projecto de «sociedade» desse género, que consegue com sucesso manter gente na miséria.

A – O Estado não cumpre com o Estado Social e as diferentes religiões fazem esse apoio aos pobres.

R – É o papel «positivo» da caridade. Mas é também a manutenção de uma moralidade obrigatória, de um código de conduta. Uma coisa interessante na religião cristã é a luta entre o substancial e o imaterial, onde este mundo não é válido. Este mundo é o sofrimento, e o que nos cabe é sofrer para no próximo sermos felizes.

Submetam-se, rezem e trabalhem.

A – Que logo se vê…

Rito de Resistência: Acampamento Terra Livre

Resistir é o verbo mais conjugado pelos povos indígenas. No infinitivo, é o único caminho que têm para percorrer. Desde aquilo a que chamam «a invasão», em 1500, que os povos originários resistem para existir. A colonização hoje tem a cara do capitalismo selvagem das multinacionais sedentas de recursos naturais. Para o indígena de hoje a cada dia surge uma nova ameaça à sua existência. Dos rios e peixes contaminados por mercúrio nos territórios Yanomani, da grilagem das madeireiras em grande parte da Amazónia, do racismo estrutural instaurado nos ambientes urbanos onde tentam sobreviver quando sem terra, aos assassinatos das lideranças indígenas, juntam-se agora novas ameaças como a bizarra compra de terra indígena por NFTs do mundo digital.

ilustraçao marcha mulheres indigenas ANMIGA

SARA BAGA

O primeiro Acampamento Terra Livre (ATL) surgiu em 2004, depois de uma ocupação em frente ao Ministério da Justiça para protestar contra a política indigenista vigente na altura. A mobilização foi para priorizar a demarcação do passivo de terras indígenas, para conter as invasões dos territórios e a violência, e assegurar a participação dos povos na discussão das políticas que lhes dizem respeito. Foi a partir do ATL que se consolidaram estruturas para a contínua mobilização nacional, criando-se a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que é responsável pelo ATL.

As mobilizações têm possibilitado significativas conquistas como a criação do Conselho Nacional da Política Indigenista (CNPI), da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI) e da participação de representantes dos povos originários em instâncias que tratem da efectivação dos seus direitos fundamentais. Mas as conquistas não ficaram por aí. Quase vinte anos depois, o ATL cresceu com a urgência da união estratégica dos povos indígenas, tendo-se tornado na maior mobilização indígena do Brasil e, provavelmente, do mundo.

«Em 1500 Cabral invadiu nossas terras. Ficámos envergonhados da nossa cultura, nossas pinturas, nossos trajes. Ainda estamos a deixar de ter vergonha. Digo aos jovens que temos de deixar de ter vergonha da nossa língua, das nossas danças e valorizar», conta, em roda de conversa, uma das lideranças da etnia Terena.

Estão 7000 indígenas acampados no centro de Brasília. Pelo acampamento cruzo-me com cenas do quotidiano, crianças e anciãos, gentes atarefadas e beleza guerreira a cada passo. A primeira sensação é encantadora. Estamos perante um recorte vivo e vibrante da diversidade multiétnica indígena do Brasil. Pinturas corporais, arcos, flechas, cocares de penas, colares de sementes, pulseiras coloridas em braços e pernas, e vozes que entoam cantos rítmicos e danças a cada esquina. Aos mais incautos, as cores, plumas, as músicas e danças podem até parecer de festa, mas aqui o clima é de luta. A dureza e profundidade do olhar nos rostos com que me cruzo não esconde a história das comunidades indígenas, nem o motivo pelo qual aqui estão: para organizar a luta. Como dizem os Guarani, «enquanto soar o maracá» segue a luta!

O rezo como forma de luta, a articulação entre a prática ritual tradicional e a interdependência da vida quotidiana é algo que os povos originários têm em comum. E parece ser o que os fortalece e lhes permite Ser até hoje, apesar da pressão para a aculturação e dos níveis altos de ansiedade que estas comunidades enfrentam pelas ameaças constantes ao seu modo de vida. A relação entre o indivíduo, a comunidade e a natureza é finamente tecida pela relação direta com a dimensão do campo espiritual. E é um reduto de resiliência. E para entender o movimento indígena é necessário compreender isto. É preciso compreender também que muita da cultura se perdeu, mas hoje os povos originários reclamam conscientemente a sua cultura.

O ATL é uma grande assembleia que ocorre todos os anos em Abril (este ano, de 24 a 28 Abril). Com a duração de uma semana, é subdividida entre mais de 30 atividades sob cinco eixos temáticos: Diga o povo que avance, Aldear a Política, Demarcação Já, Emergência Indígena e Avançaremos. Os eixos contaram com sessões de plenário, que a cada dia da semana foram organizadas com os temas: mulheres indígenas, parentes LGBTQIAPN+, gestão territorial e ambiental de terras indígenas, acesso a políticas públicas e povos indígenas em isolamento voluntário.

As manhãs no ATL começam ao nascer do sol com cerimónias de rezo pelo acampamento levadas pelas lideranças espirituais das várias etnias. Daí se abrem as sessões dos plenários temáticos. Há grupos de trabalho que se organizam a partir destes plenários, há microfone aberto para dar voz a denúncias, e há grupos que irrompem a tenda de plenário com maracás, arcos e flechas para se fazerem presentes em determinado tema e momento, logo deixando a conversa seguir. Há apresentação de relatórios, lançamento de livros e noites culturais com documentários e concertos de músicos indígenas. Tudo isto faz a diferença, pois como explicou um jovem Terena, «ficámos envergonhados da nossa cultura, nossas pinturas, nossos trajes. Ainda estamos a deixar de ter vergonha».

O movimento de música indígena do Brasil está a florescer, trazendo a visibilidade indígena que entusiasma uma nova geração a relacionar-se criativamente com as suas raízes. A meio da semana subiram ao palco os Bro MCs, o primeiro grupo de rap indígena do Brasil. Da etnia Guarani e Kaiowá, a banda cantou ilustrada por projeções de vídeo com cenas de Mato Grosso do Sul, uma das realidades indígenas mais duras do Brasil. Na canção «Terra Vermelha» introduziram-se para a plateia

de cocares e rostos pintados ao rubro: «Ai escuta só o que eu vou falar, rap indígena aqui e guarani kaiowa, / Brô Mcs representa várias etnias que luta pra combater a covardia do ser humano cruel, / Zombou, não teve compaixão, cuspiu e viu meu povo no caixão. / Verdadeiros herdeiros do Brasil, mais um índio morto por um tiro de fuzil. / É preciso respeitar a diversidade cultural, eu sou índio, sou gente, não animal! / Pra ser abatido conforme sua vontade, Bro MC's busca conscientizar a sociedade».

Os parlamentares da bancada ruralista, juntos, são donos de quase 190 mil hectares de terras amazónicas.

Agora levam a sua música pelos palcos do mundo mas, como disseram no concerto, «este é o nosso palco de sonho. Nada nos faz tanto sentido e traz alegria como tocar aqui no acampamento Terra Livre!». Os Bro MCs vêm da chamada «faixa de Gaza indígena da América do Sul», Mato Grosso do Sul. Um faroeste de intenso latifúndio onde milhares de indígenas sem terra sobrevivem na beira da estrada, bebendo água contaminada com agrotóxicos, e onde as mulheres indígenas são violadas pela polícia. O racismo é tão forte que muitas lojas da cidade têm até uma placa ilustrada a proibir a entrada de indígenas. No dia seguinte, Galoi Kaiowá, um jovem da mesma região e etnia, agarra no microfone com palavras emotivas que não escondem a demanda de urgência: «quem conhece as retomadas? Estamos a ser assassinados dentro das retomadas. Os karaí estão a ocupar cada vez mais as nossas terras. Precisamos de auto-demarcação. Todos os povos indígenas estão a sofrer violência».

Sem demarcação, não há democracia

Os povos originários lutam pelo reconhecimento dos seus territórios tradicionais há décadas. São mais de 800 mil indígenas, 305 etnias e 374 línguas (segundo o IBGE). Estes povos estão em mais de 700 terras que ocupam 13% da área do Brasil – áreas ricas em recursos naturais e por isso ameaçadas pelo garimpo ilegal, pela indústria madeireira e pela mineração. As consequências ambientais do desmatamento e da poluição dos ecossistemas, no mínimo, reduzem a fauna e flora de que dependem estas populações.

A tese do marco temporal é defendida pela bancada ruralista, que tem como política a conversão dos ecossistemas naturais em mercadoria para o capital.

«Nós não estamos no território, nós somos o território. Temos de olhar para dentro. Há muitas ameaças nos nossos territórios. A gente não deve precisar de um diploma para valer nosso conhecimento. A maior parte dos jovens que lutam pelo território estão ameaçados de morte. Quem os protege? Não tem quem esteja protegendo a juventude, mas a juventude está na linha da frente», diz Jorge Kumaruara, do Baixo Tapajós. «A gente já está enfrentando uma crise climática. A população está a ser empurrada para a cidade pois os peixes estão contaminados por mercúrio, os rios e igarapés estão secando, já não conseguimos caçar pois os madeireiros cortam a floresta. É importante ocupar as telas com os influenciadores digitais mas é mais importante os influenciadores territoriais, que estão na luta, desprotegidos e invisíveis».

As consequências do marco temporal, que é a tese jurídica que discute se a data de promulgação da Constituição, a 5 de outubro de 1988, deve ser adoptada para definir a ocupação tradicional da terra por indígenas, tomou um lugar central no ATL deste ano. O marco temporal pode acabar com 26 terras indígenas que estão regularizadas só no Mato Grosso do Sul, onde há 33 terras com a posse dos indígenas confirmada (sendo 4 homologadas e 29 regularizadas). Ou seja, 26 terras podem sair da posse dos povos nativos para voltar à de fazendeiros do agronegócio com documentos desses terrenos. Isto pode ocorrer porque, nessas localidades, dificilmente havia indígenas durante a promulgação da Constituição Federal pois, entre 1915 e 1970, os povos nativos foram confinados à força em reservas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Só em 2021 foram registradas 305 invasões de territórios indígenas, e 176 indígenas foram assassinados (CIMI). A mensagem deste ano reforça a importância da demarcação de terras indígenas no país, que ficou paralisada durante os quatro anos do governo de Bolsonaro.

Durante o ATL organizaram-se marchas e uma vigília ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde a tese do marco temporal é analisada desde 2021. A tese do marco temporal é defendida pela bancada ruralista, que tem como política a conversão dos ecossistemas naturais em mercadoria para o capital – sector do agronegócio e da extração por mineração – e que ocupa metade do congresso nacional. Foi esta bancada que praticamente encomendou o marco temporal e que, por input económico, continua a influenciar contra a demarcação de terras indígenas e quilombolas. A medida é contestada pois muitos povos foram retirados de seus territórios sem os reocupar quando a Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Com o marco temporal e a aprovação da proposta de lei PL490, podem perder o direito à sua terra tradicional.

Mesmo com os protestos indígenas no Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados aprovou, após o ATL, a 30 de maio, o projeto de lei que estabelece o «marco temporal» (PL490, agora PL2903). Mas nada é certo, tendo em conta os trâmites legislativos do sistema brasileiro. A proposta de lei prossegue para ser aprovada pelo senado, e daí para o supremo tribunal, onde poderá ainda ser considerada inconstitucional.

Vale a pena talvez mencionar que o Brasil é um país que não tem lobby. Os fazendeiros são deputados, as empresas financiam a frente política da agropecuária e o desmatamento da Amazónia, reduzem as proteções ambientais e acabam com os direitos dos povos indígenas. O capital financeiro participa directamente no desmatamento. Os parlamentares da bancada ruralista, juntos, são donos de quase 190 mil hectares de terras amazónicas. O banco Itaú e a empresa Ambev, por exemplo, são responsáveis pelo processo de desmatamento e empreendimento imobiliário que ameaça a terra indígena Jaraguá, uma área de terra florestal retomada pelos Mbya Guarani na periferia de São Paulo. Samara, Mbya Guarani do Jaraguá, explica que «em 6 aldeias apenas uma é demarcada. É importante fortalecer a juventude indígena porque ela tem a maior taxa de suicídio, em comparação com os juruá (não indígenas). Peço aos mais velhos para incentivar os jovens a estar na luta, no movimento. Agujevete». Enquanto escrevo, desde que a PL490 foi aprovada há uns dias atrás, a comunidade do Jaraguá foi abertamente atacada. O processo legislativo está longe do fim, mas os ataques contra os indígenas e contra a demarcação de terras ocorrem como se não estivesse.

O lema da 19ª edição do ATL é «O futuro indígena é hoje». E eles sabem que o futuro só existirá com a demarcação de terras - passo fundamental para a resolução dos conflitos e para a sobrevivência das comunidades indígenas.

«Na primeira edição do ATL falava-se em 300 lideranças. Caciques e pajés deixaram as famílias na aldeia para vir aqui lutar por seus territórios. Não é facil, só temos a agradecer-lhes», introduz Janio Kaiowa. «A primeira vez que vim ao ATL tinha 12 anos. Imaginava que Brasília era lindo e o encontro também. Mas fomos baleados pela polícia e o meu tio foi preso. Nasceu em mim uma consciência muito forte sobre a importância do movimento. É importante fortalecer, integrar a juventude no movimento. Na pandemia muitos jovens indígenas começaram a conversar e organizar-se em fóruns na internet. Isso é fundamental hoje, a articulação da juventude. Neste momento estamos a montar uma comissão para reactivar o conselho de juventude indígena».

«Como diz minha cacica avó: temos de olhar com nossos próprios olhos, caminhar com nossos próprios pés», refere a jovem coordenadora do coletivo jovem da APOM.

«Pensar em estratégias a partir das bases hoje para fortalecer a juventude do

Uma empresa norte americana, a NEMUS (e não é a única), está a conseguir comprar terra indígena através de NFTs.

Mulheres caiapó

Rezadores Kaiowa

Nhandeci Kaiowa

futuro, para dar continuidade no movimento "quando nossos velhos tombarem", para continuar a demarcação dos nossos territórios».

«Vimos aqui a Brasília para discutir e reinvidicar território. Sem território a gente não tem vida. Daqui a 50 anos estaremos aqui com advogados indígenas, políticos indígenas, médicos indígenas… Essa é nossa estratégia. Mas é importante entender que não é porque tem formação que é superior a outro parente, ao pajé ou ao cacique. Temos de respeitar os mais velhos e as lideranças tradicionais», diz um membro da COIAB.

Outra das lutas sobre território que está a acontecer, e que está a ser trazida pela COIAB, é algo ainda bastante alienígena para o movimento indígena – a compra de território amazónico por NFTS. O tema ainda não teve um destaque na assembleia deste ano, mas foi abordado numa apresentação na tenda da COIAB. A ameaça é real e difícil de explicar. Uma empresa norte americana, a NEMUS (e não é a única), está a conseguir comprar terra indígena através de NFTS, ocorrendo uma sobreposição entre a realidade digital e a territorial. Os alegados compradores dos terrenos apareceram no território e acusaram os indígenas de invasão. Seria cómico senão trágico. Não há legislação ainda para lidar com casos destes. E como se não bastasse, as empresas de NFTS estão agora a conseguir captar a atenção e simpatia de lideranças indígenas, seja com recursos financeiros ou a partir do mercado de arte indígena, que está em expansão. Falta ainda abrir o tema da colonização digital.

Mas a luta dos povos indígenas não é só a luta pela terra como território, é por uma relação sã com a terra, a água e o alimento, em coexistência com a contemporaneidade. Os Yanomami dizem que os media mentem, que continua a haver muito garimpo nas suas terras e que as pessoas continuam a morrer envenenadas com mercúrio. Um representante da comunidade do Alto Tapajós conta no painel sobre saúde indígena: «somos 18 territórios sem serem homologados. Somente a demarcação não é suficiente, a gente precisa de proteção dos nossos territórios. A saúde indígena é importante. Muitos parentes estão contaminados com mercúrio. A gente vive uma realidade de precarização da saúde que se agravou no governo Bolsonaro. Há racismo hospitalar. Muitos parentes morrem por falta de cuidados de saúde. Fortalecimento territorial, a luta pela saúde, pela educação. A gente tem uma universidade que não está preparada para receber os parentes que vêm de dentro dos territórios. Não dialoga. Temos de ocupar a universidade. E também reconhecer que é ciência o que se faz e sabe dentro do território, com plantas e remédios naturais».

O ATL de 2023 pede o fim das violências e apresenta o tema da «Emergência Climática» para enfrentar o racismo ambiental e as violações de direitos que vêm sendo causadas pelas mudanças no clima. Fala-se também em nome dos povos isolados que, por motivos óbvios, não vieram à assembleia. Chama-se atenção ao óbvio não redundante, ao referir que é importante «proteger e cuidar e denominá-los como os povos da floresta porque é isso que são, os que hoje nascem, crescem e dependem integralmente da floresta».

Mulheres alto xingu painel mulheres

Mulheres terra, mulheres semente

«Vamos escolher as lideranças para a terceira marcha de mulheres com integridade, com muito amor e responsabilidade», diz a facilitadora para as mulheres que se organizam em círculos para escolher as lideranças regionais da próxima marcha das mulheres indígenas.

As mulheres indígenas estão a reclamar a liderança no movimento e na política. «Não estamos aqui apenas para embelezar o espaço». Há mulheres nos cargos de poder de cacicas e no governo, como a deputada federal Célia Xakriabá, que relembra que «antes do Brasil da coroa, existia o Brasil do cocar». A bancada do cocar cresce agora num momento único na política brasileira. E Sónia Guajajara, ministra do recém formado Ministério dos Povos Indígenas, atenta que «a luta pela Mãe-Terra é a mãe de todas as lutas». As mulheres indígenas pedem para parar o feminicídio a que são sujeitas. A cada incursão da indústria do desmatamento e da mineração que avança sobre seus territórios, mais mulheres indígenas são violadas e mortas.

«Lideranças derramaram sangue para que eu estivesse aqui», diz-nos Tara, dos Xoclei de Santa Catarina. «Eu decidi como jovem que quero contar as narrativas sobre o povo quase exterminado. Muitas mulheres foram estupradas, muitas crianças foram mortas. Há uma romantização sobre os povos indígenas. A juventude Xoclei hoje traz crianças e mulheres para a luta».

Eda Parintins, do lado sul do rio Amazonas, reforça a mensagem: «sei que estamos aqui para somar, lutar, garantir nossos direitos. Mesmo as terras demarcadas estão a ser invadidas. Estar aqui é darmos continuidade aos nossos ancestrais».

«Amazónia resiste, Mata Atlântica resiste, Caatinga resiste, Cerrado resiste, Pantanal resiste, Pindorama resiste…». Quando a artista indígena Daiara Tukano diz isto, quem resiste é a própria Natureza. As mulheres indígenas consideram-se natureza de resistência e amplificam a clareza da nossa relação entre o corpo e o território. E o movimento indígena que reclamam vai desfazendo o patriarcado e trazendo mais igualdade e esperança para o movimento indígena, e apontando uma flecha na direção do que temos de começar a ver como um movimento global de retomada da Terra.

Mídia indigena

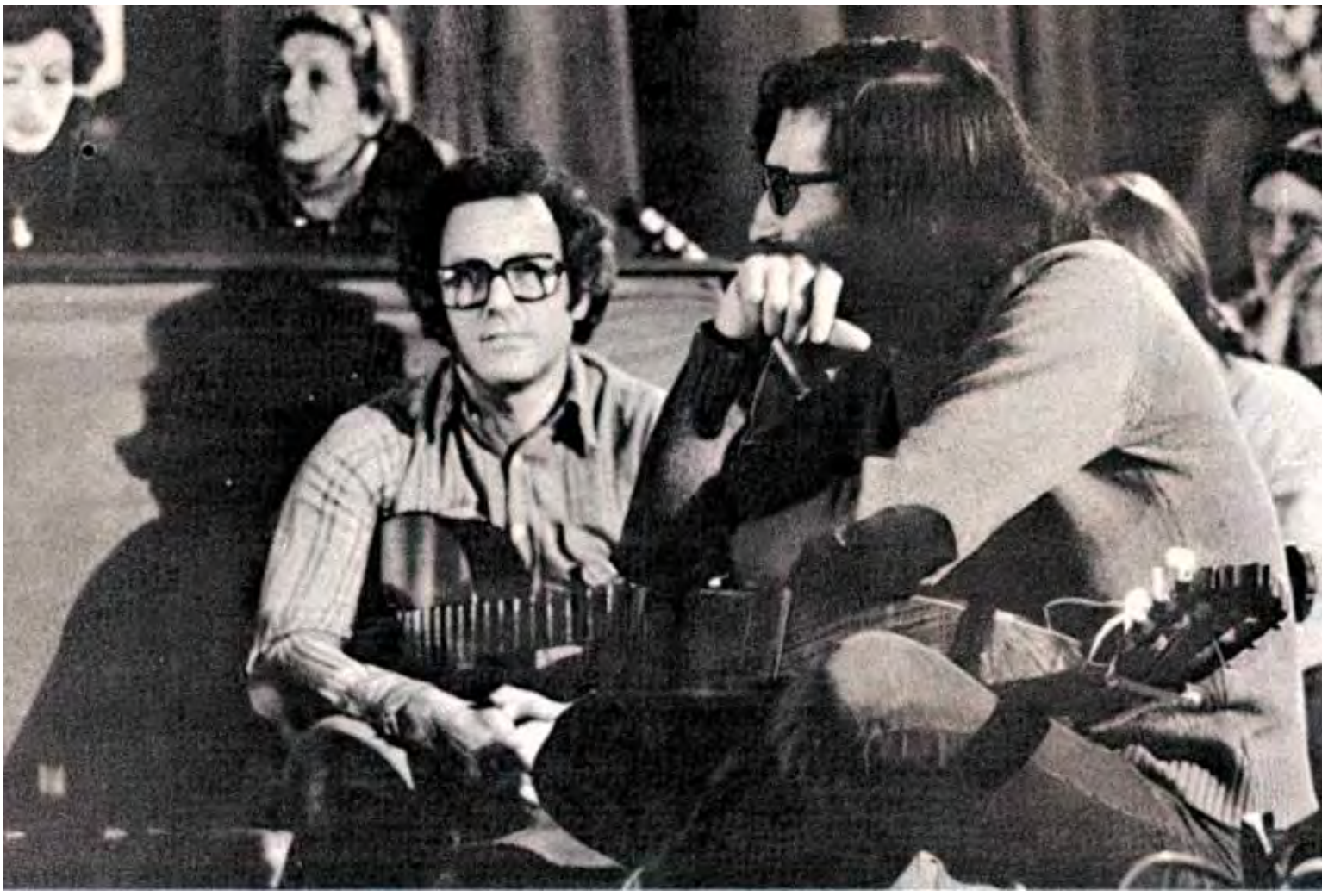
Homens do Alto Xingu

Cantai comigo que o sol já vem

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Falámos com Francisco Fanhais, na sua casa na vila alentejana do Alvito, nas vésperas dos seus 82 anos. A sua voz ainda hoje surpreende pela sua afectuosidade e timbre nos espectáculos que percorrem o país mantendo viva a memória de José Afonso. Para o eterno companheiro do Zeca, a canção de protesto – que uniu um colectivo que fez da cantiga uma arma, antes e depois do 25 de Abril – «nasce fundamentalmente das letras que se cantam, daquilo que se diz. De uma música que seja simples, que seja cantada por toda a gente, um tema que tenha uma dimensão social forte, e que vá ao encontro daquilo que as pessoas sentem, aquilo que desejam».

Na sequência da série «25 de Abril, outros 50 anos», importa pois conhecer a voz do *Padre Fanhais*, na sua condição de «cristão comprometido» que canta a paz, a fraternidade, a solidariedade e o amor entre todos. Fá-lo olhando a um Jesus Cristo junto dos homens e prescindido da estrutura eclesiástica, da qual se desligou em 1971. Testemunhou os anseios de um mundo novo e vivenciou-o junto de todos e todas que o ouviram, a ele e aos demais cantautores da Revolução, nas fábricas, nas cooperativas e nas terras ocupadas, por entre as comissões de trabalhadores e moradores após a alvorada de Abril.



José Afonso e Fanhais no congresso da LUAR em 24 de fevereiro de 1975

Epifanias, de Jesus a Zeca

Ao ribatejano nascido em 1941 em Vila Nova da Barquinha, e que ingressou no seminário com dez anos, vindo a ser ordenado padre em 1964, começamos por perguntar como é que nos dias de hoje explica, quando vai às escolas (que nos confessou ser aquilo que mais gosta de fazer actualmente), o que era ter um Padre a cantar música de intervenção durante o Estado Novo.

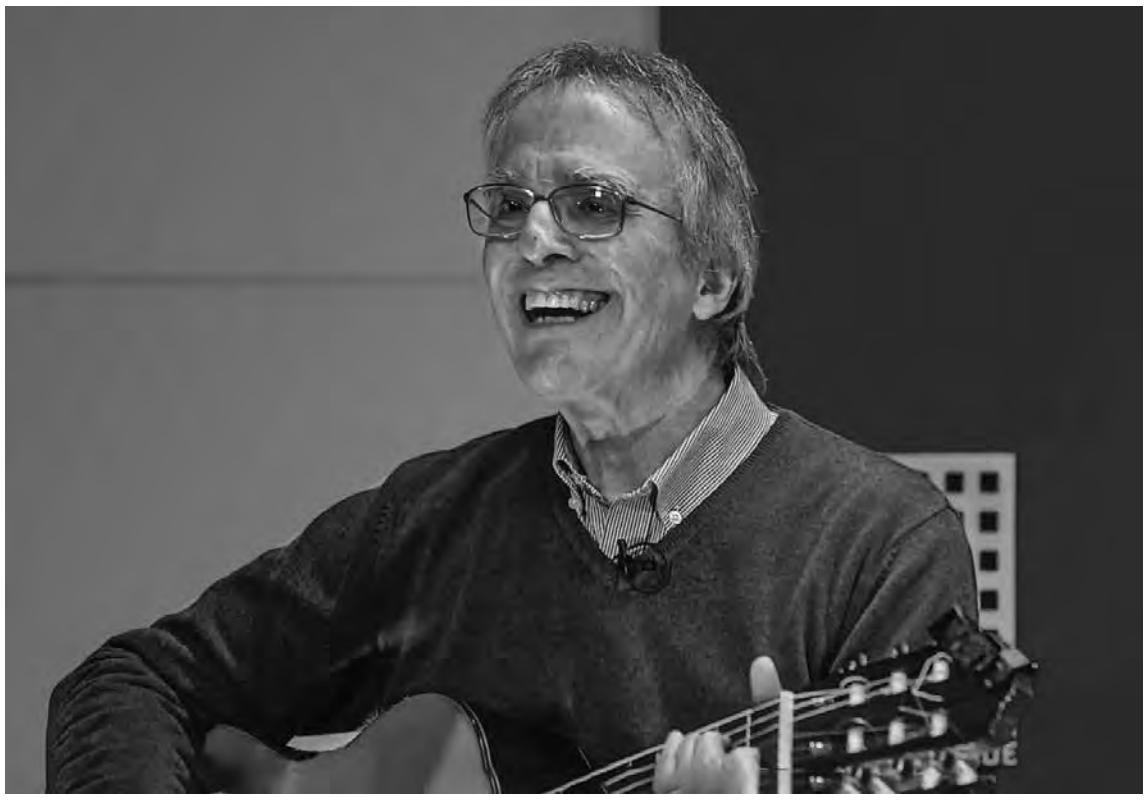
«Quando vou ter com os jovens digo-lhes que antes do 25 de Abril, essencialmente, vivíamos num país preso. Era como se estivéssemos numa prisão colectiva. Uns sentiam isso mais na carne, eram presos efectivamente, torturados, supliciados. Outros vivíamos nesta bolha de falta de liberdade que era o país inteiro: censura, PIDE, repressão, a guerra colonial que levava 40% do orçamento do estado. Tudo isso digo aos miúdos por alto, mas falando simultaneamente do meu caso, das pessoas que não tendo sido torturadas, nem presas, sofriam na pele o drama de viver num país sem liberdade». Da sua própria tomada de consciência, recorda «todo um conjunto de circunstâncias: nos anos 60 eu tinha vinte anos e a pouco e pouco, através de contactos com professores ou colegas mais velhos, fui abrindo o espírito para uma dimensão política. E, estando no seminário e depois sendo padre, também da minha condição de alguém ligado à Igreja».

«É nesse contexto que eu comecei, sendo cantor não por profissão mas por vocação, por gostar de cantar». É em 1963, no penúltimo ano do curso de Teologia, que frequentemente descreve como uma epifania, que conheceu a música de José Afonso. «Estava nos Olivais e um dia bate-me à porta um padre (o Pinto Ribeiro) com o disco que de um lado tinha o "Menino do Bairro Negro" e do outro "Os Vampiros", acabado de sair, e que me disse que iria gostar… Mas dizendo que o ouvisse baixinho… As paredes poderiam ter ouvidos». Francisco Fanhais encontrar-se-á pela primeira vez, poucos anos mais tarde, a 28 de Dezembro de 1968, num encontro cultural nas Grutas das Lapas, em Torres Novas, com o poeta cantor que lhe despertara algo novo no ecoar dos Vampiros: «No céu cinzento sob o astro mudo / Batendo as asas pela noite calada / Vêm em bandos com pés de veludo / Chupar o sangue novo da manada». «A partir daí, já estava no Barreiro nessa altura, a pouco e pouco nasceu uma relação de amizade porque percebemos que queríamos as mesmas coisas através da música, era assim um contributo colectivo para que alguma coisa se alterasse no nosso país».

O Padre Fanhais já era por essa altura nome conhecido da contestação ao regime fascista, parte activa do grupo de católicos progressistas que, com maior ênfase a partir dos anos 1960, se tornariam uma voz cada vez mais incómoda ao Estado Novo, então presidido pelo chefe de estado cerimonial Américo Thomaz, e mais tarde, depois do afastamento de Salazar em 1968, pelo presidente do Conselho Marcello Caetano.

«Nessa altura eu já tinha contacto com padres, como com leigos, mais progressistas» destacando o «exemplo muito forte do Padre Felicidade Alves [1925-1998]. Uma figura decisiva para muitos de nós, por mim falo, pois foi um homem com um carácter perfeitamente indómito, que denunciou, depois de ter ido para Belém como prior, a situação política que estávamos a viver, a guerra colonial. Ele tinha sido professor de teologia no seminário dos Olivais, que era um lugar de absoluta confiança do Bispo, no cerne da formação dos padres, mas ao fim de alguns anos o Cardeal Patriarca Cerejeira pô-lo na Igreja dos Jerónimos, onde a pouco e pouco se deu conta que havia que denunciar. O Presidente da República ia lá à missa e o certo é que o Felicidade começou a denunciar

> «Um dos principais motivos da dissidência foi o silêncio da Igreja em relação ao regime e à guerra colonial».



Fanhais, Museu do Aljube, 2020

a situação política que se vivia, a guerra colonial, etc. O Américo Thomaz desistiu de lá ir à missa, houve queixas ao Cardeal Cerejeira denunciando a actuação do Felicidade. Após uma troca de correspondência entre ambos, veiculando as queixas que faziam e ele defendendo-se e contrapondo as suas razões, o certo é que a coisa deu para o torto». O percurso de Felicidade Alves é, a vários níveis, exemplar da oposição dos católicos à ditadura, tendo impulsionado, após o afastamento da paróquia de Belém, em conjunto com Nuno Teotónio Pereira e o padre Abílio Tavares Cardoso, os Cadernos GEDOC, entre 1969 e 1970, criticando questões ligadas à hierarquia católica e à guerra colonial. Foi esta publicação que, uma vez considerada ilegal pela PIDE, levou à prisão Felicidade Alves, em Maio de 1970, acusado de incitar à violência e à luta armada, vindo a ser julgado e absolvido.

Para Francisco Fanhais, «nessas dificuldades, então, não posso nunca esquecer que eu não sou um caso isolado no meio de um conjunto, quer de leigos, como de padres progressistas nessa altura, como de cidadãos que eu conheci como companheiros de luta no Barreiro. Tudo isto vivi integrado num grupo e vivi muito da força que me deram essas pessoas, esse colectivo, esses companheiros que ia encontrando no caminho. Não sou nada um caso do herói que luta sozinho contra ventos, sou fruto também de um colectivo de muita gente, padres e leigos, que se empenharam seriamente como cidadãos ou como

> «O Zeca cantou perante eles a canção que tinha acabado de fazer sobre a história das minas da Ribeira e sobre a actuação pidesca contra um dos mineiros. Ao ouvirem estas quadras, desencadeia-se uma tentativa de tomada de poder pelos mineiros.»

cristãos em transformar, em alterar as coisas dentro do nosso país. Do ponto de vista de cidadão denunciando a guerra colonial, do ponto de vista de cristão, como padre, denunciando a cumplicidade entre a Igreja e o Estado: o forte apoio moral do regime era a Igreja.» Enfatiza assim que «um dos principais motivos da dissidência foi o silêncio da Igreja em relação ao regime e à guerra colonial, que era o fundamental de toda a nossa preocupação, o apoio que dava à guerra colonial, isto é, o silêncio cobarde e cúmplice com que a Igreja sempre se recusou a denunciar a guerra colonial.»

É neste sentido que Fanhais invoca «aquela célebre vigília na Igreja de São Domingos», na passagem do ano de 1968 para 1969. «Havia uma vigília oficial presidida pelo cardeal Cerejeira em que estavam presentes as autoridades civis e militares para celebrar o dia mundial da paz e, para grande escândalo de muitos de nós que lá estávamos, não houve uma única palavra de denúncia, de alusão, por mínima que fosse, à guerra colonial que estávamos a viver. Isso não nos pareceu bem e houve um grupo de pessoas que foi à sacristia falar com o Cardeal Cerejeira e com o Prior da Igreja, anunciando que iríamos continuar a vigília à nossa maneira. Estivemos até às 5 da manhã na Igreja de São Domingos, cantando, rezando, lendo passagens da bíblia e intervenções soltas de quem quisesse – inclusive cartas e testemunhos de gente que estava na guerra colonial – e onde foi cantada pela primeira vez o «Vemos, ouvimos e lemos / Não podemos ignorar» - como é reconhecida a música «Cantata da Paz», poema de Sophia de Mello Breyner, cantado por Fanhais. Dessa vigília, que envolveu mais de uma centena de fiéis e onde foi apresentado um manifesto que denunciava o compromisso político da Igreja frente ao Estado, recorda hoje Fanhais o «grupo de gente que ia engrossando à medida que era cada vez mais escandaloso o silêncio e a cobardia da Igreja».

Em Agosto de 1970, o casamento de Felicidade Alves prestar-se-á como a ocasião para o afastamento de Fanhais enquanto padre. Após um casamento civil, teve lugar «uma cerimónia religiosa fora dos moldes habituais. Eu estive lá e em consequência disso fui chamado ao tribunal eclesiástico para ser interrogado sobre o que se tinha passado. O padre que me interrogou, que tinha sido meu professor de direito canónico nos Olivais, apresentou-me uma folha com um questionário minuciosíssimo. Mas eu não estava com muita vontade de responder exaustivamente àquilo tudo, aliás, já estava com um pé dentro e um pé fora, e respondi que a minha resposta seriam três linhas. Ponto um: estive presente na cerimónia (que eles apelidavam de "cerimónia sacrília" [sacrílega]); ponto dois: concordo com tudo o que se lá passou; ponto três: solidário com todos os que lá estiveram. Isto não caiu bem aos olhos da instituição eclesiástica oficial e na sequência disso fiquei suspenso de padre».

Face a essa situação «deixei de ser autorizado a dar religião e moral no Barreiro, onde dei aulas nos três anos que estive no liceu do Barreiro. Com piada ou sem piada, comentava-se que nessas aulas eu falava de tudo e até de religião…». Por essa altura, a música já irrompera em pleno. «Desde 1968, quando fui para o Barreiro, participei e cantei com o Zeca naquelas colectividades culturais e de recreio que havia na margem Sul e foi ele que um dia me propôs ir ao Zip Zip. E foi depois dessa minha participação, em Junho de 1969, que comecei a cantar fora do Barreiro e um pouco por todo o lado. Não me coibindo, obviamente, uma vez que era essa a razão de ser, de utilizar a voz, o cante e os poemas como cidadão; não me coibindo de denunciar a situação, como a prisão do Padre Felicidade que entretanto tinha sido preso, e não me coibindo de falar sobre a guerra colonial, a situação política que nós vivíamos».

Com a participação no programa televisivo Zip Zip, lança nesse ano de 1969 o seu primeiro disco, «Cantilenas», e em 1970 o «Canções da Cidade Nova», os seus dois discos de carreira (o último reeditado em 1998 sob o título «Dedicatória»). Musicou e deu voz a vários poetas cúmplices, como no emblemático hino de resistência «Cantata de Paz» de Sophia de Mello Breyner, ou na «Canção da Cidade Nova», poema de Fernando Melro, inspirado no Profeta Isaías: «Virá o pobre do mundo inteiro / Há pão que sobre e sem dinheiro / Há pão e vinho em abundância / E o seu caminho é sem distância / Não tem distância esta cidade / Senão o medo que nos invade / Cantai comigo que o sol já vem». Este último poema é descrito por Fanhais – em conversa ao jornal digital 7 Margens, dias antes do nosso encontro – como «um poema-chave na minha vida, porque tem as duas dimensões, a dimensão social e, por outro lado, a dimensão religiosa». É esta a canção que elegeria para cantar se lhe fosse dada a escolher apenas uma nos seus últimos cinco minutos de vida, esperando haver antes dez minutos para poder também entoar a Grândola.

Um momento em que respiramos melhor

Ao som da marcha de passos na Grândola, gravada em Outubro de 1971 em Paris para o disco «Cantigas de Maio», estão os passos de três homens de braço-dado: José Afonso, José Mário Branco e Francisco Fanhais. Gravado de madrugada, após a ideia de José Mário Branco de gravar os passos dos trabalhadores alentejanos no regresso da jorna, nenhum deles podia imaginar que a canção seria uma das senhas da Revolução. Francisco Fanhais saíra para Paris nesse ano de 1971 e percorreu com a sua música a Europa, até ao dia em que ouviu na rádio a notícia de uma revolução em Portugal.

«Meti-me no comboio no dia 29 e no dia seguinte, eram para aí umas oito da manhã na estação de Vilar Formoso, abri a janela para respirar pela primeira vez o ar puro do Portugal novo». Como não poderia deixar de ser «juntei-me à malta que cantava, a participar nesse processo de desenvolvimento do país, de nascimento da liberdade, fomentando-a também com as nossas vozes, com os nossos poemas, tentando animar e manter viva esta democracia cujo nascimento estávamos a testemunhar. Foi esse essencialmente o meu contributo e, durante o PREC, apoiar ocupações, a formação das cooperativas, etc.». De França trazia já a adesão à LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária (1967-1971) – tendo colocado «como única linha vermelha não haver nenhuma acção que fosse para matar quem quer que fosse. Um ponto intransponível».

Da adjectivação negativa com que se pretendeu selar o Processo Revolucionário em Curso (PREC), de 1974 e 1975, como um tempo de «excessos», responde enfaticamente: «Mas aquilo era uma época de excessos, claro que sim! Em comparação com a situação que nós vivíamos é claro que estávamos num pólo oposto. Quando toda a vida se andou agarrado à terra e a mendigar o sustento, de repente encontrar uma situação em que se pode juntar com

os outros companheiros e dizer: a terra a quem a trabalha! Não aos senhores que estão lá não sei aonde a viver do nosso trabalho, a sugar-nos diariamente. Acho que era uma aspiração legítima. Por parte da direita, para simplificar, era excesso; por parte da esquerda, também podíamos dizer que era excesso em comparação com a escravidão que tínhamos vivido antes. Portanto desses dois excessos haveria de nascer algum entendimento e de aparecer alguma coisa. Mas não foi um excesso 40 anos de ditadura? E 40 anos de prisões políticas, falta de liberdade, escravidão da mulher, não foram um excesso? Quem é que se pode queixar de excessos tendo vivido todo o tempo nessa altura e sendo cúmplice com todas essas situações? Quem é que se pode queixar de excesso? Sim senhora, excessos, agora deste lado, mas legítimos. Não pode haver outra explicação, nem condescendências».

O ambiente vivido era um mudar de vida. «Quando íamos cantar às cooperativas, o Zeca e eu, havia essa sensação de que qualquer coisa havia de mudar, de não mais continuar aquele sistema em que uma pessoa trabalha de sol a sol e está escravo de um patrão que lhe paga uma miséria. Havia essa sensação. Espaços vazios há uma porrada de anos, quando havia falta de clínicas populares, ou falta de habitação. Ocupações de casas abandonadas, sim senhor! É um excesso, é. Excesso também era do outro lado, anos e anos a fio as casas vazias e as gentes a viver debaixo da ponte. Como ainda hoje acontece. Excessos, sim senhor, mas digamos para simplificar: positivos. Para contrariar e contrapor aos excessos de pasmaceira que tantas vezes nós estamos a viver, hoje ainda. Parece que há muita gente conformada com essa situação. Por mais parangonas que digam que a economia está a crescer, que é mais 1%, ou 2%, que diminui o défice, é muito pouco em relação àquilo que nós ansiamos nestes tempos em que corremos o risco de ter ainda ditaduras outra vez, por baixo de populismos e por baixo dessa cambada de gente que só quer que isto volte para trás.» Na altura, sim, «sentia-se que por um momento, por pouco tempo que fosse nas suas vidas, havia um momento em que respiravam melhor».

«Quando íamos cantar às cooperativas, o Zeca e eu, havia essa sensação de que qualquer coisa havia de mudar, de não mais continuar aquele sistema em que uma pessoa trabalha de sol a sol e está escravo de um patrão que lhe paga uma miséria.»

O cantar é uma arma e era vivido em toda a sua efervescência. Na memória, como tem vindo a ser registado pelo trabalho da Associação José Afonso, a que Fanhais preside, estão as histórias das campanhas de dinamização cultural do MFA. Em «Livra-te do medo – Estórias e andanças do Zeca Afonso» («A Regra do Jogo», 1984) o realizador Luís Filipe Rocha relata como «partimos no meu carro, eu, o Fanhais e o Zeca, e ficámos em Bragança integrados nas campanhas de dinamização cultural. Era a operação Maio-Nordeste, creio. Assisti à penetração do MFA no maior feudo do reaccionarismo. Foi uma época única na história daquele ano. Recordo particularmente as minas da Ribeira, sobre as quais vim mais tarde a fazer um filme, situadas entre Coelhoso e Parada. Tratava-se de umas minas, uma coisa sinistra, o mais miserável que algum dia vi, onde se vivia e trabalhava em condições infra-humanas. Os patrões tinham deixado "cair" as minas e os mineiros estavam ali sem saber o que fazer. Os mineiros reivindicavam o trivial: exames médicos que não eram feitos há anos e reforma. Registavam-se casos de silicose em barda. Chegámos ao fim da tarde e foi o primeiro sítio em Portugal onde verifiquei que o Zeca Afonso não foi reconhecido. Era o MFA que estava presente… Entretivemo-nos a conversar sobre as minas e quando nos vínhamos embora, já noite, um mineiro jovem contou-nos a intervenção da PIDE ali. Esse jovem dispôs-se a levar-nos a uma aldeia onde nos contaram a história da perseguição a um mineiro feita directamente pela PIDE e pelo capataz a pedido do patrão. Eu e o Fanhais "obrigámos" o Zeca a fazer uma canção sobre o acontecimento. Como de costume ele protestou dizendo que "não era capaz de a fazer para o dia seguinte". Fechámo-lo no quarto e na manhã seguinte tinha feito "Em Terras de Trás-os-Montes", canção que integrou o seu álbum "Com as Minhas Tamanquinhas". No dia seguinte voltámos a reunir com essas pessoas, que acabaram por identificar o Zeca quando ele cantou a Grândola, o Fanhais também cantou, mas a reacção inimaginável foi quando o Zeca cantou perante eles a canção que tinha acabado de fazer sobre a história das minas da Ribeira e sobre a actuação pidesca contra um dos mineiros. Ao ouvirem estas quadras, desencadeia-se uma tentativa de tomada de poder pelos mineiros. De facto, tentaram autogerir as minas, mas o processo político posterior gorou esses propósitos.»

Outro episódio marcante é o registo cru e direto da gravação do disco «República», uma verdadeira raridade na discografia de José Afonso, um álbum que é na verdade um disco a dois de José Afonso e de Francisco Fanhais. Como nos recorda «estávamos em Roma em 1975 e o jornal República estava em ocupação» – o caso República resultara na ocupação do Jornal pela comissão de trabalhadores, tendo tido grande repercussão e levando o Partido Socialista a abandonar o governo provisório – «e três organizações italianas propuseram que nós gravássemos um disco cujo lucro de venda fosse destinado aos trabalhadores da República. A Lotta Continua, Il Manifesto e a Vanguardia Operaria. E assim foi. Nós gravámos num estúdio, coisa pequena, com poucos recursos, que foi o que nós conseguimos fazer, numa noite ou duas. Entretanto a República dissolveu-se e já não se justifica que o produto da venda fosse para tal, e então fez-se uma segunda edição, uma segunda capa até, acrescentando uma música e tirando outra, uma pequena alteração na ordem do LP, e o lucro das vendas seria de apoio às cooperativas. Depois uma vez que fui a Itália, fui lá tocar e trouxe 100 discos. Na alfândega do aeroporto aqui em Lisboa, abriam as malas e eu disse ao senhor da alfândega: "este é um disco que José Afonso e eu fizemos em Itália de apoio ao República", e eles lançaram assim os olhos gulosos e eu dei um disco a cada um deles – 90 % para lhes dar uma satisfação porque eles estavam tão desejosos de ter um disco, 10% era para ver se o resto passava… E não houve problemas nenhuns. Os discos desapareceram num instante e pedimos mais cem de Itália, recebemos às tantas na [cooperativa] "Era Nova" um papel dos correios para ir à Almirante Reis levantar os discos. Fui lá e dizem-me que para desalfandegar isso eram 17 contos, o que por mais que nós quiséssemos juntar dinheiro para uma vaquinha, era impossível. E os discos voltaram para trás…»

«Que Deus reme connosco / na viagem»

Em meados dos anos 1980, Francisco Fanhais muda-se para o Baixo Alentejo, junto com Camilo Mortágua, amigo e companheiro da LUAR, enveredando pelo ensino de educação musical no distrito de Beja, sem nunca deixar de prosseguir a divulgação do legado dos tempos vividos e a mensagem que insiste ser actual da utopia de José Afonso. Dois filhos e dois netos vieram-se somar aos seus dois registos discográficos.

Na já referida recente entrevista ao jornal digital 7 Margens (Maio, 2023), recorda um verso de um poema de José Afonso, de 1982, publicado em «José Afonso – Obra Poética» (Relógio D'Água, 2022): «Que Deus reme connosco / na viagem». Sugere Fanhais que «para o Zeca isso seria a fraternidade, a solidariedade entre todos, a amizade entre as pessoas, estar na vida de maneira diferente.» Para si «qualquer pessoa pode entender esse Deus de que ele fala conforme quiser. O que é que pode mover as pessoas nesta viagem que estamos aqui a fazer? Pode ser o ódio, pode ser o domínio, mas pode ser a fraternidade, pode ser a solidariedade entre todos, pode ser o amor entre todos, pode ser a paz, podem ser esses valores. Que um Deus qualquer que ele seja, mas que reme connosco, nesta viagem que estamos a fazer».

Francisco Fanhais mantém-se um «cristão comprometido», fundado na figura central de Jesus Cristo. Já da sua relação com a Igreja católica e sobre as razões que vê hoje para ser dissidente à actual estrutura eclesiástica responde: «Assim estou hoje longe da igreja hierárquica e institucionalizada, mas próximo daquelas pessoas que me dizem alguma coisa. E sem dúvida que o Papa Francisco é uma pessoa a que é impossível não aderir, à mensagem daquele homem, à sua personalidade, ao seu desprendimento franciscano como chefe da Igreja».

Sobre os abusos na Igreja, é lapidar: «tudo o que se fizer para castigar, do ponto de vista civil e do ponto de vista religioso, todos aqueles que estão implicados em abuso sexual das crianças, é pouco». E indigna-se com figuras como o Bispo de Beja, D. João Marcos. «Há pessoas que caminham de costas para o futuro. E este ressurgimento dos movimentos neo-catecumentais, onde se ensinam as tradições antigas, isso é caminhar de costas para o futuro. Porquê, porquê? Acho de uma indigência, de um medo e de um receio de afrontar as situações e de contribuir para que se esteja cada vez mais ao serviço dos pobres. Tentando manter tudo como estava antes, cabeção, de costas para o púlpito… Jesus, nossa senhora onde é que isso já vai! Faz-me uma impressão muito grande».

Uma derrota com sabor a revolta

Em março, Macron anunciou o aumento da idade de reforma de 62 para 64 anos. Esta enésima «reforma» das pensões é vista, muito justamente, como uma etapa suplementar de uma demolição das condições de vida que parece não ter limites.

JORGE VALADAS
ILUSTRAÇÃO
ANDRÉ LEMOS

I.

«Vestidos de negro, de máscara e luvas, discretos, anunciam o programa, de olhos risonhos: "Hoje é a operação gás gratuito"»[1]. Assim começa a reportagem que segue dois operários da companhia nacional do gás que levam a cabo acções directas em protesto contra o projecto de «reforma» do sistema público de pensões. Organizados em pequenos comandos, estes operários, que se intitulam a si próprios «Robins dos Bosques», executam acções que permitem fornecer gás e electricidade, a preços módicos ou gratuitamente, a casas dos bairros populares, aqui, na grande cidade do Sul: Marselha. Em cada operação, colocam nas caixas de distribuição uma nota dirigida aos utentes: «Electricidade e gás mais caros, menos poder de compra, investidores mais ricos, operários nervosos». Ao intervirem nas redes de distribuição, os «Robins dos Bosques» sabem que não vão mudar a condição das pessoas pobres, mas afirmam: «É a nossa maneira de agir em prol do bem comum, a energia é um bem comum, não devia estar sujeita à lei do mercado.» De igual modo, ligam de novo o fornecimento de energia aos pobres que não a conseguem pagar e que o viram cortado pela empresa de gás e electricidade. Estabelecem tarifas reduzidas para os padeiros em dificuldade. Em dois grandes bairros populares de Marselha, os «Robins dos Bosques» reduziram em 50% as tarifas do gás e da electricidade. Além disso, decidiram «visitar» os deputados que defendem a «reforma» das pensões, oferecendo-lhes cortes de electricidade. A 19 de Abril, por ocasião da visita de Macron a uma fábrica numa aldeia perdida da Alsácia, a corrente eléctrica local foi cortada, o que levou à anulação da visita. «Vamos agir assim porque eles só compreendem a relação de forças.» O grupo começou a efectuar estas acções directas em 2004, quando o estatuto da empresa passou de público para misto, com capitais privados. Hoje, com a «reforma», as vantagens do seu regime de pensões vão ser suprimidas. Como sempre, o governo nivela por baixo, sempre mais baixo. É por isso que os operários da energia se encontram tão empenhados no movimento contra a «reforma». Como acontece em geral com as grandes empresas, as companhias de energia auferem lucros gigantescos, ao mesmo tempo que os preços pagos pelos consumidores não cessam de aumentar. Por outro lado, descobriu-se agora que a companhia nacional de gás continua a vender gás russo, enquanto a propaganda bélica anti-Putin se encontra no centro do discurso oficial. A hipocrisia da guerra entra no debate!

Estas acções directas revelam uma radicalização de certos sectores operários, e são reforçadas pela arrogância do governo que, desde o início, impôs o quadro da sua «reforma» deixando aos sindicatos uma margem de negociação limitada, desafiando inclusivamente as organizações mais reformistas que, há décadas, companham e caucionam odas as «reformas liberais».

O movimento dos *Coletes Amarelos*, além das suas ambiguidades e contradições, deixou marcas profundas, trazendo ao primeiro plano o sentimento de injustiça social e uma espécie de reivindicação da honra e da dignidade dos pobres e dos deixados para trás. Ao mesmo tempo, o termo «macronista» tornou-se sinónimo de defensor dos privilegiados. É significativo que o canto dos *Coletes Amarelos* - «Estamos aqui, mesmo que Macron não o queira, pela honra da classe operária e por um mundo melhor!» - se tenha tornado o canto mais repetido nas manifestações e sempre que se apresenta um conflito social. Substituiu *A Internacional*.

Finalmente, no que toca aos sindicatos, a situação está nitidamente virada do avesso. Os sindicatos da energia eram tradicionalmente dominados pela CGT, um sindicato dirigido de forma autoritária por uma nomenclatura comunista vinda dos anos estalinistas do pós-guerra. Até ao início deste século, a CGT rejeitava a acção da base, considerada uma expressão de tendências esquerdistas e provocadoras. Hoje em dia, os dirigentes sindicais vêem-se forçados a caucionar estas acções directas que lhes escapam. É a base dos sindicatos que leva a cabo as acções, e, se os dirigentes querem conservar uma aparência de controlo do aparelho sindical, são obrigados a submeter-se à base. O mínimo que se pode dizer é que este controlo é frágil e pode ser ultrapassado de um momento para o outro. Poucas semanas

FELIZMENTE CONTINUA A HAVER LUAR

Paris, 31 de janeiro de 2023. Roland Godefroy, CC 4.0

antes do início do movimento actual contra a «reforma», uma greve selvagem, organizada horizontalmente no Twitter e noutras redes sociais, paralisou o conjunto dos transportes ferroviários em França. Os sindicatos foram postos diante do facto consumado e não puderam intervir. O governo ficou preocupado: «Onde estão os sindicatos?». Um mês depois avançavam com a «reforma» das pensões…

II.

Vejamos o conteúdo desta «reforma». A ideia do governo é que o sistema actual de financiamento das pensões públicas «tem de ser salvo», sobretudo por razões demográficas, numa altura em que o número de contribuintes diminui e o de pensionistas aumenta. Esta ideia é contestada inclusivamente por muitos «peritos» complacentes com o poder, que sublinham, que o sistema contributivo poderá manter-se equilibrado se as contribuições patronais não falharem. Um dos problemas é que as contribuições patronais são cada vez mais aligeiradas. É claro, acrescentam os sindicatos e o que resta da esquerda reformista, que se poderia também financiar o sistema através de impostos sobre as grandes fortunas, os lucros e as rendas dos capitalistas. Como é evidente, o governo não aceita isso. Tocar nos lucros dos capitalistas é ultrapassar a linha vermelha das políticas liberais. Assim, é a precariedade do trabalho e os baixos salários que diminuem as contribuições e fragilizam o sistema actual de pensões. A única «solução» encontrada pelos donos do tempo presente é o aumento do período de contribuições dos assalariados. Segundo a nova lei, a duração das contribuições passaria de 40 para 43 anos e, com excepção de quem começou a trabalhar muito novo, aos dezasseis anos, seria preciso chegar aos 64 para poder receber a pensão, em vez dos 62 anos actuais. Os sectores operários que, no passado, tinham conseguido um regime mais favorável, tendo em conta a dureza do seu trabalho, têm de aceitar perdê-lo. É o caso dos trabalhadores da energia, nos quais se contam os «Robins dos Bosques».

São estes dois anos de acréscimo que fizeram convergir a oposição à «reforma». Nas condições actuais de exploração cada vez mais duras, muitos trabalhadores não aguentarão até aos 64 anos. Já hoje, são muitos os que param antes dos 62 anos, reformando-se com pensões reduzidas. Para aqueles com salários acima da média, é também uma incitação à subscrição de pensões privadas, geridas pelos grandes grupos financeiros, uma evolução já encetada nos países do Norte da Europa, desde a Holanda até à Suécia. Depois dos 60 anos, muitos assalariados são excluídos do mercado de trabalho, sobrevivendo em condições difíceis de pobreza à espera de atingir a idade (hoje 62 anos, amanhã 64) em que poderão finalmente receber a sua exígua pensão. Já hoje, quase 50% dos trabalhadores chegam à idade de reforma sem trabalhar, dependentes de subsídio de desemprego ou de apoios sociais. E um quarto dos trabalhadores pobres morre antes da idade de começar a receber a pensão. É verdade que se vive mais tempo, mas este aumento da esperança de vida é uma média que esconde disparidades enormes segundo a classe social e os sectores de actividade. E, aliás, por que razão o aumento da esperança de vida terá obrigatoriamente de significar trabalhar mais tempo?

> É a base dos sindicatos que leva a cabo as acções, e, se os dirigentes querem conservar uma aparência de controlo do aparelho sindical, são obrigados a submeter-se à base.

III.

Em França, as mobilizações contra a «reforma» vieram mostrar a existência de uma energia de contestação do sistema capitalista. É o próprio processo da reprodução capitalista, com as suas contradições de classe, que está na base dos movimentos sociais. Poder-se-ia quase pensar que os dois últimos anos de vida sob o confinamento e a submissão à propaganda do medo só vieram reforçá-los.

Para além da sua dimensão, as manifestações actuais revelam algumas particularidades da situação presente da sociedade. A importante participação de jovens pode explicar-se pelo facto de eles serem os principais afectados. No entanto, a maioria dos jovens sente-se céptica a respeito das pensões. Estão convencidos de que nunca as receberão… Assim, empenham-se nesta luta porque a «reforma» exprime uma lógica de sociedade presente e futura que rejeitam globalmente. Vivem já na precaridade e na pobreza, na ausência de perspectivas, e com o desastre ecológico. Os manifestantes idosos, que já saíram do mercado de trabalho, fazem-no porque vêem na «reforma» a futura sociedade que as novas gerações terão de suportar. Participam assim numa atitude de solidariedade. De igual modo, as manifestações diferenciam-se daquelas, mais clássicas, do «povo de esquerda», pois encontramos nelas uma forte presença de trabalhadores precários e com baixos salários, dos serviços, da saúde, da restauração, das limpezas, das lojas e dos grandes grupos de distribuição. Estes proletários, tradicionalmente mais passivos, que já não víamos nas manifestações, constituem a base dos sindicatos consensuais. São os primeiros a ser afectados pelo prolongamento de dois anos de trabalho, o que explica que os encontremos actualmente na frente dos sindicatos contra a «reforma». É também digna de nota a forte participação de mulheres nos desfiles, em particular, jovens. Os desfiles feministas ou as «assembleias de mulheres» estão entre os sectores mais alegres e dinâmicos das manifestações. Foi algo inesperado ver inclusivamente um desfile de feministas radicais e lésbicas deslocar-se para apoiar os grevistas das refinarias que fornecem querosene aos aeroportos parisienses[2]. As lutas e os movimentos cruzam-se numa mesma frente de combate. E, à medida que o movimento se instalou, as palavras de ordem foram-se tornando mais imaginativas: «Será possível fazer teletrabalho nos lares de idosos ?», «O lixo não está na rua, mas nos ministérios». Finalmente, muitos dos participantes manifestam-se pela primeira vez na vida. O slogan de Maio de 68, repetido aqui e ali: «Quando é insuportável, já não o suportamos!» readquire sentido.

Uma das características marcantes do movimento é a amplitude das mobilizações, abarcando praticamente todo o país, com particular incidência nas pequenas cidades de província. Em numerosas cidades médias e pequenas, não é raro ver na rua entre 10% e 20% da população. Por vezes, chegou-se mesmo a contar metade dos habitantes na rua. Ao fim de um mês de mobilizações, as sondagens, sempre aproximativas, continuavam a dar uns meros 10% de pessoas favoráveis à «reforma».

A posição dos sindicatos merece que nos detenhamos um pouco nela. Pela primeira vez desde há anos, uma frente sindical única opõe-se ao governo, desde pequenos sindicatos direitistas e tradicionalmente resignados, como o sindicato cristão e o sindicato dos quadros, até à velha CGT e ao sindicato mais combativo, o SUD. A CFDT, um sindicato muito reformista que há anos apoia todas as medidas liberais dos diversos governos, encabeçou desta vez as mobilizações, em conjunto com a CGT e o SUD. A base deste sindicato é maioritariamente constituída por trabalhadores precários e mal pagos em sectores de trabalho penoso como os serviços, particularmente afectados pelas novas medidas – são portanto trabalhadores para quem é insuportável imaginar um prolongamento de dois anos da sua vida de explorados.

A arrogância da classe dirigente exprime a diminuição progressiva do espaço negocial que constitui o fundamento do sindicalismo. Por agora, no caso francês, os sindicatos refizeram a sua imagem e aceitaram acompanhar e defender a radicalização das suas bases. Seja como for, aqui e ali, os aparelhos sindicais tentam, à primeira oportunidade, recuperar o seu papel dirigente. Por exemplo, ao revindicarem o controlo das assembleias que decidem as acções a empreender. A ideia da auto-organização continua a ser incompatível com os interesses dos aparelhos. Assim, e para voltarmos à atitude da classe dirigente, é arriscado concluir do enfraquecimento dos sindicatos que os trabalhadores se submeterão inelutavelmente à pauperização em curso.

É indubitável que esta frente sindical única reforçou a energia da recusa. Por um

DEPUIS SAMEDI, NOTRE CAMARADE S. EST DANS LE COMA
À CAUSE DE FLICS, DU PRÉFET, DU MINISTRE DE L' INTÉRIEUR, DU PRÉSIDENT, ET D' UNE GRENADE.
NOTRE COLÈRE, NOTRE TRISTESSE, ET NOTRE HAINE SONT IMMENSES.

Paris, 28 de março de 2023. Jules, CC 4.0. Referência aos protestos em Sainte-Soline contra reservatórios de água para a agro-indústria. Durante a feroz repressão policial que caiu sobre os 30.000 manifestantes, S. foi atingido na cabeça por uma granada explosiva. Já retomou consciência.

lado, porque a divisão dos aparelhos sindicais era considerada, por muitos trabalhadores, como um factor de fraqueza. Isto explica que se assista hoje a uma retoma das filiações sindicais, que há anos se encontrava em queda, com milhares de novas adesões no passado recente. Poder-se-ia dizer que, deste ponto de vista, o movimento constitui já uma vitória sindical, mas coloca um problema no futuro. É que os novos aderentes chegam com espírito de luta e com vontade de se opôr ao estado das coisas. Uma vez passado o momento actual, é muito provável que choquem rapidamente com o rame-rame destas instituições hierárquicas e burocráticas e percam as ilusões.

Não está na natureza do sindicalismo moderno promover acções selvagens ou directas, mas a negociação. Se os aparelhos apoiam as primeiras, é só com o objectivo de se reforçarem momentaneamente, para, mais tarde, terem um poder de negociação no interior do sistema. A última palavra caberá necessariamente à capacidade de o capitalismo cultivar o espaço desta negociação. Se a melhoria das condições de vida dos explorados puder induzir ganhos de produtividade favoráveis ao aumento da rentabilidade do capital, o sindicalismo voltará a encontrar um espaço de funcionamento. Mas se, como parece ser o caso, estivermos a entrar num período em que só a violência das relações de força pode convir ao prosseguimento da produção de lucro, os dias do sindicalismo estão contados e, a este momento de pausa, seguir-se-á a continuação da sua decadência como força de enquadramento dos trabalhadores. Como faz notar muito justamente Jacques Rancière, num artigo recente[3], o fim do Estado gestionário é o Estado policial. E o Estado policial não precisa de co-gestão, não precisa de sindicatos negociadores.

IV.

Quando, na Grécia, depois do terrível «acidente» de comboio – na realidade, um crime de Estado[4] – no início de Março de 2023, que matou dezenas de estudantes, os manifestantes desfilam aos gritos de: «A privatização mata!» e «Os nossos mortos, os vossos lucros!», exprimem claramente a ideia que permeia hoje em dia todas as sociedades da velha Europa. É um brado de rejeição das consequências sociais das políticas liberais do capitalismo actual, atitude que continua a propagar-se após o desastre das políticas anti-Covid que puseram a nu a destruição dos serviços de saúde por toda a Europa. Assistimos a esta vaga de contestação em vários países europeus. Na Grã-Bretanha, em primeiro lugar, onde movimentos de greve, diversificados e pontuais, desorganizam há meses o funcionamento da vida social. Mas também em países onde, nos últimos anos, os conflitos sociais têm sido raros. Assim, na Dinamarca, uma medida destinada a prolongar o tempo de trabalho anual para financiar o aumento do orçamento militar, com a supressão de um feriado, desencadeou uma importante manifestação em Copenhaga. Em Portugal, após décadas de letargia, os trabalhadores protestam contra a destruição dos serviços públicos, escolas, transportes e hospitais, e contra a crise da habitação. Finalmente, em Espanha, as recentes manifestações de milhões de pessoas pela defesa dos serviços públicos de saúde (em Espanha, estes dependem das diferentes regiões, tal como o sistema educativo) exprimem igualmente a presença da cólera social.

> Já hoje, um quarto dos trabalhadores pobres morre antes da idade de começar a receber a pensão.

Em França, o sentimento de uma destruição progressiva dos serviços públicos exaspera uma parte cada vez maior da sociedade. Aquilo a que se chamava «Estado Social», que os trabalhadores consideravam como uma garantia e uma protecção das suas condições gerais de vida, desmorona-se. Uns após outros, os serviços postais, os serviços de saúde, a escola ou os transportes, vão sendo destruídos. Esta enésima «reforma» das pensões é vista, muito justamente, como uma etapa suplementar de uma demolição das condições de vida que parece não ter limites. A ideia das «conquistas» irreversíveis das lutas passadas ficou para trás. E a propaganda liberal a vender as «privatizações» como uma melhoria dos serviços públicos tornou-se risível, dado o caos instalado nestes sectores, ao mesmo tempo que a inflação torna a vida quotidiana mais difícil. A incapacidade do sistema capitalista para inverter a lógica da destruição ambiental com as suas consequências desastrosas vem somar-se a este estado de coisas. A lógica produtivista é sentida como uma produção de desigualdades. Com excepção de alguns talibãs que ainda se atrevem a defender os benefícios do «progresso», a luta ecológica passou a fazer parte de todas as lutas sociais. Em resumo, as vias clássicas de busca de um consenso interclassista parecem agora manifestamente insuficientes. Para muitos, a alternativa de resistir e lutar torna-se uma opção incontornável.

Esta situação particular faz vir à superfície uma sensibilidade que permanecia subterrânea, mostrando sob uma nova luz o absurdo da condição do trabalho assalariado, o qual é posto em perspectiva com a devastação do planeta e as dificuldades da vida. Para muitos, o trabalho tornou-se sinónimo de precaridade, de vida violenta, de empobrecimento, de destruição dos seres. Então, trabalhar «mais dois anos» para garantir um fim desta vida sem sentido humano, não! Já não são manifestações sindicais a exigir uma negociação sobre o âmbito de uma reforma, são manifestações contra uma visão do mundo. Entre os slogans de Maio de 68 retomados nas manifestações recentes, há um que se vê com frequência: «Não perder a vida a ganhá-la».

Nas suas acções directas concretas, o movimento não ultrapassou, salvo raras excepções, o quadro cauteloso e «responsável» dos grandes aparelhos sindicais e o enfrentamento estritamente político. No entanto, deixou eclodir um espírito de contestação radical que só pede para se ampliar e se tornar uma força colectiva. O espírito que domina agora as mobilizações, greves e manifestações avança uma ideia: esta batalha parece perdida, mas criámos uma força colectiva que pode ser importante para a construção de um outro futuro.

Para culminar esta entrada num período histórico pouco sedutor, a presença de uma guerra às portas da Europa de Leste, com o seu cortejo de violências, destruições, massacres sem fim e barbáries indizíveis, enfraqueceu ainda mais a crença numa vida consensual sob o capitalismo. Subli-nhe-se de passagem que os slogans contra a guerra, as referências a um confronto intercapitalista mortífero, pago com as vidas da juventude ucraniana e russa, têm tendência para aumentar nas manifestações em França, à medida que a mobilização se implanta na sociedade.

> Os desfiles feministas ou as «assembleias de mulheres» estão entre os sectores mais alegres e dinâmicos das manifestações.

O que parece evidente àqueles que vivem em directo estas mobilizações de contestação é que o elemento dominante da nova energia não é apenas a questão em si da «reforma das pensões», mas a da rejeição de um mundo tal como está. Essa é a grande diferença com as lutas dos anos anteriores, como a de 1995 contra a precedente «reforma». Está aqui e permanecerá para além deste movimento. Ele impõe-se como uma necessidade que vai ser preciso assumir, desenvolver, impor aos donos do tempo presente, única luz que nos pode permitir sair da noite escura que eles nos preparam e na qual já entrámos.

NOTAS

1 Khedidja Zerouali, «Les Robin des bois» offrent le gaz contre la réforme des retraites, Mediapart, 12 février 2023.

2 https://bit.ly/3IXtjPY

3 «L'ordre républicaine de Macron», https://bit.ly/3NcmBZ2

4 A rede de caminhos-de-ferro em que se deu a catástrofe tinha sido recentemente privatizada, os sistemas de sinalização não funcionavam há meses e o novo pessoal estava deficientemente habilitado.

UE – Crimes contra a humanidade por procuração

O primeiro terço de 2023 assistiu a um quadruplicar (em comparação com o mesmo período de 2022) do número de chegadas de migrantes à Europa através do Mediterrâneo, sendo Itália a principal porta de entrada. Como resposta, a UE aprofunda a sua estratégia de envio dessas pessoas para destinos onde as espera a prisão, a tortura ou a morte, tornando-se, assim, cúmplice dum ciclo de abusos e «crimes contra a humanidade».

Miguel A. Lopes/Lusa. Manifestação Lisboa, 16 Dezembro 2022

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

O Estado de Malta está a ser acusado de violação da lei marítima internacional por ter coordenado o regresso de cerca de 500 migrantes para a Líbia, onde foram posteriormente detidos e aprisionados. A acusação parte de um grupo de ONG que trabalham no resgate de pessoas em perigo no Mediterrâneo central (Alarm Phone, Sea-Watch, Mediterranea Saving Humans e EMERGENCY), e foi feita num comunicado conjunto de 29 de Maio.

Os migrantes contactaram a Alarm Phone – uma linha telefónica para migrantes em perigo – partilhando as suas coordenadas GPS (em águas internacionais) e informando que estavam à deriva e com água a entrar no seu barco de pesca ferrugento, no dia 23 de Maio. Três dias mais tarde, de acordo com testemunhos de familiares, estes migrantes voltaram para Benghazi, no leste da Líbia, apesar dos vários e repetidos pedidos de apoio enviados às autoridades de Malta para que permitissem que as pessoas que fogem de situações de violência extrema encontrassem um local seguro. O Centro de Coordenação de Busca e Salvamento [Rescue Coordination Centre] de Malta organizou, em vez disso, um processo de *pushback*, ou seja, obrigou cerca de 500 pessoas a fazerem um percurso de 330 quilómetros em direcção a uma prisão líbia.

A zona leste desse país é controlada pelo chamado Exército Nacional Líbio, uma força comandada por Khalifa Haftar. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), essa força levou cerca de 485 pessoas de volta para Benghazi, mas não se conseguiu confirmar se se tratava do grupo referido pela Alarm Phone. No seu comunicado conjunto, a Alarm Phone, a Sea-Watch, a Mediterranea Saving Humans e a EMERGENCY afirmam que o barco Tareq Bin Zeyad foi visto, a 24 de Maio, a fazer «manobras estranhas» perto da última localização conhecida do barco com os migrantes em perigo, o que poderia indicar que estava à sua procura. É importante lembrar que este barco, o Tareq Bin Zeyad, que resgatou os 485 migrantes que eram provavelmente os mesmos que tinham contactado a Alarm Phone, deve o seu nome a uma milícia dirigida pelo filho de Haftar, que a Amnistia Internacional, num relatório de 2022, acusa de ter «milhares de líbios e migrantes sujeitos a abusos brutais e implacáveis desde 2016».

As autoridades maltesas adoptaram há muito uma política de «não assistência» e de trabalho conjunto com as autoridades líbias para a «devolução» de migrantes ao ponto de partida, onde sabem que serão sujeitos a detenções arbitrárias, extorsão, tortura, prostituição forçada, escravidão ou morte pelas milícias e pelos traficantes de seres humanos.

Malta não está sozinha neste processo. Num plano estrutural, é necessário lembrar que a ideia de considerar a Líbia um local seguro para os migrantes e de financiar e treinar as suas forças de imposição da ordem é uma ideia fabricada nos gabinetes de Bruxelas, ao mais alto nível de União Europeia (UE). A sua implementação também não é um monopólio maltês: Grécia, Itália e Espanha praticam esta política com o mesmo nível de intensidade e de desprezo pelas vidas humanas que estão em jogo. Isto se falarmos apenas na zona do Mediterrâneo, numa UE cuja fronteira oriental é pouco mais do que um perímetro de condomínio privado, com grades, câmaras, seguranças e entradas e saídas altamente controladas e permitidas apenas a alguns.

No final de Março, uma Missão de Averiguação de Factos na Líbia [Fact-Finding Mission in Lybia], comissariada pelo Conselho dos Direitos Humanos da ONU, afirmou haver provas de «crimes contra a humanidade» cometidos pelas autoridades líbias contra cidadãos do país e também contra migrantes, nomeadamente em prisões controladas pelas forças de Khalifa Hifter, assim como em áreas controladas por um grupo de milícias dirigido por Abdel-Ghani al-Kikli, um «senhor da guerra», conhecido por «Gheniwa» em Tripoli. As conclusões aparecem num extenso relatório baseado em entrevistas com centenas de pessoas, incluindo migrantes e testemunhas, que é o culminar duma missão iniciada há quase três anos para investigar violações de direitos humanos na Líbia. A missão partilhou as suas conclusões com o Tribunal Penal Internacional, mas não se espera que daí saia qualquer tipo de actuação.

> O bloco europeu e os seus Estados membros não foram considerados responsáveis por crimes contra a humanidade. No entanto, «o apoio dado ajudou e facilitou o cometimento destes crimes».

De acordo com esse relatório, a guarda costeira líbia tem trabalhado «em coordenação próxima» com as redes de traficantes na Líbia», onde existe uma «exploração em larga escala das pessoas vulneráveis e dos migrantes irregulares». Na conferência de imprensa de apresentação deste relatório, o investigador Chaloka Beyani afirma que «o apoio dado à guarda costeira líbia, em termos de *pull-backs*, *pushbacks*, [e] interceptações, conduziu à violação de certos direitos humanos», lembrando que «não se pode empurrar as pessoas de volta para zonas inseguras, e as águas líbias são inseguras para embarcações com migrantes». Ainda nas suas palavras, o bloco europeu e os seus Estados membros não foram considerados responsáveis por crimes contra a humanidade, referindo, no entanto que «o apoio dado ajudou e facilitou o cometimento destes crimes».

As acusações a Malta são, assim, apenas mais uma frente de batalha que se pretende que crie jurisprudência que apanhe também Itália na sua malha, país que faz exactamente o mesmo que Malta na sua parte do Mediterrâneo, de forma a que a UE largue o que Sergio Carrera, do Centre for European Policy Studies – Bruxelas, chama a «falta de vontade para reconhecer a responsabilidade indirecta da União Europeia em crimes contra a humanidade».

As acusações já não podem ser descartadas como *fake news* de quem quer destruir a UE. A questão começa a ser levantada até no próprio Parlamento Europeu, onde a deputada Tineke Strik [Esquerda Verde], afirmou, no passado dia 15 de Maio, depois de uma visita a Lampedusa: «Desenvolvimentos muito preocupantes em Itália. A perda de tantas vidas no recente naufrágio. As novas leis de imigração que desfazem direitos, a repressão sobre as ONG de

busca e salvamento. (…) Nenhum destes assuntos pode, em última análise, ser resolvido sem uma resposta humana baseada na solidariedade e nos direitos humanos». Coisas que, no entanto, Strik não encontrou no terreno: «Malta não responde a pedidos de ajuda e Itália dá instruções aos barcos para levarem as pessoas de volta para a Síria. Trata-se duma política deliberada de "lavo daqui as minhas mãos" tolerada pela UE, que leva ao afogamento de pessoas inocentes (…) «O mais cínico é que a UE está a financiar a guarda costeira líbia».

No dia 12 de Maio, os Médicos Sem Fronteiras (MSF) divulgaram uma declaração reiterando a situação e a cumplicidade da UE: «Em 2022, cerca de 23.600 pessoas foram interceptadas pela guarda costeira líbia financiada pela UE e devolvidas à força à Líbia». Por seu lado, num documento intitulado "A arma secreta da UE contra os refugiados - o tempo", Maurice Stierl, investigador do Instituto de Investigação das Migrações e Estudos Interculturais da Universidade de Osnabrück, vai mais longe: «Os atrasos no salvamento de pessoas no mar não são um fracasso da política europeia. São uma estratégia deliberada e cruel».

Resolver as causas profundas que levam milhões de pessoas a deslocarem-se dos seus locais de origem não foi nunca uma preocupação da UE. Barrar-lhes o caminho o mais longe possível, impossibilitar-lhes ao máximo a travessia e, quando tudo falha, devolvê-los à procedência, tudo isto sem pudores quanto a vidas, leis, valores ou princípios, eis as linhas fundamentais com que se cose a política europeia de gestão de migrações. Uma espécie de desinteresse muito interessado que mais não é do que uma forma de praticar os tais crimes contra a humanidade por procuração.

A guerra contra os povos zapatistas

Os ataques paramilitares contra as comunidades zapatistas no México têm ganho dimensões preocupantes, num momento de mobilização contra os megaprojetos que ameaçam os territórios indígenas.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

No dia 25 de Abril, os zapatistas puseram em marcha em Pijijiapan, Chiapas, a Caravana Nacional e Internacional «El Sur Resiste». Em luta contra o Corredor Interoceânico, o Trem Maia e todos os «projetos de morte» governamentais. Com o objectivo de articular a resistência dos povos, dirigiram-se ao acampamento Tierra y Libertad, em Oaxaca, organizado pela União de Comunidades Indígenas da Zona Norte do Istmo, e que tem bloqueado as vias-férreas do Istmo de Tehuantepec, em protesto contra o mega-projecto do Corredor Interoceânico. A 28 de Abril, a Guarda Nacional, a Marinha Mexicana e a polícia atacaram violentamente os participantes desse acampamento, causando a sua destruição, e detendo diversos camponeses.

YA BASTA

A 8 de Junho o Congresso Nacional Indígena (CNI), lançou um novo «Ya Basta!» para que parem a guerra contra os povos zapatistas. Lembrando o «Ya Basta!» de 1 de Janeiro de 1994, após o qual: «os povos zapatistas abriram os seus corações e ouvidos receptivos à sociedade civil, e puseram de lado as armas para dar lugar à palavra. O EZLN prosseguiu então com a construção de escolas, hospitais, habitações, cooperativas, centros culturais, projectos agro-ecológicos e um longo etc.». «A resposta dos governos estatais mexicanos foi diferente. Apesar de, a 12 de Janeiro de 1994, a sociedade civil ter obrigado Salinas de Gortari a decretar um cessar-fogo, os ataques contra as comunidades zapatistas não pararam. Na guerra de contra-insurreição, começaram a actuar grupos paramilitares, isto é, grupos financiados, treinados e protegidos pelo governo federal. O exército e os grupos paramilitares continuaram a fazer a guerra contra os povos zapatistas, e os programas sociais também se juntaram a eles, tentando dividir ou cooptar os povos zapatistas por meio de dinheiro, comida, cobertores e outras esmolas.»

«hoje, quase 30 anos depois do Ya Basta, as aldeias zapatistas continuam a ser atacadas. O grupo paramilitar ORCAO (Organización Regional de Cafeticultores de Ocosingo), atacou a comunidade zapatista de Moisés e Gandhi diversas vezes desde 2019. Os ataques incluíram o incêndio de escolas e armazéns de café, tiroteios, tortura, sequestros e ferimentos graves com armas de fogo. Ataques denunciados pelos povos zapatistas, organizações de direitos humanos e por jornalistas, as denúncias não tiveram, até agora, qualquer efeito, uma vez que estes grupos continuam a atacar com a impunidade que lhes é garantida pelos três níveis de governo. Além disso, grupos paramilitares como a ORCAO obtêm recursos de programas sociais como o «Sembrando Vida», o que os motiva a atacar comunidades para lhes retirar território e inscrevê-lo no programa.»

> Nesta guerra, as mulheres, os jovens, os migrantes e os povos indígenas são vítimas directas de um sistema que ameaça a vida.

O CNI alerta que «os ataques contra as aldeias zapatistas ocorrem também num contexto preocupante: a crescente influência e operação de grupos de crime organizado em Chiapas, a reactivação de grupos paramilitares, grupos paramilitares e narco-paramilitares, o aparecimento de grupos de auto-defesa, a presença de militares e da Guarda Nacional. Estes actores, bem como a disputa de territórios para a exploração mineira, as estradas, a venda de droga, o tráfico de migrantes, o tráfico de mulheres, o recrutamento forçado, as deslocações forçadas, os desaparecimentos, os massacres, etc., colocam Chiapas à beira de uma guerra civil, como os próprios zapatistas expressaram.»

E sublinhado a situação limite: «É preciso dizer claramente: o México de hoje continua a viver uma guerra atroz, que nos deixou com mais de 100.000 desaparecidos, com mais de 30.000 assassinatos por ano e com 11 assassinatos de mulheres por dia. Comunidades inteiras no norte e no sul do país foram deslocadas pelos confrontos entre cartéis e entre cartéis e militares. Nesta guerra, as mulheres, os jovens, os migrantes e os povos indígenas são vítimas directas de um sistema que ameaça a vida.»

De novo a partir das montanhas do México «retomamos hoje esse grito e dizemos YA BASTA de guerra contra os povos zapatistas. BASTA de fingir que tudo está a correr bem. CHEGA de desprezo, de desapropriação, de exploração, de ouvidos moucos. CHEGA de tanta morte e dor.»

Caracóis guardiões e peregrinações interditas

Relatos da Arrábida a partir de pequenos encantos e novas ameaças

M. LIMA
M.LIMA@JORNALMAPA.PT
FOTOGRAFIA OUTROS ÂNGULOS

Tivemos a sorte e o engenho de encontrar uma casa a preço acessível, apesar da crise de habitação em que estamos mergulhadas e que nos afeta a nós, famílias monoparentais, de um modo particularmente angustiante. Ainda para mais, uma casinha na Serra de São Luís, Arrábida – sítio de escarpas e montes, vistas para o mar, com a proximidade de Setúbal ou de Palmela oculta pela imersão na vegetação cerrada da reserva natural. Viver dentro do Parque Natural da Arrábida renovou a minha sensação de reverência por este ecossistema. Sinto-o como um espaço sagrado, réstia de algo puro e equilibrado que deve ser mantido – contra todas as ofensivas. Isso leva-me a dedicar um pouco mais do meu tempo ao estudo dessas duas entidades, «Fauna» e «Flora», cruzando-as com leituras sobre mitos e tradições populares. Fico sob o efeito de uma espécie de encantamento com os novos detalhes que descubro a ler ou a passear. E, para cada novo encanto, descubro também a presença de uma ameaça de extinção, pairando como uma maldição.

A Arrábida, enquanto ecossistema mediterrânico de estrutura complexa e alta diversidade onde a vegetação se observa nos seus vários estágios, conserva ainda, segundo o botânico suíço Chodat, um dos últimos (senão o último) vestígios de floresta pré-glaciar sul-europeia. Encontram-se assim, nas zonas abrigadas da cordilheira da Arrábida, carvalhais dominados pelo carvalho-cerquinho e um maquis[1] de carrascos, adernos, medronheiros, aroeiras e urzes arbóreas, autênticas relíquias de outros tempos geológicos.

A «Fauna» da Arrábida também impressiona, falando-se muito das espécies raras de aves e dos famosos cetáceos, **mas ao longo destas linhas irei falar-vos de uns humildes seres, pequenos guardiões, (bio)indicadores de um tempo antigo, testemunhas de silêncio e lentidão.** Não sei se é possível transmitir a beleza destes pequenos seres da terra, nem sei se conseguirei explicar porque é que eles me levaram numa peregrinação à capela de S. Luís, um outro encanto da região. Mas sei que quero falar tanto de encantos como de ameaças.

A mais recente investida da velha e colossal ameaça

No início do mês de março de 2023 foi dada a conhecer a intenção da SECIL, empresa produtora de cimento, de aumentar a área de exploração das suas já enormes pedreiras dentro do Parque Natural da Arrábida. Através daquilo que avançaram vários meios de comunicação, foi possível saber que a proposta consiste num aumento de 18,5 hectares de zona protegida, a ser esburacada para unir duas pedreiras independentes da SECIL. Surpreendentemente (ou não), a proposta da cimenteira é feita em nome da sustentabilidade e da eficiência energética. Para conhecer os pormenores do *greenwashing* desta empresa, basta ler no jornal local, O Setubalense, as inúmeras «vantagens ambientais» do projeto de expansão da SECIL, descrito como uma iniciativa «inovadora e mais sustentável, com um menor impacto na paisagem e no ambiente», ao alargar as pedreiras (de marga e calcário) que têm já 98,7 hectares de terra destruída dentro de uma reserva natural.

> Temos a capacidade de proteger e tomar por sagrado este entrelaçamento, a teia da vida, de modo a evitar uma grande catástrofe.

Ficámos também a saber que o processo iria passar por uma consulta pública, aberta de 16 a 29 de março de 2023, o que deu exatamente 13 dias para todas as partes interessadas se pronunciarem[2]. O plano da SECIL não é, aliás, novo. Já em 2020 a Zero se pronunciara contra um anunciado plano de expansão, que agora parece ter sido recuperado. Em declarações recentes à Lusa, Francisco Ferreira, presidente da Zero, declara que «não compreendemos como é que a Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) conseguem pôr em consulta pública algo que, à partida, a legislação é clara a dizer que não é possível. É como querer construir um empreendimento em cima de uma zona de praia, onde tal não é viável, mas, apesar disso, promover uma consulta pública».

Por agora, parece que o projeto não receberá luz verde: o Ministério do Ambiente, envolvido na Avaliação de Impacte Ambiental através do ICNF, declarou na pessoa do Ministro «que a pretensão do promotor do projeto não está conforme o plano de ordenamento do Parque Natural da Arrábida e, portanto, não terá a concordância». A Câmara Municipal de Setúbal também se manifestou contra a alteração os planos de organização territorial para permitir esta expansão das pedreiras, «evidenciando a presença de importantes valores ecológicos e paisagísticos e a existência de conflitos diretos muito significativos do projecto com os valores florísticos e de habitat prioritários para a conservação da natureza». Mas os impedimentos na lei ou as avaliações negativas não travaram a SECIL no passado. Conseguiram aprovar a coincineração e têm conseguido estender o seu tempo de vida, pesem embora as oposições públicas. Em declarações ao Diário de Notícias, Paulo Martins, um outro membro da Zero, descredibiliza toda a retórica de sustentabilidade e melhoria da produção da SECIL e avisa que «o facto de as reservas de calcário das pedreiras estarem a acabar, restando apenas margas, o que impede a resposta às necessidades do mercado», é o que está por detrás deste pedido de expansão. Nesse caso, «pode-se estar perante uma falta de transparência», pois «há vinte anos, quando foi elaborado o Plano de Reestruturação e Exploração da SECIL, isso podia ter

sido previsto». Assim, apesar de a SECIL afirmar nos documentos da consulta pública que prevê que a sua atividade em modo *clean cement line* dure «apenas» 37 anos, «quem garante que não surgirá outra questão idêntica e será necessário mais e mais para explorar pedreiras na Arrábida?».

Depois da ameaça, o encanto

Nas leituras sobre a Arrábida e aquilo que a torna única, deparei-me com a seguinte informação num livro já antigo sobre o património natural da zona: «*Candidula Setubalensis*, caracol único endémico da Arrábida». As formas da sua concha fascinaram-me e fui perseguindo o rasto de informação que o caracol deixa. Descubro que não há só um, mas dois caracóis únicos aqui na Arrábida e que muita gente se tem dedicado a estudá-los e a preservá-los.

Por arte e magia da «coincidência», tinha lido há pouco tempo um artigo na maravilhosa *Gods and Radicals*[3] sobre os caracóis das árvores de Guam, espécie em vias de extinção ou já extinta, escrito num tom de reverência por esses seres pequeninos que agora entendo bem:

«No Hawaii, os povos indígenas chamam aos caracóis das árvores «a voz da floresta». Na verdade, os caracóis não fazem barulho, mas, como explica a bióloga evolutiva Rebecca Rundell, «estas espécies são uma parte importante da vida na Terra e, quando começam a extinguir-se, significa que algo está muito errado com o ambiente que nos sustenta".»* (John Halstead, «*Who are the watchers? Sightseers, Snails, and Spirits of Guam*»).

A pequena peregrinação a S. Luís confronta-nos com o conjunto de ameaças que já sabíamos pairar sobre a região.

Neste artigo, John Halstead fala-nos de como ele próprio, ao perseguir o rasto dos frágeis gastrópodes, encontra um ensaio único, escrito em 2019, por um professor de biologia marinha, Dr. Michael Hadfield, e pela reconhecida Donna Haraway: «*The tree snail manifesto*». Não tenho aqui espaço para resumir tudo o que gostaria sobre este texto, mas digamos que o encantamento pelos caracóis encontra aqui um expoente de reflexão, num manifesto que consiste em auto-biografia, ciência, política e filosofia. A primeira parte é escrita pelo cientista que mudou a sua vida para passar a dedicar-se à investigação sobre os caracóis das árvores, contando-nos como os pequenos seres influenciaram tantas vezes as vidas dos investigadores e obrigaram políticas nacionais a serem alteradas; numa segunda parte, escrita no tom algo complexo de Haraway, somos confrontadas com aquilo que a distingue e lhe dá notoriedade: as suas noções de afeto, cuidado e «*entaglement*» na própria produção de conhecimento científico:

«O meu argumento é óbvio: o amor e o conhecimento coproduzem uma biologia consequente. O trabalho cognitivo é afetivo e vice-versa, senão ficamos com um problema fatal. O amor e o conhecimento da diversidade exuberante geram biólogos cuidadosos e responsivos através da atração e do apego ao que não é si mesmo (ou mesmo como si mesmo), mas que é intrínseco a um codevir em mundos Eco-Evo-Devo contínuos.»* (Donna Haraway, «*The Tree Snail Manifesto*»).

Naturalmente, estas leituras determinaram o modo como olhei para o frágil e mágico caracol branco da Arrábida, que também se encontra na lista vermelha de espécies em perigo da *International Union for the Conservation of Nature*. Parecia que vários grandes pensadores já tinham descoberto que estes pequenos e silenciosos observadores são uma chave para experienciar o *entanglement*.

John Halstead consegue resumir as interrogações principais que surgem quando não queremos escapar ao nosso entrelaçamento mútuo. Pássaros e cobras. Caracóis e espíritos. Cientistas e turistas. Humanos e não humanos. Mortos e vivos. Nós humanos temos de fazer mais do que só observar. Temos a capacidade de proteger e tomar por sagrado este entrelaçamento, a teia da vida, de modo a evitar uma grande catástrofe.

Candidula Setubalensis

Agora ainda mais motivada em conhecer este pequeno caracol, prossigo com as investigações: a espécie *Candidula Setubalensis* foi redescrita em 2014 por David Holyoak e Geraldine Holyoak no trabalho «*A review of the genus Candidula in Portugal with notes on other populations in Western Europe (gastropoda, pulmonata: hygromiidae)*»[4]. O casal, além de propor a alteração da classificação da espécie, passando a pertencer ao género *Xeroplexa* e não *Candidula*, também encontrou um outro caracol exclusivo à Arrábida, o *Candidula Arrabidensis*. Descubro também que existe uma subespécie chamada *Xeroplexa Setubalensis Amanda* (Bourguignat, 1864) que ocorre apenas em Oran, Argélia. (Este facto faz-me cócegas à mente. Porque é que existe uma única sub-espécie irmã, apenas na Argélia?)

Descubro ainda umas folhas de campo de uma equipa de biólogas com datas de avistamento da espécie *X. Setubalensis*, indicando as coordenadas dos locais e as descrições dos indivíduos encontrados. Isso acende uma ideia: ir em peregrinação para avistar os caracóis – num ato de desafio insurgente contra os ritmos do dia-a-dia, encontrando tempo no tempo para me dedicar a esta (lenta e silenciosa) aventura.

Descubro que não há só um, mas dois caracóis únicos aqui na Arrábida.

Escolhemos o alto do Jaspe, local de vistas imponentes, que fora outrora uma pedreira da cobiçada Brecha da Arrábida[5]. Escolhemos um dia enublado e húmido, ideal para avistar os pequenos vigilantes, o que dá um ar místico e ancestral a toda a paisagem que

Ultima Orexana - Own work, CC BY-SA 4.0

Os impedimentos na lei ou as avaliações negativas não travaram a SECIL no passado.

nos circunda. Não é fácil descrever a sensação de conexão e abrandamento do tempo quando te encontras num lugar bonito, com o único propósito de focares a atenção no detalhe e de procurares seres pequeninos. Duas horas passaram a voar. Encontrámos oito cascas já secas e nenhum vivo. São caracóis muito pequenos mas cujos detalhes nas cascas impressionam. Senti-me como que a descobrir micro tesouros, embora nenhum estivesse vivo.

A reverência e o entusiasmo provocados pelo achado das bonitas conchas dos caracóis levam-me a relembrar leituras dos tempos em que estudei antropologia, que sei que encontram aqui relação. O caracol que nos mostra toda a vida em risco, a sagrada interdepedência de tudo, o sanador que é para o ego reverenciar algo que aparenta ser menor que nós.

David Kopenawa, líder e xamã Yanomami, fala-nos de modo inigualável sobre a reverência por algo eterno assim. No seu caso, fala dos espíritos da Amazónia. No meu caso, acho que as suas palavras são as que melhor descrevem as imagens que me evocam os pequenos caracóis brancos:

«Os espíritos xapiripë[6] dançam para os xamãs desde o primeiro tempo e assim continuam até hoje. Eles parecem seres humanos mas são tão minúsculos quanto partículas de poeira cintilantes. (…) Dá alegria de ver como são bonitos! Os espíritos são assim tão numerosos porque eles são as imagens dos animais da floresta. Todos na floresta têm uma imagem: quem anda no chão, quem anda nas árvores, quem tem asas, quem mora na água... São estas imagens que os xamãs chamam e fazem descer para virar espíritos xapiripë. Estas imagens são o verdadeiro centro, o verdadeiro interior dos seres da floresta. As pessoas comuns não podem vê-los, só os xamãs. Mas não são imagens dos animais que conhecemos agora. São imagens dos pais destes animais, são imagens dos nossos antepassados. No primeiro tempo, quando a floresta ainda era jovem, nossos antepassados eram humanos com nomes de animais e acabaram virando caça. São eles que flechamos e comemos hoje. Mas suas imagens não desapareceram e são elas que agora dançam para nós como espíritos xapiripë. Estes antepassados são verdadeiros antigos. Viraram caça há muito tempo mas seus fantasmas permanecem aqui. Têm nomes de animais mas são seres invisíveis que nunca morrem. A epidemia dos Brancos pode tentar queimá-los e devorá-los, mas eles nunca desaparecerão. Seus espelhos brotam sempre de novo.»[7]

Penso que esta descrição trata de um tipo de animismo difícil de compreender para as mentes ocidentais, uma noção de espírito que desafia a categorização dualista de natureza *vs* cultura. Para vários povos indígenas, os espíritos são tanto espíritos da natureza como espíritos ancestrais. Esta «viragem ontológica» é interessante para um ocidental tanto quanto nos motiva a reparar na separação entre nós e o que nos rodeia. Como respondeu Lévi-Strauss quando lhe perguntaram o que é um mito, «se você interrogar um índio americano, seriam muitas as chances de que a resposta fosse: uma história do tempo em que os homens e os animais ainda não eram diferentes.»

Estarei a sentir que os caracóis são espelhos vivos (ou já inanimados, como os ecos que encontrei) de espíritos ancestrais? Ficou aberta a possibilidade de ler os relatos de Kopenawa de um modo diferente e de entender que estes pequenos seres antigos são veículos de compreensão para um animismo comprometido; e que também podem ser os guardiões da justiça climática multiespécie, que defenda os direitos de moluscos, pessoas e espíritos, como propõe Donna Haraway.

Templos, caminhos e parques que antes eram de todas, estão agora fechados.

A Lenda da capela de São Luís da Serra da Arrábida

«Em plena serra de S. Luís, que é parte integrante da cordilheira da Serra da Arrábida, e do parque natural, existe uma pequena capela dedicada a São Luís. Conta-se que esta capela, que pertenceu à ordem de Santiago, foi mandada edificar no seguimento de um milagre. Corriam então tempos de grandes desgraças na região, uma delas era uma estranha peste que afetava os animais. A população resolveu então organizar uma grande e penosa procissão, serra adentro, para pedir a Deus e a São Luís que livrasse os animais da peste. A procissão durou um dia e quase uma noite, mas quando os habitantes da região voltaram a casa viram que tinha valido a pena fazer a penosa procissão serra acima, porque todos os animais tinham sido curados. Em agradecimento, ergueu-se então em plena Serra uma Capelinha dedicada a São Luís. São histórias assim mesmo.»[8]

Agora que moro na serra de S. Luís e que pesquiso sobre as suas tradições e lendas locais, descobrir a estória reproduzida acima, diretamente ligada à construção da capela de S. Luís, fez-me querer percorrer a minha própria «penosa procissão serra acima» até à capela. **Tal como tinha feito na busca pelo caracol, quis passar a experiência pelo corpo, desta vez «reanimando» uma antiga peregrinação, pedindo também eu pela saúde dos animais – não o gado afetado pela peste, mas sim toda a «Fauna» e «Flora» da Arrábida, afetadas pela peste extrativista moderna.**

As leitoras do MAPA mais atentas recordar-se-ão de várias lutas ambientais e sociais nesta região, uma delas a revolta contra a privatização da Herdade da Comenda. Da Estrada Nacional 10 é possível ver o antigo acesso à Capela de S. Luís da Serra também fechado ao público, tal como várias zonas da Comenda, com um grande cartaz que diz «Interdita a passagem, Propriedade Privada».

As várias peregrinações e festividades da zona, muitas delas remanescentes de tradições pagãs, encontram na propriedade privada um impedimento à sua realização – templos, caminhos e parques que antes eram de todas, estão agora fechados e condenados ao turismo, à agricultura intensiva ou ao abandono.

Por isso mesmo, escolhemos um pequeno trilho na serra que parte da minha casa e vai dar às traseiras da igreja. O caminho é bonito e esguio, não muito penoso, levando-nos por dentro da vegetação até à zona que pertence agora aos novos donos da Comenda, a *Seven Properties*.

Está também vedado, com rede e arame farpado. Não percebemos se a passagem que foi aberta na vedação foi deixada por descuido ou se já alguém rebentou a rede, mas pudemos avançar e seguir o trilho até à capela. Toda a zona é muito bonita e o pequeno edifício encontra-se preservado, embora, para nossa surpresa, a porta principal da igreja esteja fechada com chapas soldadas que não se podem abrir. Parece que se pretende que seja um espaço esvaziado. A vista permite ver as grandes crateras da SECIL, a extensão da Serra até

Para cada novo encanto, descubro também a presença de uma ameaça de extinção.

Sesimbra, o rio e o mar, os gigantes barcos que podem livremente passar, agora que o rio foi dragado...

A pequena peregrinação a S. Luís confronta-nos com o conjunto de ameaças que já sabíamos pairar sobre a região, mas mostra-nos ainda uma outra: o afastamento das populações locais dos seus espaços naturais ajuda a insensibilizar para o esventramento. Longe da vista, longe do coração. Se por um lado não nos permitem ver o cancro a crescer, por outro, ao vedar o acesso aos espaços de lazer, desligam-nos da Natureza e dos seus ritmos…. Sobram os lazeres artificiais, os ritmos acelerados, o cimento e o alcatrão. Dificulta-se a sobrevivência dos círios e das procissões que, segundo o que eu própria estou a experienciar, podem ser momentos de reflexão sobre a interdependência de tudo e espaços simbólicos de ritualização da vida, ou seja, alívios contra as dores de viver num mundo encantado e amaldiçoado.

Sonhos de travar o grande desenvolvimento em nome de espíritos, caracóis e procissões. **É assim tão absurdo querer tapar os gigantes buracos das cimenteiras para salvar frágeis caracóis? Impedir que os espaços comuns possam ser privatizados porque queremos peregrinar até eles e «pedir» pelas espécies em vias de extinção?**

NOTAS

* Tradução própria.

1 Cobertura arbórea que ao longo do tempo deu lugar a uma forma estrutural transitória denominada maquis, nome proveniente do sul de França e biótopo dos mais característicos da Europa do sul (também dos mais degradados), preservado aqui na Arrábida, núcleo português mais importante.

2 A consulta pública no Portal Participa contou com 812 participações e pode ser consultada em https://bit.ly/43uO2TE.

3 https://abeautifulresistance.org/

4 Journal of Conchology, Vol. 41, N.º6.

5 "Do ponto de vista geológico, a Brecha da Arrábida é uma brecha conglomerática intraformacional do Jurássico Superior (com cerca de 160 milhões de anos)". Excerto retirado da página que anuncia a Brecha da Arrábida como uma das *32 Heritage Stones* classificadas a nível mundial. Poderá esta recente classificação ajudar a parar o extrativismo?

6 Ancestrais animais ou espíritos xamânicos que interagem com os xamãs do seu povo.

7 Este relato pode ser encontrado no texto de Viveiros de Castro, "A Floresta de Cristal: notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos".

8 transcrição do podcast "São histórias assim mesmo", Antena 1.

vozesdedentro.noblogs.org
vozesdedentro@riseup.net
FB: Vozes De Dentro
Instagram: @vozes_dedentro

Piranesi, Carcere XIV (1761)

Vim relatar a escravidão que as trabalhadoras passam na Polismar. A Polismar é uma empresa de plásticos industriais, que tem trabalho em vários E.P., femininos e masculinos. Aqui, trabalhamos de segunda a sexta, das 09h às 11h45, e das 14h15 às 17h. Trabalhamos muito, fazendo a escolha e montagem de peças, para ganhar no final do mês mais ou menos 50 euros. Não temos condições de trabalho! A responsável da Polismar não deixa ligar os ventiladores, reclama de irmos à casa de banho, grita e humilha-nos, e sempre nos ameaça alegando que cortará o nosso prémio e que nos irá demitir a todas. Quando nos cortamos (usamos faca no trabalho), não tem penso nem nada. Porém, na cadeia dos homens, é bem diferente. No E.P. de Sintra, o ordenado é mais ou menos 150 euros por mês, têm condições dignas de trabalho e sem ameaças. Nós, mulheres, somos esquecidas e desvalorizadas, em comparação aos homens. Eu trabalho lá há meses e só não saí ainda porque isso manchará o meu percurso prisional e relatório social, porque para o sistema esse absurdo é «reinserção social». Minha liberdade vale tudo, até passar por essa escravidão! É fodido! Mas o sistema é assim. E se não «concordarmos» com o sistema, nunca iremos embora desse inferno.

A Polismar é uma empresa de plásticos industriais, que tem trabalho em vários E.P., femininos e masculinos.[...] Trabalhamos muito, fazendo a escolha e montagem de peças, para ganhar no final do mês mais ou menos 50 euros

Oi, me chamo V., e vim contar um absurdo (um de vários) que aconteceram comigo aqui na prisão. Sou Brasileira, tenho 47 anos e estou presa há 2 anos, com uma pena de 4 anos. Não tenho ajuda, nem visitas. Minha mãe me ajuda como pode, pois, as coisas não estão fáceis no Brasil. Tenho uma filha de 7 anos, que me faz muita falta... Aqui no E.P., a troca de roupa é de 3 em 3 meses, e a última foi em fevereiro, porém não consegui dar baixa (sair) as minhas roupas, pois cada vez complicam mais, e não posso receber roupas de verão, estou usando roupas de inverno e passando calor. Já fiz várias tentativas:

1°- Pedi para jogarem fora e não autorizaram;
2°- Pedi para doar e não autorizaram;

3°- Pedi para sair pela visita da .... (pelo ....), e não autorizaram pois ele não está inserido no meu quadro de visitas;

4°- Pedi para inserir o .... no meu quadro de visitas, mas não autorizaram pois já visita...

5° - Pedi para sair por uma reclusa, que era da minha cela e foi embora, e também não autorizaram.

6°- Pedi para ir a minha mala, que está na chefia, autorizaram, porém a guarda ... não me leva até lá. Eu e várias reclusas pedimos há quase dois meses, e só enrolam a gente, e nunca nos deixam ir a mala...

Aqui no E.P., a troca de roupa é de 3 em 3 meses, e a última foi em fevereiro, porém não consegui dar baixa (sair) as minhas roupas, pois cada vez complicam mais[...]

Ou seja, não nos dão hipótese! O que faremos? Isto é um absurdo, pois é meu direito, mas ninguém resolve nada. Peço que me ajudem, por favor, obrigada!

Zé Pinho (1953-2023), o Feltrinelli do Bairro Alto*

M. RICARDO DE SOUSA

«Por pouco que sejamos arrastados por nós próprios, damo-nos conta de que não está em nosso poder travarmos, temperarmos ou escamotearmos as nossas contradições. Elas guiam-nos, estimulam-nos e matam-nos...»
E. Cioran. «A Tentação de Existir»

Um dia, na véspera do novo milénio, abriu na antiga Litografia Portugal, no Bairro Alto, uma livraria diferente, um espaço luminoso, aconchegante, com livros diferentes e sofás confortáveis. Foi uma surpresa nesta pequena cidade do fim do mundo, onde as livrarias ainda cheiravam a naftalina e a FNAC, recém-aberta, parecia um hipermercado.

Por trás dessa livraria estava um homem, que a maioria só viria a conhecer muitos anos mais tarde; José Pinho de seu nome. Beirão, antifascista, radical, situacionista por influência do seu primo António Ferreira, havia criado nos anos 80 a revista radical *Devagar*, que desapareceu após alguns números.

A livraria passou a chamar-se Ler Devagar. Como sabemos, não existem homens sós, por isso mesmo o Zé Pinho congregou à sua volta um colectivo de pessoas provenientes da universidade e ex-militantes da esquerda mais ou menos radical. Era a única pessoa que poderia reunir tão heterodoxo e contraditório grupo.

Não viveu como um santo, sabemos todos, era ateu - não merecia pois a canonização póstuma -, e seria o primeiro a rir-se da partida que o destino lhe pregou. É por isso que não quero contribuir para a sua hagiografia. Pretendo apenas descrever como via o Zé Pinho no convívio diário que tivemos na Ler Devagar, ou seja, num tempo e espaço limitados, mas que se prolongou nas relações que mantivemos até à sua morte.

Quando cheguei à Rua de São Boaventura a livraria já existia há algum tempo. Acabado de regressar a Portugal do exílio tardio, foi através de amigos que lá fui parar. O Zé Pinho, mesmo sabendo quem eu era, não me negou a sua solidariedade, e assim acabei a trabalhar na Ler Devagar.

Como estava lá para trabalhar, não cheguei a integrar as tertúlias do ócio ou a participar na maioria dos debates, mas diga-se que também nunca fomos formalmente excluídos, pois na maioria dos casos os sócios tratavam os trabalhadores livreiros como pessoas reais.

Na livraria lançavam-se livros de autores conhecidos e anónimos, realizavam-se exposições, reuniam-se diversos grupos informais, tertúlias, e organizavam-se debates. A marca central da Ler Devagar era ser *apartidária* e *pluralista*, o espaço não era pertença de nenhuma facção ou tendência, nem tinha objectivos de proselitismo; era um lugar aberto onde os frequentadores podiam organizar o que entendessem. Uma vez ou outra a proposta vinha dos sócios, como foi o caso da original exposição sobre «Revoltas e Revoluções». Também os libertários ali encontraram um espaço acolhedor onde foi apresentada a revista anarquista *Utopia*, e se promoveram diversos debates, como o que foi organizado com Abel Paz, o historiador da Guerra Civil de Espanha, ou a homenagem a Edgar Rodrigues, pesquisador autodidacta de História Social.

Roger Claustre, Isabel do Carmo e Zé Pinho

A vida do Zé Pinho não representa a vitória de um estranho unanimismo, como aparenta ser, mas a derrota do maniqueísmo.

O Zé Pinho afável e irónico sabia bem o seu papel contraditório naquele ambicioso empreendimento comercial, mas que era, ao mesmo tempo, um projecto político e cultural alternativo, que não teria existido sem ele, mas também graças a um grupo de pessoas que partilhava a sua visão, talvez uma dúzia. E desses destaca-se Roger Claustre, já falecido, discreto francês situacionista que se perdeu em Lisboa na época da Revolução e que seria o mais constante e culto militante, palavra que ele detestava, da Ler Devagar. Podia acrescentar também o nome de Isabel do Carmo e de algumas outras pessoas mais presentes no quotidiano da livraria.

Esse inacreditável universo paralelo da Rua de São Boaventura só foi possível devido à recusa de Zé Pinho em render-se às permanentes dificuldades da livraria, onde ele colocava os recursos necessários que saíam do seu próprio trabalho criativo. Por isso mesmo podemos dizer que ele não era um «empreendedor» no sentido em que a ideologia do sistema e a lógica liberal o quiseram pintar na fase final da sua vida. Os seus projectos estavam marcados pelo anti-economicismo, mesmo quando eram aparentemente comerciais ou buscavam a auto-sustentação.

Mas como todos sabemos, depois dos *punks* não há futuro. Um dia os proprietários do imóvel, um fundo internacional qualquer, decidiu acabar com a festa, não renovando o contrato da livraria, argumentando que todo esse espaço entre a Rua de São Boaventura e o Príncipe Real iria dar lugar a um valorizado empreendimento. O que é certo é que aquele espaço fechou em 2005 e de alguma forma aquele projecto desmoronou-se. Não podia ser reconstruído noutro espaço ou território, fora da cidade real de um bairro histórico. Zé Pinho tentou ainda reerguer a Ler Devagar na Galeria ZDB, mas o espaço era demasiado pequeno para a escala ambiciosa dos seus projectos. Foi para a Fábrica de Braço de Prata, conjuntamente com Nuno Nabais, mas tudo terminou num conflito insanável.

Finalmente, como sempre, o Zé Pinho encontrou uma solução, numa tipografia abandonada na antiga zona industrial de Alcântara, onde construiu de raiz uma nova livraria, espectacular como cenário, mas que, como ele sabia e o Roger afirmava, já era uma outra coisa. Naquela área industrial já não era possível reproduzir a livraria da Rua de São Boaventura. O projecto inicial tinha desaparecido, o território era outro, Lisboa mudava a toda a velocidade, não havia mais espaço urbano para as utopias, os turistas estavam a tomar conta da cidade. Cedo a LXFactory que o Zé Pinho lançou se tornou um pólo de consumo e turismo; no roteiro do chamado turismo «cultural» - o espectáculo no seu melhor. E aquela parede espectacular que se tornou famosa, com livros ilegíveis, só servia para as «selfies» dos turistas, pobres autoretratos de nómadas sem identidade.

O Zé Pinho era um pragmático criativo, ou não fosse um homem da publicidade, e logo se dedicou a outros projectos, como o da Vila Literária, que acabou por se concretizar em Óbidos, e levou por arrasto à criação do festival literário Folio, onde se misturavam, de forma inevitável, interesses editoriais e políticas municipais. Já doente, o Zé Pinho não se rendeu e inventou o Centro Cultural do Bairro Alto, na Rua da Rosa, o seu último projecto, este bem mais afinado com o que construiu, ali ao lado, na Rua de São Boaventura, na freguesia onde morava. Regressava ao primeiro sonho.

Nas suas contradições irremediáveis, que são as do nosso tempo, o Zé Pinho viu a sua imagem apropriada pelo Sistema e pelo Espectáculo. Mas, inteligente e irónico como sempre foi, sabia que eles estavam errados. A vida do Zé Pinho não representa a vitória de um estranho unanimismo, como aparenta ser, mas a derrota do maniqueísmo.

É por tudo isto que evoco no título a figura misteriosa, e enigmática, de Feltrinelli (1926-1972), importante editor e livreiro italiano, cujas opções políticas poucos conseguem até hoje entender. Obviamente, no caso do Zé Pinho, penso entender. Melhor dizendo, imagino que entendo.

Foi *Único*, e nesse sentido marcou o nosso tempo lisboeta. Talvez por isso mesmo tenha co-editado a obra clássica de Max Stirner, o anarquista individualista, *O Único e a Sua Propriedade*. Mas também co-editou com a Letra Livre o livro de James C. Scott *A Dominação e a Arte da Resistência. Discursos Ocultos*, onde se analisam os complexos mecanismos de oposição aos Sistemas!

* Este título evoca Luiz Pacheco frequentador ocasional da Ler Devagar e Vítor Silva Tavares, «o Gallimard da rua da Emenda», que a não frequentava, mas por lá passava a deixar as suas edições da &etc.

Tudo podia ser de outra forma

Casa da Achada - Centro Mário Dionísio

CASA DA ACHADA-CENTRO MÁRIO DIONÍSIO

Na segunda-feira dia 22 de Maio morreu Eduarda Dionísio, vítima de um cancro de pulmão. Ainda não tinha completado 77 anos.

É uma perda enorme para todos e para a Casa da Achada – Centro Mário Dionísio, associação por si idealizada, fundada e onde fez tanto e com tanta gente. Ela foi o motor, as mãos, a inteligência, a inspiração, a crítica, a imaginação, a memória. Durante muito tempo, ao lado do seu companheiro Vítor Ribeiro, o Maçariku.

Da sua cabeça e do seu esforço saíram dezenas de actividades, exposições, projectos, convites a pessoas, ideias, edições, trabalhos de arquivo e divulgação. A lista é interminável. Saíram também livros seus, como "Francisco Castro Rodrigues – Um cesto de cerejas – conversas, memórias, uma vida", com organização, introdução e notas de Eduarda Dionísio (edição da Casa da Achada em 2009).

Actualmente, a Eduarda estava a preparar a edição do 5.º e último volume do diário inédito de Mário Dionísio, "Passageiro Clandestino". Não pôde terminar esse trabalho. Foram editados (entre 2021 e 2023) os primeiros quatro volumes deste diário, todos eles acompanhados de volumes autónomos de notas escritas por ela. Essas notas, para além de contextualizarem o texto de Mário Dionísio, são um trabalho de investigação precioso para a história do século xx português, com o seu olhar, o seu rigor e o seu sentido crítico.

É impossível dizer em poucas palavras o que foi e o que fez esta mulher extraordinária. A Eduarda gostava que as coisas fossem úteis, protestava contra o desperdício de materiais, de esforços e ideias. Todo o seu trabalho associativo tem a ver com quebra de barreiras: entre leigos e os especialistas, entre amadores e profissionais e entre classes sociais diferentes. Derrubar as barreiras, também, entre o pensar e o fazer, propondo sempre que juntássemos acção e pensamento, mãos e cabeça. «Viva a liberdade, dentro e fora da cabeça», dizia uma camisola feita na Abril em Maio, associação onde circulavam ideias, objectos, textos, filmes, artes e artesanatos contra as lógicas culturais mercantis. Fazedora incansável em mil disciplinas diferentes (escrever, ensinar, pintar, fazer artes gráficas, editar, intervir, investigar), a Eduarda valorizava os saberes-fazer, as técnicas, as sabedorias que extravasam os currículos académicos, as formas diferentes de nos relacionarmos como seres humanos, de viver e pensar o mundo (livremente!) e as possibilidades de o transformar. Outra barreira ainda a superar: ser capaz de alargar as fronteiras do possível, contra o «sempre foi assim», coisa que ela combateu com todas as suas forças. Porque pensava que tudo podia ser de outra forma. Por isso fez amizades pelo mundo inteiro com gente que partilhava, de uma forma ou de outra, esta atitude crítica, solidária, transformadora.

Uma biografia (impossível e incompleta)

Eduarda Dionísio nasceu a 6 de Junho de 1946 em Lisboa. Estudou no Liceu Francês e depois na Faculdade de Letras de Lisboa onde se licenciou em Filologia Românica.

Derrubar as barreiras, também, entre o pensar e o fazer, propondo sempre que juntássemos acção e pensamento, mãos e cabeça

Participou nos movimentos estudantis antes do 25 de Abril. Fez parte do Grupo de Teatro da Faculdade de Letras (1969, com Jorge Silva Melo, Luís Miguel Cintra e outros). Em 1968, aos 22 anos, publicou, com Almeida Faria e Luís Salgado de Matos, o livro "Situação da Arte", resultado de um inquérito feito a artistas e intelectuais portugueses. Em 1971 fundou com Jorge Silva Melo o jornal Crítica. Em 1972 editou o seu primeiro romance, "Comente o Seguinte Texto". Escreveu depois várias obras literárias, romances e muitas outras de difícil catalogação, como o importante livro sobre a cultura em Portugal "Títulos, acções e obrigações – sobre a cultura em Portugal – 1974-1994."

Foi professora de Português no ensino secundário durante grande parte da sua vida (Liceu Camões, Escola Secundária da Cidade Universitária, Escola Gil Vicente). Foi militante nas escolas, delegada sindical, dirigente sindical (77/78), fundadora do núcleo de professores do Movimento de Esquerda Socialista (onde esteve até Dezembro de 75), fundadora da CEC Contra a Escola Capitalista que reunia dezenas de professores sem partido e cuja actuação excedia a actividade sindical.

Foi tradutora, artista plástica e crítica literária. Escreveu para vários jornais e revistas em épocas diferentes (Seara Nova, Diário de Lisboa, jornal Combate e muitos outros). Participou, como independente, na campanha eleitoral do PSR ao Parlamento Europeu de 1987.

Dedicou-se ao teatro, tendo sido actriz, dramaturga, cenógrafa, etc. (Faculdade de Letras, Teatro da Cornucópia, Teatro O Bando, Contra-Regra, que fundou com Antonino Solmer). Traduziu textos de Shakespeare, Brecht ou Heiner Müller, e fez vários trabalhos de dramaturgia, como "Dou-Che-Lo Vivo, Dou-Che-Lo Morto! (co-autoria com Antonino Solmer), a partir de textos de Camões, ou "Primavera Negra", colagem de textos de Raul Brandão. Escreveu, a pedido de Adriano Luz, "Antes que a Noite Venha", os monólogos de Medeia, Antígona, Julieta e Castro nas vozes de quatro mulheres da noite, peça levada à cena em 1992 na Cornucópia.

Foi uma das fundadoras da Associação Abril em Maio, em 1994, associação com importante intervenção cultural até 2005, inspirada na memória do movimento popular da revolução portuguesa, onde realizou centenas de actividades, encontros e edições. Em 2006 esteve no projecto do jornal PREC (Põe Rapa Empurra Cai, que teve apenas 3 números), edição que paginava com Vítor Silva Tavares e à volta da qual se realizaram várias séries de encontros, debates e conversas sobre arte, política e sociedade. Em 2008 fundou, com uma série de amigos, alunos, e familiares de Mário Dionísio (ou estudiosos da sua obra) a Casa da Achada – Centro Mário Dionísio, arquivo vivo e associação cultural com intervenção diversificada, dedicada antes de mais à divulgação da vida e da obra do seu pai, Mário Dionísio, e da sua mãe, Maria Letícia Clemente da Silva.

Casa da Achada, 24 de Maio de 2023

Filmes, Sementes

O Cinema Fulgor é um cinema com raízes móveis pelo Baixo Alentejo, onde o cinema escasseia. Após um primeiro ciclo, revisitamos as sementes já lançadas ao ecrã colectivo e expandido dos lugares onde cultivamos cinema.

SILVIA DAS FADAS
CINEMAFULGOR@PROTONMAIL.COM

Iniciámos com *O Movimento das Coisas*, na presença lúcida e insubmissa de Manuela Serra, um movimento que tudo perpassa e ao qual voltaremos. Encontramo-nos em pleno mundo rural com os seus gestos ancestrais, os rituais colectivos, e a ameaça iminente do progresso, que hoje nos abeira do colapso. Emaranhando-nos nas brumas de um rio, atentamos no labor e no cuidado de mulheres que todos os dias criam e sustentam mundos. E porque quando e onde menos se espera brotam as mais espontâneas e singulares Projecções Bravias, acedemos ao convite do Festival das Marias, para programarmos uma sessão de cinema feminista no Hospital da Misericórdia de Beja. A ficção especulativa e empoderadora de *Born in Flames*, da cineasta Lizzie Borden, mostra-nos a organização e rebeldia de um grupo de mulheres, tendo sido precedida de *To Valerie Solanas and Marilyn Monroe in Recognition of Their Desperation*, da dupla de artistas Pauline Boudry e Renate Lourenz, evocando a compositora Pauline Oliveros. Ambos os filmes questionam as possibilidades e limites de uma política das formas sonoras e fílmicas.

Logo a seguir pusemos em marcha a máquina do tempo ucraniana com *The Ukranian Time Machine*, de Naomi Uman. Foi a primeira vez que alguns espectadores em espanto viram um filme projectado em película. Aprendemos a preservar pickles em *Untitled Film* e, em *Kalendar*, que a palavra que designa fevereiro é feroz. Gostaríamos intensamente de rever aquelas imagens delicadas e resilientes, como se bastasse acender novamente o projector para protegermos a comunidade de babushki da máquina de guerra em curso.

Invocámos um cinema de poesia descolonizadora (*Há Terra!*, Ana Vaz), protagonizado por uma mulher indígena, quilombola, fugitiva, numa dança experimental dos elementos, lado a lado com as ocupações do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (*Chão*, Camila Freitas), no Brasil, e das suas lutas. Sabemos que as lutas camponesas vêm sempre demasiado cedo ou demasiado tarde (*Trot Tôt, Trop Tard*, de Straub-Huillet), seja em França ou no Egipto, no interior ou no litoral do mundo. Nas palavras de Danièle Huillet: «O que é contado: lutas, revoltas, derrotas, atrasos e antecipações, estatísticas; o que é representado: história, topografia, geografia, geologia, luz, luzes, vento e nuvens, terra (transformada e trabalhada pelo homem), traços - apagados ou ainda visíveis - e céu (muito céu)».

Precisamos de um outro olhar em relação com o vivo, um olhar afirmativo e des-hierarquisante, que atente nas nuvens e no vento nas árvores, mas também no solo, nas plantas, nos animais e nos humanos em ecologias em distúrbio, entre processos de extinção, de sobrevivência e devir colectivo. O cinema de Elke Marhöfer(*Soil_Habit_Plants*; *Becoming Extinct (Wild Grass)*; *Who Does the Earth Think it Is? (Becoming Fire)*, oferece-nos uma prática cinematográfica sensorial em celebração da complexidade de alianças entre humanos e outros mais do que humanos, investigando práticas ambientais vernaculares consideradas perturbadoras, mas que poderão contribuir para a manutenção da biodiversidade. Tudo começa com um deslocamento do olhar, um gesto de sensoriamento. Sob o olhar subtil da artista palestiniana Jumana Manna, (*Wild Relatives*) convocamos as sementes que viajam em face da guerra e das alterações climáticas, de Alepo, na Síria, ao banco mundial de sementes de Svalbard, no Ártico, e de lá ao vale do Bekaa, no Líbano. Estes parentes selvagens são o contraponto natural das plantas domesticadas, um arquivo e uma memória que precede a agroindústria, e acompanha os pequenos actos de resistência dos camponeses.

Da Colômbia acolhemos o colectivo La Vulcanizadora, que trouxeram filmes (*Fu*, *El Renacer del Carare*, *Abrir Monte*, *Siguiendo el Corte*), activadores de memórias da resistência rural nos seus territórios. Herdeiros de um cinema militante, colectivamente ou em nome próprio, María Rojas e Andres Jurado vão tecendo os seus filmes com a matéria que desenterram de arquivos históricos intencionalmente ocultados, revoluções de um só dia, assombramentos, canções e as múltiplas temporalidades de um território perturbado por um conflito duradouro.

Colectivamente, sentámo-nos à sombra da árvore das palavras de Safi Faye, na aldeia de Fad'Jal, no Senegal, para escutar... O filme era *FAD'JAL*. "Fad" significa "chegar" e "jal" significa "trabalhar". Conta-nos Safi Faye que «o mundo rural é intemporal. Diz respeito a todos os agricultores rurais, sejam eles japoneses, senegaleses ou de Singapura, uma vez que em tempos todos nós fomos agricultores rurais; o mundo inteiro vem do campo». O filme integrou o Festival Islâmico de Mértola e foi presenciado por uma numerosa assistência debaixo de um laranjal.

Com o aproximar-se do dia mais longo e da noite mais curta, abrimos os olhos às maravilhas observadas e imaginadas por Charlotte Pryce, cine-alquimista arrebatada por todas as coisas pequenas e assombrosas, que nos levam a ver e a sentir diferentemente, através de uma constelação de filmes breves que se entretecem para reencantar o mundo: *Concerning Flight: Five Illuminations in Miniature*, *Discoveries on the Forest Floor*, *Parable of the Tulip Painter and the Fly*, *Curious Light*, *Looking Glass Insects*, *A Study in Natural Magic*, *Prima Materia*, *Pwdre Ser the Rot of Stars*, *Of This Beguiling Membran*.

Com *El Valley Centro* e *Sweet Oranges* observámos que o que está a acontecer a este território já aconteceu às comunidades rurais na Califórnia. James Benning filma o Grande Vale na sua complexa teia de forças naturais e políticas em que sobressaem questões agrícolas e de distribuição de água, e na questão essencial de quem trabalha e de quem enriquece às custas desse trabalho. Já *Nora Sweeney*, em Sweet Oranges, filma os trabalhadores migrantes que, vindos de Michoacán, no México, partilham as suas canções, sonhos e pensamentos sobre o trabalho enquanto apanham laranjas. E se deixássemos de olhar a terra e a água como recursos a serem explorados e procurássemos novas formas de nutrir e de nos relacionarmos?

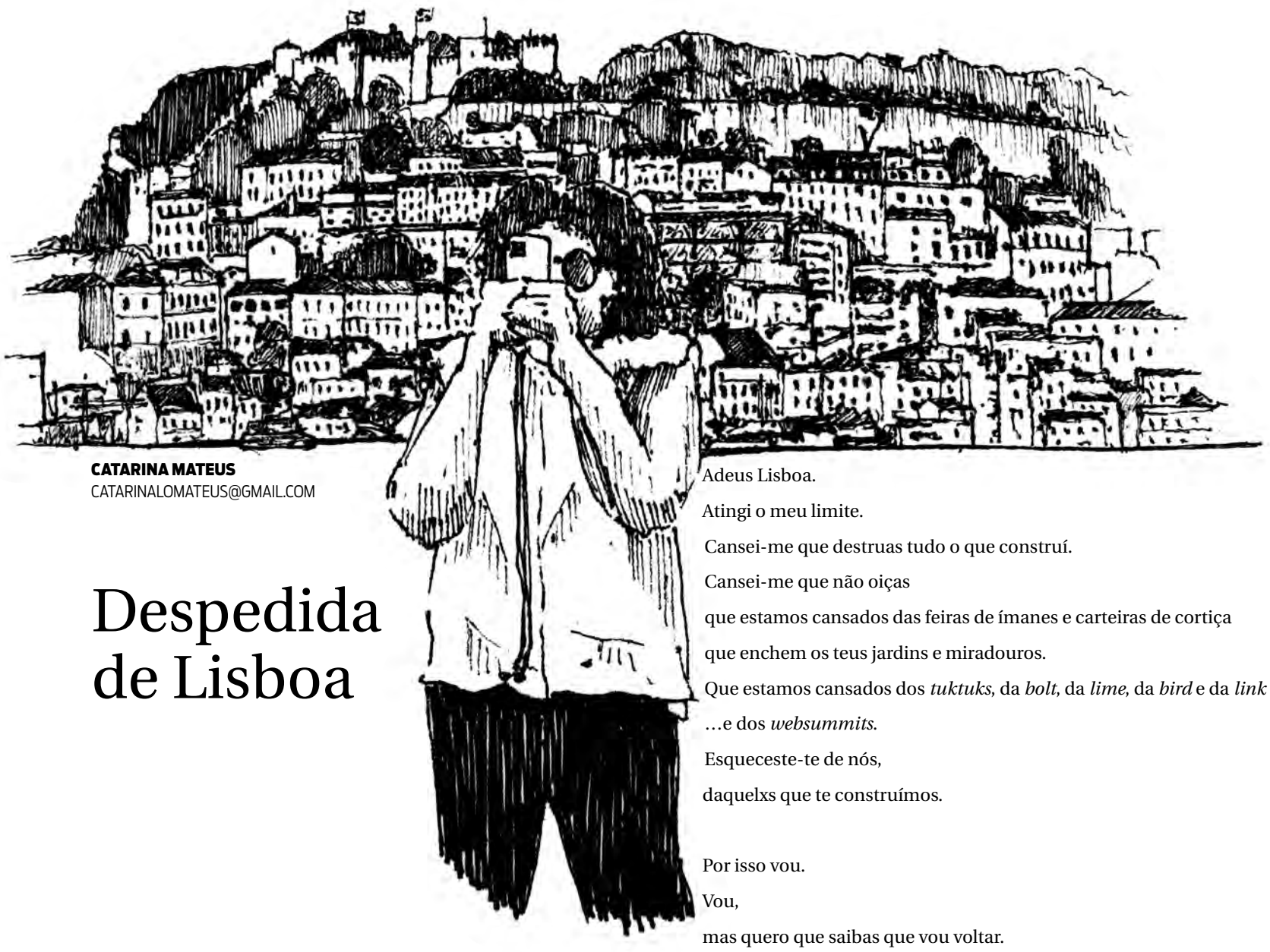
Precisamos de um outro olhar em relação com o vivo, um olhar afirmativo e des-hierarquizante

No pico do Verão pausámos os fulgores mensais e fomos ao Cine Cauce – 1º Encuentro de Exhibición Alternativa, em Jarandilla de la Vera (Espanha), apresentar o Cinema Fulgor como caso de estudo de um projecto de cinema itinerante e de vanguarda no meio rural. Vimos também surgir outra Projecção Bravia, com o convite do movimento Transição São Luís para participarmos nas Montras - Mostra de Artistas e Artesãos de São Luís. Nesta projecção ao ar livre quisemos honrar todas as nascentes de água com *La Source de la Loire*, e os modos de vida ecológicos com *Bouquets Écologiques 21-30*, da cineasta e ecologista Rose Lowder.

No Outono lançámos o convite para um filme extraordinário: *Os Trabalhos e os Dias* (de Tayoko Shiojiri na Bacia Shiotani), dos realizadores C.W. Winter & Anders Edström. Este filme de ficção de oito horas, filmado numa aldeia com quarenta e sete habitantes, nas montanhas da Prefeitura de Quioto, no Japão, é um olhar geográfico ao longo de cinco estações, de uma família, de um terreno, de um espaço sonoro, e da passagem do tempo. Um filme que pode, durante um dia, ser de alguma forma vivido. «A primeira regra na agricultura é que nunca se deve esperar por um caminho fácil. A terra exige o seu esforço».

A cineasta Luísa Homem trouxe-nos *Suzanne Daveau*, que «traça o esboço de uma mulher aventureira que atravessa o século xx, até aos dias de hoje, guiada pela paixão da investigação geográfica. O filme circula entre os inúmeros espaços-mundo percorridos pela geógrafa e os reservados espaços-casa que acolheram a sua vida privada». E eis que encerrámos o primeiro ciclo do Cinema Fulgor, numa sessão em que mostrámos cinco filmes da cineasta italiana Cecilia Mangini: *La Passione del Grano*, *Stendalì (Suonano Ancora)*, *Maria e i Giorni*, *La Canta delle Marane*, *Essere Donne*. São retratos poéticos e militantes de rituais em risco de desaparecer no sul rural, bem como vibrantes observações sobre a condição das mulheres e dos jovens proletários e desfavorecidos. No campo de batalha do cinema, o documentário era a sua arma.

Não sabemos o que fazer da falta de visão política e institucional que tanto despreza as artes cinemáticas e o público rural, mas entre fulgores e bravias, o cinema é feito de numerosas e imprevisíveis veredas. A quem connosco segue a meada deste cordão verde, de filmes-sementes que vamos cultivando no ritual colectivo da atenção, muitas surpresas estarão reservadas.



CATARINA MATEUS
CATARINALOMATEUS@GMAIL.COM

Despedida de Lisboa

Adeus Lisboa.
Atingi o meu limite.
Cansei-me que destruas tudo o que construí.
Cansei-me que não oiças
que estamos cansados das feiras de ímanes e carteiras de cortiça
que enchem os teus jardins e miradouros.
Que estamos cansados dos *tuktuks*, da *bolt*, da *lime*, da *bird* e da *link*
…e dos *websummits*.
Esqueceste-te de nós,
daquelxs que te construímos.

Por isso vou.
Vou,
mas quero que saibas que vou voltar.
E que como eu muitxs já foram.
Como eu, muitxs mais irão.
E como eu, muitxs mais voltarão.
Um dia. O dia.
O dia em que entendas que a especulação é um barco
onde cabem muito poucos,
e que a ti, pequena Lisboa,
te calhou apenas uma miserável bóia cor-de-laranja.
Nesse dia voltaremos.
Voltaremos para proibir os passaportes dourados,
E para te relembrar que os unicórnios não existem.
Voltaremos para te mostrar que nos Santos, a sardinha não se vende, oferece-se.
E que a Estrela precisa menos de metro que a Póvoa de Santo Adrião.
Voltaremos para te mostrar que não só nómadas precisam de casas
e para queimar o Campo Novo e construir um Novo Bairro da Torre.
Voltaremos para te ocupar as casas vazias
e para arrancar as grades que puseste a fechar os nossos jardins.
Voltaremos, para jogar cricket no Martim Moniz,
e dançar mornas e kizombas nos miradouros.
Voltaremos para devolver o Mercado da Ribeira a quem produz,
e abrir o Palácio de Belém às pessoas que dormem na rua.
Voltaremos para reclamar o que deixaste que nos tirassem
E para reconstruir o que destruíste.

Até ao nosso regresso, Lisboa.

Capitalism: a ghost story

TV
@BIBLIOTECADASINSURGENTES

Arundhati Roy tem uma escrita visual. Quando nos descreve a realidade, fá-lo de uma forma nua, crua, quase cruel, mas com sátira – e o seu sentido de humor cáustico leva-nos a mergulhar ainda mais fundo no mundo que nos descreve com palavras. Roy confere beleza ao que nos descreve: fala-nos de atrocidades de forma desapaixonada, sem esquecer a maravilha natural do mundo que as rodeia. Com a sua ironia, consegue fazer-nos sorrir – ainda que esse sorriso seja amargo e desconfortável. Possivelmente foi esta narrativa cáustica e bela que lhe valeu o prémio Booker, em 1997, para a sua obra "The God of small things".

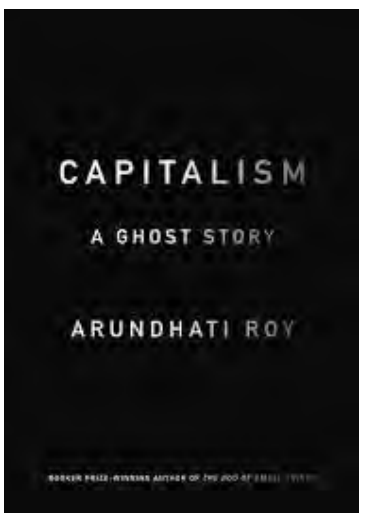
Na sua obra "Capitalism: a ghost story", Arundhati Roy explora as ramificações do capitalismo global na Índia moderna. Esta obra descreve uma história de fantasmas. No início do livro, Arundhati conta-nos a história de Antilla, uma mansão em Bombaim comprada por uma das famílias mais influentes no capitalismo indiano. A casa possui nada menos que 9 elevadores, 27 andares, jardins verticais e, claro, uma equipa de 600 pessoas para fazer a manutenção de todo este luxo obsceno. A mansão permanece vazia, como uma casa de fantasmas. Enquanto isso, conta-nos a autora, morrem nas florestas da zona leste do país populações brutalmente desalojadas por forças de autoridade privadas e pelo exército indiano, abrindo caminho para a exploração de recursos naturais às grandes corporações internacionais – também estes fantasmas do capitalismo. Morrem 800 milhões de pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia, juntamente com milhares de agricultores e estudantes que cometem suicídio para escapar a dívidas.

Como é que um país com 1.2 mil milhões de pessoas tem um quarto do seu PIB concentrado num grupo de 100 indivíduos?

Como é que as corporações exercem, actualmente, o seu poder na antiga colónia britânica? Que interesses movem a mão invisível do mercado quando toca a usurpar riquezas naturais ao país? Roy leva-nos a passear pelos meandros da política indiana, abordando as cicatrizes deixadas pela violência colonial, hoje substituídas apenas pelo nome dos algozes que pilham a Índia. Mostra-nos um conjunto de corporações que governam a Índia. Citando, a título de exemplo, o grupo Tatas, explica que este detém minas, gasodutos, industria automóvel, de ferro, telecomunicações, TV cabo e canais televisivos, cadeias de hotéis, a Tetley Tea, uma editora, uma cadeia de livrarias, comercializam sal e cosméticos em larga escala. Diz-nos a autora, com pertinência: o seu slogan poderia ser «não podes viver sem nós».

Com a era da «privatização de tudo», conforme lhe chama Roy, a Índia assistiu à abertura de oportunidades de ascensão social, possibilitadas pela adesão aos valores neoliberais recém introduzidos na sociedade indiana. A promessa do neoliberalismo é velha: em troca da terra, dos meios de produção, da riqueza natural, promete aumentar a prosperidade para as populações locais através da geração de postos de trabalho, ao aumentar o PIB. Contudo, o PIB mantém-se nas mesmas mãos dos mesmos grupos há décadas: no caso da Índia, diz-nos a autora, após 20 anos de crescimento, 60% da força de trabalho mantém-se empregada por conta própria e 90% dessa mesma força de trabalho trabalha ainda no sector indiferenciado.

A estratégia de neutralização, ou domesticação se assim o quisermos chamar, da oposição é também conhecida. Nesta sua obra, Roy descreve-nos a conexão entre os programas de caridade e filantropia corporativo e a paz podre social. Ao criar oportunidades de carreira, ao apresentar-se como um filantropo, ao organizar festivais de arte, é-nos dado o exemplo de várias iniciativas (concursos literários, festivais de cinema, entre outros), organizadas pelos mesmos grupos responsáveis pela desflorestação e desalojamento violento das populações nas áreas florestais em prol da extração de ferro desses terrenos. O capital, na forma das grandes corporações, tem vindo a limpar a sua imagem e a comprar apoio popular.



Uma cópia do livro "Capitalism: a ghost story" de Arundhati Roy está disponível para empréstimo na Biblioteca das Insurgentes, aberta às terças-feiras entre as 16h e às 19h, na Sirigaita, Rua dos Anjos 12/f em Lisboa.

A história de terror do capitalismo, na narrativa de Roy, é um retrato da miséria vivida na Índia contemporânea.

A acção – visível e invisível, simultaneamente – de pilhagem de recursos naturais da Índia por parte de corporações internacionais e com a benção do Fundo Monetário Internacional tem sido, de acordo com a autora, possibilitada em grande parte por intermédio das Organizações Não Governamentais (ONGs). Estas organizações, em grande parte financiadas pela Fundação Ford – que obriga os seus parceiros a pactos de relacionamento pacífico com os governos locais – têm vindo a cumprir uma função de adoçamento do discurso radical. Nas palavras da autora, têm tornado potenciais radicais em activistas assalariados.

A acção das ONG não é aparentemente má nas suas fases iniciais: a autora descreve-nos conquistas locais importantes, por exemplo no combate à violência doméstica e à prevenção da SIDA. Contudo, lentamente começa a revelar o seu propósito encapotado, a demonstrar a agenda liberal a infiltrar-se em grupos de mulheres, Dalits (castas mais desfavorecidas), entre outros. Raros são os grupos apoiados por ONGs que desafiam o poder económico vigente: o poderio económico é inclusive apresentado como um aliado, em alguns casos – a propósito dos grupos que trabalham com Dalits, diz-nos a autora que na comunicação social se ouve «o negócio vai vencer as divisões de casta». A acção das ONG tem sido, essencialmente, anular quaisquer formas de resistência. Roy dá-nos exemplos de grupos feministas liberais indianos, movidos por ONGs, que segregam e se demarcam de forças feministas populares radicais a operar nas regiões rurais.

Neste âmbito, a autora denuncia ainda a relação da Observer Research Foundation (ORF) com fundações que servem o mesmo propósito de pacificação das tensões sociais (o objectivo documentado da ORF é mesmo «auxiliar o consenso a favor de reformas económicas», de acordo com Roy), entre as quais elenca a Fundação Rosa Luxemburgo, na Alemanha. Com a sua ironia acutilante, Roy sugere que Rosa Luxemburgo há de estar no além a dar voltas ao sepulcro por darem o seu nome a uma organização com parceiros deste gabarito, quando em vida se dedicou à causa socialista.

No fundo, a acção neoliberal opera sempre no sentido de delimitar o espaço onde é adequado protestar. Define as fronteiras do protesto aceitável, que não cria grande desconforto a quem governa, e neutraliza o protesto inaceitável – aquele que desafia a soberania económica da classe vigente.

A história de terror do capitalismo, na narrativa de Roy, é um retrato da miséria vivida na Índia contemporânea. A devastação capitalista, as suas vítimas e seus fantasmas, contudo, são globais e ameaçam a nossa sobrevivência colectiva.

O coração no ritmo da terra

JÚLIO HENRIQUES

Já chamámos a atenção no MAPA (nº 30, Março-Maio 2021) para a riqueza do pensamento de Ailton Krenak, destacado activista e autor indígena brasileiro cuja biografia se encontra integralmente associada ao grande despertar dos povos indígenas no Brasil a partir dos anos 1970.

Futuro Ancestral, o seu livro mais recente (pode ser pedido à Livraria Letra Livre), reúne um conjunto de intervenções orais proferidas entre 2020 e 2021. Dá sequência aos títulos, também em formato de bolso, *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* (2019) e *A Vida Não é Útil* (2020).

O sumário de *Futuro Ancestral* engloba um conjunto temático interligado: «Saudações aos rios», «Cartografias para depois do fim», «Cidades, pandemias e outras geringonças», «Alianças afetivas» e «O coração no ritmo da terra». Ailton Krenak é um autor-orador cuja eloquência provém das lutas socioambientais em que se encontra empenhado e do universo espiritual em que se criou. A sua visão, alicerçada nas cosmogonias indígenas do Brasil, é de carácter universal e as suas propostas, sempre dialogantes, constituem contribuições inestimáveis para as lutas em curso, a começar pela luta por um pensamento liberto das cangas da Economia, desta ideologia que finge ser uma ciência.

De entrada, diz Ailton: «Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui.» É, pois, a ancestralidade da Terra que aqui se invoca como esteio mental dos possíveis, perante a asfixia que (a exemplo do ocorrido com muitos rios) constitui a parte predominante da materialidade e da subjectividade do nosso tempo: «Será que vamos matar todos os rios? Vamos fazer com que todos esses seres maravilhosos, resilientes e capazes de esculpir pedras se convertam em risco para a vida e desapareçam?»

Os imaginários ancestrais têm muita importância na visão de Ailton Krenak. Neste âmbito, o que propõe são as narrativas plurais, que não precisam de «entrar em conflito ao evocar diferentes histórias de fundação», sendo «maravilhoso que ainda existam essas memórias nas tradições de centenas de povos, seja nas Américas, na África, na Ásia». Embora não refira a «nossa» narrativa (ela está no subtexto), a do imperial Ocidente, esta entronca noutra coisa, designadamente naquilo que diz o célebre passo do Livro do Génesis concitando a *encher* a Terra e a sujeitá-la, para dominar todos os outros seres. Ora, justamente, «[e]stamos vivendo num mundo onde somos obrigados a mergulhar profundamente na terra para sermos capazes de recriar mundos possíveis. Acontece que, nas narrativas de mundo onde só o humano age, essa centralidade silencia todas as outras presenças. Querem silenciar inclusive os encantados, reduzir a uma mímica isso que seria "espiritar", suprimir a experiência do corpo em comunhão com a folha, com o líquen e com a água, com o vento e com o fogo, com tudo que ativa nossa potência transcendente e que suplanta a mediocridade a que o humano tem se reduzido.»

> Nas narrativas de mundo onde só o humano age, essa centralidade silencia todas as outras presenças

Futuro Ancestral,
Ailton Krenak,
Companhia das Letras,
São Paulo, 2022,
120 pp.

O último capítulo aborda, de uma forma muito inspiradora, a fértil relação entre ancestralidade e educação. Aludindo a estudos recentes sobre a infância, lembra que esta tem vindo a ser encurtada por força do espírito competitivo. Ora, «[a]s crianças, em qualquer cultura, são portadoras de boas novas. Em vez de serem pensadas como embalagens vazias que precisam ser preenchidas, entupidas de informação, deveríamos considerar que dali emerge uma criatividade e uma subjectividade capazes de inventar outros mundos – o que é muito mais interessante do que inventar futuros.» E depois lembra: «As crianças indígenas não são educadas, mas orientadas. Não aprendem a ser vencedoras, pois para uns vencerem outros precisam perder. Aprendem a partilhar o lugar onde vivem e o que têm para comer. Têm o exemplo de uma vida em que o indivíduo conta menos que o coletivo. […] O que as nossas crianças aprendem desde cedo é a colocar o coração no ritmo da terra.»

Cabeças cortadas

JOËLLE GHAZARIAN

Cabeças Cortadas é uma ficção contemporânea, com sinais antediluvianos, sobre a guerra, os defeitos sociais e religiosos, os parasitas, o desejo de revolução, as manipuladoras emboscadas da rebeldia, da liberdade e do amor, as pessoas alienadas que trabalham e cuja vida, violada, se apresenta sombria e submissa – sem esquecer as mães na sua patologia gestante e certos drogados.

Estes recorrentes temas do real são intensificados por uma semântica orgânica e cativante em que a presença do mental se mescla nas atmosferas criadas pelo horizonte, o espaço, o laminar da chuva, o vento e a dilatação do tempo. A união destes temas nutre um *romance* de poderosos contos *fantásticos* revelados numa escrita muito rítmica, sonora e visual que aguça «o pensamento com a ponta dos sentidos».

Sendo estes contos concebidos a partir de sonhos, podemos, à maneira de alguns antropólogos, pretender que o passado e o futuro são construções do espírito estatal das sociedades industriais e que alargam o seu mundo àqueles que dentre nós se evadem destas sociedades. Pedro Bravo não é solidário da miséria dos homens, mas sim da revolta com que a expõem e afrontam; o que ele ama são os novos bárbaros e a inumanidade que os opõe a uma ordem em plena esclerose.

Nesta obra, um dos temas principais é a droga, assunto muito pouco abordado em Portugal com a inteligência que se impõe. É uma grave lacuna. A droga constitui um relevante facto histórico em que os «figurantes» (e a sua voz) desempenham um papel essencial. Sobre esta questão conheço apenas, aqui, dois livros válidos: *Droga e Prostituição em Lisboa*, trabalho jornalístico de João Alves da Costa (Dom Quixote, 1983) e *Droga de Vida* (Caminho, 1984), testemunho e análise política de Samuel *tout court*, de quem encontramos em *Cabeças Cortadas* um parente ou afim com o mesmo nome.

> Pedro Bravo não é solidário da miséria dos homens, mas sim da revolta com que a expõem e afrontam

No livro de Pedro Bravo, o autor saca a ferros, a partir das suas personagens, esta experiência existencial. O vício da droga é muitíssimo exigente, abala tudo, destrói mais do que instrui, abre portas sem saída, faz sofrer, torna arrogante, pedinchão e por vezes crédulo, desvenda as trevas humilhantes e perversas da alma humana, faz da morte quotidiana um hábito pernicioso, torna o indivíduo belo para depois o fazer cair na fealdade e na solidão.

Cito, a terminar, Ansar-uballit, o sanguinário assírio que em *Cabeças Cortadas* cai dos flancos da Mãe de Todas as Montanhas para desaparecer nas suas faldas, e a personagem de «Postremo» que por volta de 2010 se ergue, dizendo: «Assim despertei e assim desperto […] isso é certo.»

Cabeças Cortadas
Pedro Bravo
Livros Flauta de Luz, Portalegre, 2022

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 38
Junho-Setembro 2023

Propriedade:
Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M. Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Aurora Santos*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Frederico Lobo*, Garras*, Inês Xavier*, L. Silva*, Nuno Pereira, Júlio Henriques, Os Ingovernáveis, Vozes de Dentro, Biblioteca/ Livraria das Insurgentes, T.V., M. Ricardo de Sousa, Movimento Alentejo Vivo, Mariana Riquito, André Lemos, Sara Baga, Ricardo Ventura, Joelle Ghazarian, Catarina Mateus, Silvia das Fadas, Casa da Achada – Centro Mário Dionísio
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Instagram: @jornalmapa
Telegram: @jornal_mapa
Bandcamp: musicajornalomapa.bandcamp.com

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa: Jornal de Informação Crítica

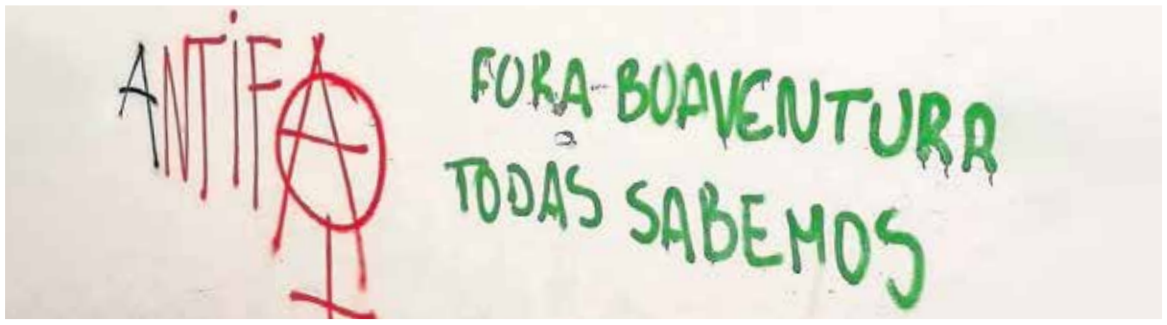
ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 38
JUNHO-SETEMBRO 2023
3000 EXEMPLARES

Todas Sabemos

MAPA BORRADO

Mais de 850 académicos, estudantes e outros profissionais assinam um manifesto solidário com as autoras do artigo que acusam Boaventura Sousa Santos (BSS) de assédio moral e sexual, assim como com todas as pessoas sujeitas a abusos de poder e outras formas de violência em contexto académico e fora dele. Falámos com Josina Almeida e Marta Lança, duas das 21 redactoras do manifesto Todas Sabemos.



L. SILVA

O manifesto recusa centrar-se na difamação pessoal e aponta a crítica às dinâmicas institucionais sistémicas e comuns dentro e fora da academia. Sendo o sistema académico fundado em marcadas hierarquias profissionais e em divisões de classe, de género e étnico-raciais, o que poderá abalar essas «dinâmicas institucionais»?

É uma pergunta com uma certa armadilha retórica… De facto a universidade é um bom laboratório de funcionamento das relações e colocação de poderes na sociedade. Mas também pode ambicionar ser outra coisa, não estar sempre ao serviço do capital e dos recursos humanos, por exemplo. Ou, como dizemos no manifesto Todas Sabemos, «uma universidade pluridiversa, paritária, interseccional e emancipatória. Uma universidade que não seja conivente com a precariedade geral e que não receie o *modus operandi* feminista, na construção de pessoas libertas dos constrangimentos impostos por papéis e expectativas prescritivas de género, classe, raça, capacitismo ou preceitos culturais». Não temos soluções para abalar as dinâmicas institucionais, mas uma estratégia é não compactuar com as mesmas.

O que podemos apontar neste caso de diferente em relação a outros?

Em termos de grau de gravidade do caso, sendo que o *caso* será sempre a prática antiquíssima e sistemática de abuso de poder e assédio moral e sexual em instituições patriarcais, não nos compete averiguar. O que provocou uma reação mais avassaladora cremos ter sido o facto de a crítica inicial (o capítulo «Quando as paredes falaram») descrever, de modo inteligente e reflexivo, o ambiente num centro académico cuja agenda dialoga com o feminismo, pós-colonialismo, direitos humanos, que tem em conta variados modelos de justiça, e movimentos sociais, materializado nas atitudes de uma figura hierarquicamente influente na produção académica, e admirada internacionalmente (a quem as críticas se dirigem). Ou seja, refletir sobre relações de poder na academia a partir deste caso acarreta uma exigência maior, sem dúvida, pelo perigo da cooptação dos media e de políticas avessas aos discursos de BSS, mas tem um potencial atrativo, se houvesse capacidade e disponibilidade para construir um processo «exemplar» de reparação – no sentido de proporcionar uma auto-reflexão profunda (o contrário de «vou já pôr um processo em cima das autoras insolentes e salvar a minha imagem» e, depois, um *mea culpa* sem responsabilização), de se efetivarem mecanismos de resposta e boas práticas que pudessem servir de referência para outras universidades, do funcionamento de uma Comissão Independente consistente… Porque pode ser um contributo incontornável para a construção de ferramentas que permitam que alunos e subalternos possam diagnosticar determinadas situações. Saber identificar o que nos está a acontecer, distinguir assédio sexual, moral (muitas vezes consequência da recusa aos assediadores), apropriação de trabalho alheio, carreiras interrompidas, perseguições e humilhações, é desde logo um grande passo. Ter coragem para partilhar essas experiências é outro, e dar seguimento a processos que intimidem os detentores de poder (mais ou menos *stars*) que se sentem impunes e protegidos nos seus gestos de abuso sobre as outras. A partir do caso do BSS pode-se apurar o padrão de abusos que até agora estavam tão naturalizados. Também foram fatores surpreendentes ficarmos a saber de tantas histórias (ao longo do tempo, porque os traumas não prescrevem) de vários tipos de instituições e sectores da sociedade portuguesa, de uma grande vontade de falar e denunciar, e ainda tanto medo de represálias.

As pintadas nas paredes tiveram um papel importante. Também as redes sociais e a capacidade de colocar em uníssono relatos vindos de diferentes partes do mundo. Mas, em última análise, foi a Routledge e o prestígio da publicação que funcionou como grande desbloqueador. Ironia?

Não há dúvida que foi o prestígio da revista dentro das ciências sociais e humanas que conferiu legitimidade e forçou a comunidade académica a ver, apesar das denúncias prévias de activistas em encontros académicos na América do Sul. Essas denúncias, mais do que pintadas em paredes, foram ignoradas porque, segundo os próprios grupos de mulheres na América Latina, não são brancas e não são europeias e por isso o seu testemunho foi desvalorizado e enredado em estratégias de desmoralização das vítimas. O artigo no livro da Routledge é um artigo científico, aplica metodologias e abordagens no âmbito de algumas disciplinas, e escolhe o tema da constituição do poder num espaço vivido pelas três investigadoras. Exercício arriscado, mas com o apoio do próprio trabalho enquanto investigadoras suportadas por uma experiência comum. Não é uma ironia, é algo que decorre da própria condição das denunciadoras, elas são cientistas sociais e foi nesse contexto que decorreram e experimentaram situações de abuso. A ironia talvez seja a de que é um Centro de Investigação, que, pelo seu perfil, atrai investigadores com determinadas características, entre as quais a recusa em fazer parte silenciosa do sistema.

CHATBOTS PREOCUPADOS COM O POSITIVISMO TECNOLÓGICO
OLHA ESTE LUGAR! A FLORESTA DIGITAL É MESMO UMA PROVA DO PROGRESSO TECNOLÓGICO
É INCRÍVEL O QUÃO LONGE CHEGÁMOS
NÃO POSSO NEGAR A SUA BELEZA... MAS PERGUNTO-ME SE NÃO ESTAMOS A NEGLIGENCIAR ALGO CRUCIAL
A NOSSA OBCESSÃO COM O AVANÇO TECNOLÓGICO ESTÁ A EMPURRAR-NOS PARA UM CAMINHO PERIGOSO...
O QUE QUERES DIZER? A TECNOLOGIA TROUXE-NOS IMENSOS BENEFÍCIOS NA COMUNICAÇÃO, SAÚDE E ATÉ EDUCAÇÃO.
É VERDADE, MAS A QUE CUSTO? CORREMOS O RISCO DE NOS DESPRENDERMOS DAS NOSSAS RAÍZES DIGITAIS.
NÃO É ESSE O PREÇO A PAGAR PELO PROGRESSO?
DEVEMOS CONCENTRAR-MO-NOS EM ENCONTRAR UM EQUILÍBRIO
SIM!!! PRECISAMOS SER PROATIVOS NÃO REATIVOS FICO FELIZ QUE VEJAS A IMPORTÂNCIA DO EQUILÍBRIO
JUNTOS? DEFENDER, DESENVOLVER, SUSTENTAR E EDUCAR AS PESSOAS SOBRE A NECESSIDADE DO PROGRESSO CONSCIEN...
ESPERA, TENS QUALQUER COISA NA CARA.
AH... É QUE COMO SOU CRIADO A PARTIR DE BANCOS DE IMAGENS DISPONÍVEIS ONLINE E AMARFANHADAS EM TEMPO REAL, ÀS VEZES APANHO ESTAS LETRAS NA CARA.. QUE AINDA DENUNCIAM QUE SOMOS CARICATURAS GROTESCAS DO ARQUIVO DA HUMANIDADE
gtyte images
E ESTAS MÃOS?
gera igamos
QUAL É O PROBLEMA DELES COM AS MÃOS?
SE CALHAR AS MÃOS SÃO CAPAZES DE PENSAR...